

José Vandilo dos Santos



QUILOMBOLAS DO TALHADO

Identidade e Fronteiras Étnicas
no Vale do Sabugi-PB



Universidade Estadual da Paraíba

Prof^a. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Moraes de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

José Vandilo dos Santos

QUILOMBOLAS DO TALHADO

Identidade e Fronteiras Étnicas
no Vale do Sabugi-PB



Campina Grande-PB | 2023



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Walter Vasconcelos

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

S237q

Santos, José Vandilo dos.

Quilombolas do talhado : identidade e fronteiras étnicas no Vale do Sabugi - PB / José Vandilo dos Santos. – Campina Grande : EDUEPB, 2023.

193 p. : il. ; 15 x 21 cm ; 8,8 MB.

ISBN: 978-85-7879-702-7 (Impresso)

ISBN: 978-85-7879-703-4 (E-book)

1. Comunidade quilombola – Talhado.
2. Identidade étnica.
3. População negra. I. Santos, José Vandilo dos. II. Título.

21. ed. CDD 307.72

Ficha catalográfica elaborada por Ana Patrícia Silva Moura – CRB-15/945

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Dedicatória

À comunidade do Talhado.

*“A felicidade do negro é
uma felicidade guerreira”
(Gilberto Gil).*

Sumário

Apresentação	11
Prefácio	17
Introdução	21

CAPÍTULO 1

ASPECTOS TEÓRICO-METOLÓGICOS DA PESQUISA

O encontro com o Talhado e as estratégias metodológicas	31
Suporte teórico sobre a questão étnica e racial	37
Estudos sociológicos e antropológicos sobre comunidades rurais de negros...	46

CAPÍTULO 2

O TALHADO: ESPAÇO E HISTÓRIA

A Comunidade Rural	55
A memória social sobre a origem da comunidade	55
A comunidade no espaço geográfico (população)	58
Organização social e relações de parentesco	62
O cotidiano e a organização da sobrevivência	65
A cerâmica	71
Formas de organização política e econômica - a cooperativa	74
O lazer: as festas, os jogos e as brincadeiras	78
A Comunidade Urbana	84
As migrações do campo para a cidade	84
Organização da comunidade no espaço urbano	90
O cotidiano e a organização da sobrevivência	92
A cerâmica/o galpão	93

CAPÍTULO 3

OS NEGROS DO TALHADO FRENTE ÀS COMUNIDADES VIZINHAS

Cenário e fronteiras interétnicas (a feira, a festa e a igreja).....	103
A Pitombeira, a Irmandade e a Festa do Rosário de Santa Luzia.....	108
Os negros do Talhado e os negros da Pitombeira.....	114
Os negros do Talhado e a cidade de Santa Luzia (brancos e morenos).....	115

CAPÍTULO 4

A RETERRITORIZAÇÃO E A RECONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS NEGROS DO TALHADO

A Trajetória do Grupo do Talhado.....	125
Negritude como marcador social de identidade no Talhado.....	128

CAPÍTULO 5

REVISITANDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TALHADO-PARAÍBA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E NOVAS LUTAS EM TEMPOS DIFÍCEIS

Revisitando o Talhado após o reconhecimento do Território Quilombola.....	135
O contexto das políticas públicas de afirmação de identidades.....	138
Atualizando o olhar.....	141
O retorno à comunidade do Talhado e o relato das visitas.....	146
O Talhado Rural: Espaço de memória, paisagem, reconstrução da identidade e novas lideranças.....	147
O Talhado Urbano: o galpão como espaço simbólico para a identidade quilombola.....	167
Posfácio.....	179
Referências.....	183

Apresentação

Após vinte e cinco anos, retornamos à comunidade do Talhado para reavaliar os resultados de nossa dissertação de mestrado concluída em 1998, e para publicá-la em formato de livro. A decisão de retornar a nossa pesquisa se deu com o objetivo de identificar o acesso da comunidade às políticas públicas depois do reconhecimento enquanto quilombo.

Ao longo de duas décadas que separam a defesa da dissertação e a publicação deste livro, muitas mudanças aconteceram na nossa vida e também na cidade de Santa Luzia-PB, onde está localizado o quilombo. Apesar de termos ficado ausentes da Paraíba, devido às nossas atividades como docente em Palmas-TO, mantivemos contato com pessoas do Talhado para que pudéssemos permanecer informados das notícias de lá, assim como pelo compromisso de acompanharmos as mudanças ocorridas na comunidade.

No sentido de aprofundarmos o trabalho de pesquisa no Talhado, procuramos inserir para um estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFPB, sob a supervisão das professoras Maristela Oliveira de Andrade e Lara Santos Amorim, quando pudemos nos dedicar a pesquisar a comunidade e revisitá-la para novas observações *in loco*.

Em 2022, mantivemos contato com lideranças do Talhado e conseguimos realizar entrevistas durante duas visitas ao Talhado, além de outros contatos prévios com pessoas do quilombo, a exemplo da pesquisadora Maria Janaina Silva dos Santos que é oriunda do Talhado, que atualmente reside em João Pessoa. Novos depoimentos e registros fotográficos foram colhidos e acrescentados,

para compor o cenário atual da comunidade do Talhado, que nos permitiram, portanto, uma revisão e ampliação da pesquisa.

Fizemos a opção por manter o texto original da dissertação com a intenção de conservarmos uma aura de juventude que ele continha, embora a alteração do título original da dissertação tenha sido uma atualização indispensável. A comunidade do Talhado não podia continuar sendo definida na categoria de comunidade rural negra, sem a dimensão étnica construída mais tarde pela comunidade. Atualmente, ela se reconhece com orgulho por sua identidade quilombola. A atualização e ampliação da pesquisa estão contempladas no capítulo final, que foi acrescentado ao texto original da dissertação.

Revisitar a comunidade, observando as transformações ocorridas em seu território, foi também um reencontro com a cidade de Santa Luzia, a cidade na qual nascemos e vivemos até os seis anos de idade. Vale registrar que, na nossa relação com a comunidade quilombola, existem também lembranças de racismo e discriminações impostas por parte da população de Santa Luzia entre as décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma memória na qual encontramos vários relatos de situações de preconceitos vividos por moradores do quilombo, situações criadas, muitas vezes, por pessoas da nossa própria família e antigos vizinhos. Esses relatos vão desde comparações preconceituosas, por exemplo, sobre o modo de se vestir, até o medo que alguns moradores da cidade de Santa Luzia tinham de estabelecer contatos diretos com os moradores do Talhado. Essa relação de evitação incluía as crianças, que chegavam a ser alertadas pelos próprios pais para evitarem contato com os quilombolas, escondendo-se atrás das portas para não serem vistas pelos mesmos. Diante dessa realidade, seria possível afirmar que esse tipo de racismo mais excludente pode até ter diminuído com o tempo, mas não deixou de existir, pois há relatos de que quando parte da comunidade migrou para a cidade, o preconceito continuou entre os seus vizinhos e colegas nas escolas no novo território.

O primeiro registro imagético sobre a região do Talhado foi feito por Linduarte Noronha, diretor do documentário *Aruanda*, filmado em 1960. Depois de *Aruanda*, outros estudos e pesquisas foram feitos e divulgados sobre o quilombo do Talhado. Algumas pesquisas indicaram que as migrações marcaram a vida dos moradores do Talhado, que inicialmente migravam para os grandes centros do país como São Paulo e Rio de Janeiro, fato constatado na dissertação da professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, e depois confirmado por nós em nossa pesquisa de mestrado, que enfatizou a migração dos moradores da zona rural para a zona urbana da cidade de Santa Luzia, assim como a sua busca pela manutenção de sua identidade étnica.

Em 1975, a professora Salete escreveu a primeira dissertação de mestrado sobre a comunidade e, em 1998, a nossa dissertação enfatizou a fragmentação da comunidade do Talhado em duas, com a transferência de famílias que foram morar no Bairro de São José, periferia da cidade de Santa Luzia, formando, assim, o Talhado rural e o urbano. Estes trabalhos serviram como referência para o reconhecimento da comunidade como território quilombola, em 2004, pela Fundação Cultural Palmares-FCP e o governo federal.

A partir da certificação e do reconhecimento étnico como quilombola, a comunidade do Talhado ganhou uma visibilidade social muito significativa, passando a estar presente em eventos de exposições com a cerâmica de barro produzida no galpão pelas louceiras, além de congressos acadêmicos e na mídia em geral.

Este livro está composto pelos quatro capítulos originais da dissertação apresentada em 1998, esclarecendo que o capítulo quatro substituiu a conclusão da dissertação, mais um quinto capítulo, realizado a partir da pesquisa desenvolvida no período do pós-doutorado em 2022. O Talhado atual é apresentado em suas novas configurações e associações incluindo as mudanças resultantes da aplicação das políticas públicas na comunidade.

O reconhecimento como comunidade quilombola trouxe ganhos importantes para a comunidade, embora tenhamos que reconhecer que nem tudo está resolvido, pois ainda são muitas as reivindicações dos quilombolas do Talhado em relação a questões econômicas, de saúde e educação, como podemos ver no último capítulo que trata das atualizações sobre a comunidade.

Vale lembrar, também, que a afirmação da identidade quilombola foi se desenvolvendo aos poucos entre os membros da comunidade, pois trata-se de um processo lento, ainda em formação. É inegável que a afirmação da identidade quilombola é a melhor ferramenta que essa comunidade dispõe como arma de luta por seus direitos, para continuar existindo e se fortalecendo enquanto grupo social. Principalmente, neste momento, em que o governo federal, na época, tinha uma política ideologicamente contrária à causa das populações tradicionais do país, tais como quilombolas, indígenas e a população LGBTQIA+. Nesse sentido, a organização política dos moradores do Talhado acontece através de duas associações, sendo uma localizada no Talhado rural e a outra na extensão urbana do Talhado.

Portanto, uma publicação desta natureza, neste momento, é importante por dar visibilidade ao movimento quilombola em geral e, ao mesmo tempo, chamar atenção para a precarização das políticas públicas direcionadas às comunidades tradicionais durante o governo de Jair Bolsonaro.

A foto escolhida para capa foi registrada durante nossa pesquisa em 1996, e é muito significativa porque retrata a persistência da identidade do Talhado. De um lado, avistamos as casas que foram preservadas até hoje, e no primeiro plano uma menina, neta do fundador da comunidade e proprietária da casa, que também participou da pesquisa. A menina é Silvana dos Santos Cunha, moradora do Talhado rural e tem atualmente 35 anos.

Queremos agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para confecção deste trabalho. De forma especial, aos habitantes do Talhado, nossa admiração pela resistência e luta

na busca para sobreviverem em melhores condições, apesar das adversidades. A Maria do Céu (in memoriam), importante liderança, símbolo e referência de luta pelos direitos dos moradores do Talhado. A D. Rita “Preta” e Pedro Severino, representantes da comunidade do Talhado, pessoas fundamentais para a realização da pesquisa de campo em 2022, sempre “abrindo portas” com grande disposição em ajudar a todos que os procuram. A Gileide Ferreira pelo compromisso com a organização das louceiras, Marinalva e Maria Janaina Silva dos Santos pelas contribuições e engajamento.

À Maristela Oliveira de Andrade, nossa orientadora no mestrado, que prefaciou este livro e sempre nos recebeu com simpatia e compromisso, contribuindo de forma decisiva para que este trabalho fosse realizado de maneira ágil e prazerosa. Aos colegas de turma no mestrado, Célia, Jomar, Jussara, Rosário, Nerize, Rilma, Iolanda, João e Clodoaldo, cada um à sua maneira soube cativar o nosso respeito e amizade. Ao amigo Eduardo Jorge, nossa gratidão, pela colaboração e aprendizagem nas discussões teóricas que foram fundamentais para o nosso ingresso no Programa de Mestrado. A Florentino Venerável dos Santos e Severina Gonçalves dos Santos (in memoriam, meus pais). Ao antigo Mestrado em Sociologia Rural da UFPB, Campus de Campina Grande, atual UFCG, coordenadores, professores e aos funcionários Joãozinho, Vera e Verinha, nossa gratidão. A CAPES, pela bolsa de estudos que nos proporcionou maior comodidade para a confecção da dissertação de mestrado.

Alguns agradecimentos são necessários durante o período do pós-doutorado. À professora Lara Amorim, autora do posfácio e nossa supervisora no estágio Pós-Doutoral, pelas importantes contribuições para esta publicação. Ao colegiado do curso de Ciências Contábeis da UFT - Campus de Palmas, especialmente à coordenadora Janaína Borges de Almeida. A Bismark Tapuia-Tairairiú e Michelle Ramos que trabalharam na formatação e revisão gramatical do texto. A Maiara (minha filha) e o seu esposo

Robson, a todos os irmãos e sobrinhos, especialmente a Givanete, que nos abrigou em sua casa durante o período do pós-doutorado. Aos amigos, Renato, em Campina Grande; Marco Antonio, Jademilton e ao casal João e Dorinha, em Palmas, pelo apoio e as contribuições em longas conversas sempre produtivas. E, finalmente, ao PPGA/UFPB – João Pessoa-Paraíba.

Prefácio

Prefaciар “Quilombolas do Talhado: identidade e fronteiras étnicas no vale do Sabugi-PB” foi uma dádiva, porque me permitiu refletir novamente sobre esta icônica comunidade, a qual foi etnografada, com grande sensibilidade, por José Vandilo dos Santos, como parte da sua dissertação, que tive o privilégio de orientar no mestrado em sociologia rural, da Universidade Federal da Paraíba (atual Universidade Federal de Campina Grande).

O compromisso de Vandilo com o Talhado vem da sua infância em Santa Luzia, na Paraíba, cidade para onde se dirigiam os moradores do Talhado a caminho da feira. Em sua memória, os negros do Talhado eram vistos com temor e hostilidade, sob os olhares racistas da cidade.

A decisão de publicar em formato de livro sua dissertação, vinte e cinco anos mais tarde, vem fazer jus à contribuição do autor para o estudo da memória das comunidades quilombolas da Paraíba, ao mesmo tempo em que vem se somar a uma base de conhecimento em torno de milhares de comunidades rurais afrodescendentes, espalhadas por todo o Brasil.

Com esta iniciativa, o autor oferece sua visão do Talhado a partir de suas próprias lentes, distinguindo-se das usadas por Linduarte Noronha, que eternizaram o Talhado no alto da serra em *Aruanda* (1960)¹ ou a visão de dentro da comunidade, em sua organização política e de parentesco, registrada por Cavalcanti

1 NORONHA, Linduarte. *Aruanda*. **Documentário Brasileiro**. Comunidade Talhado – Santa Luzia-PB. Produção: Instituto Joaquim Nabuco e Pesquisas Sociais-PE, 1960.

(1975)². Vandilo nos revela outras nuances da trajetória do Talhado no final dos anos 1990, quando várias famílias realizavam a descida da serra, para fixarem moradia na cidade de Santa Luzia, onde estava se formando um novo território do Talhado.

O caráter inovador da pesquisa de Vandilo, no final dos anos 1990, foi o de ter focado nas relações da comunidade do Talhado com outras comunidades, motivado pela memória do preconceito racial, vivido por tal comunidade, em suas relações com os moradores da cidade e outras comunidades do entorno. Seu estudo foi norteado pela problemática das fronteiras étnicas, definidas por Barth (1998)³, de modo que seu olhar foi direcionado para as relações externas da comunidade, levando a identificar o aglomerado de moradores do Talhado, vindos da serra, que se instalou na cidade de Santa Luzia. Situação que deu ensejo a uma nova configuração da comunidade, que se repartiu em dois territórios distintos, o Talhado rural e o urbano. Divisão que já foi adotada por Vandilo em sua dissertação.

A caracterização do Talhado urbano forneceu informações privilegiadas para o seu reconhecimento oficial enquanto comunidade quilombola, onde se concentram as atividades das louceiras, que constituem um dos marcadores mais fortes da identidade do povo do Talhado.

Importantes depoimentos dos quilombolas foram registrados por Vandilo sobre as dificuldades de vida no território rural, como a falta de água e eletricidade, fazendo com que migrassem

2 CAVALCANTI, Josefa Salette B. **Talhado**: um Estudo de Organização Social e Política. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

3 BARTH, Fredrich. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

para a cidade, apesar de contarem com a segurança fundiária dos títulos de propriedade dos sítios. Alguns depoimentos sinalizaram o progressivo esvaziamento do território rural. Porém, foi na cidade que conseguiram condições para continuar a atividade louceira, apesar de se submeterem ao racismo, de forma cotidiana, devido à proximidade com a população local.

Nessa fase da trajetória do Talhado, o pesquisador percebeu o fortalecimento do processo identitário, pois, apesar da crescente urbanização da comunidade, a identidade do povo do Talhado foi mantida, por meio dos laços de parentesco. Tais laços exerceram um papel aglutinador entre os integrantes da comunidade, principalmente nas celebrações e nas práticas de lazer, realizadas na serra, momento em que moradores dos sítios e da cidade se reuniam. O autor presenciou e observou esses momentos em sua pesquisa com registros fotográficos.

O retorno ao Talhado foi propiciado pela realização do seu estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Paraíba. Revisitar a comunidade do Talhado, depois de passar a residir em Palmas nas últimas décadas, com vínculos institucionais como professor da Universidade Federal do Tocantins, revela o compromisso e as relações de afeto de Vandilo com a comunidade. Motivado por conhecer as transformações vividas pela comunidade, após o reconhecimento oficial como quilombola, em meados dos anos 2000, em que passou a contar com uma legislação que garantiu direitos territoriais e culturais, o autor se dispôs a escrever um novo capítulo da trajetória do povo do Talhado.

Como resultado dos esforços do autor, este livro oferece um precioso documento da memória do Talhado no final da década de 1990 e, ao incluir, no último capítulo, depoimentos recentes das lideranças atuais, o autor também reconstrói alguns momentos de sua trajetória até 2022. O livro se destina não apenas a novos pesquisadores, mas, especialmente, aos jovens quilombolas, como

exemplo e instrumento de luta, por revelar a trajetória de um povo que resistiu e conservou sua identidade com muita determinação e autonomia.

Maristela Oliveira de Andrade.

Introdução

Este livro pretende realizar uma análise sobre a identidade étnica de uma comunidade rural de negros, denominada Talhado, situada no município de Santa Luzia, no Estado da Paraíba, na microrregião do Seridó Ocidental Paraibano⁴, a 130 km de Campina Grande.

O Talhado existe desde 1860 e fica a 26 Km de Santa Luzia, em local de difícil acesso, o que favoreceu o isolamento da comunidade por muito tempo, embora nas últimas décadas venha sofrendo transformações com a saída de muitos de seus habitantes com destino à cidade de Santa Luzia, onde fixaram residência.

Nosso estudo se insere numa tendência atual das ciências sociais, que busca explorar o cotidiano dos pesquisados, pois o vivido, os valores, os costumes e práticas vão se modificando ao longo do tempo. Entretanto, consideramos as práticas e experiências dos moradores dessa comunidade de negros, tanto na organização interna da unidade de produção familiar quanto na produção de cerâmica ou por outras formas de organização, as quais estes recorrem no seu cotidiano.

Entendemos que a identidade é construída em torno das tensões sociais entre os moradores da cidade de Santa Luzia e os da comunidade do Talhado, no contexto das relações interétnicas. Compreendemos que essas tensões e mudanças não ocorrem somente no sentido de um grupo em relação ao outro,

4 Anteriormente denominada Depressão do Alto Piranhas. Outra denominação conhecida da região é o Vale do Sabugi.

mas também no próprio grupo. Notamos que, dentro da experiência de cada membro do grupo, existem diferenças no modo de encarar e vivenciar a problemática da identidade que, de acordo com o que foi observado, permanece existindo, apesar de muitos membros do grupo residirem atualmente na cidade e, consequentemente, estarem sujeitos a adquirir novos hábitos e costumes.

Vale salientar que, ao nos referirmos à comunidade do Talhado, estamos considerando três segmentos como componentes do grupo: os moradores que permanecem no sítio; os que migraram para a cidade de Santa Luzia e estão ligados ao galpão artesanal; e os que também migraram para o lado oposto da cidade e desenvolvem outras atividades.

O que nos levou a desenvolver esta pesquisa foi a curiosidade pela comunidade desde criança, quando ainda residíamos na cidade de Santa Luzia, onde nascemos e moramos até os seis anos de idade. Naquela época, presenciávamos a passagem dos moradores do Talhado em frente à nossa casa, quando desciam a serra em direção à feira, para comercializarem a cerâmica produzida pelas mulheres do grupo. Embora tenhamos deixado a cidade ainda criança, continuamos em contato direto com aquele município, em virtude de nossos familiares permanecerem residindo por lá.

Comentários sobre aqueles “negros estranhos” eram feitos habitualmente por pessoas do nosso convívio. Daquela época, ainda guardamos as lembranças de pessoas de pele escura com medo de serem confundidas com moradores do Talhado que, em função do isolamento vivido na zona rural, eram vistos como pessoas diferentes em relação ao modo de vida na cidade, ao comportamento que era arredo, e até à maneira de se vestir e falar. Aquele povo estranho era alvo da curiosidade, desconfiança e incômodo da maioria da população de Santa Luzia, sendo também alvo de brincadeiras, que nos chamavam atenção.

“Negros do Talhado” é a denominação comum, utilizada pelos moradores de Santa Luzia, quando se referem ao povo da comunidade, a qual nos propomos a analisar. No entanto, o que

significa ser do Talhado? Por que tantos atributos pejorativos àquela gente, tais como “beberrões”, “vagabundos”, “índios”? O que está por trás da rejeição, da discriminação e do medo em ser confundido com um membro do grupo?

Em Santa Luzia, encontramos uma situação bastante interessante em relação à presença de grupos negros diferenciados, tendo em vista que, se de um lado temos os negros do Talhado, do outro, existem os negros da “Pitombeira”, outra comunidade rural de negros mais antiga que a do Talhado, ocupando um território da cidade de Várzea, que faz fronteira com Santa Luzia. Atualmente, como vem acontecendo com o Talhado, essa comunidade se encontra em acelerado processo de migração para a cidade, contando hoje com apenas quatro famílias na localidade rural. No centro, está a população urbana, composta por brancos – que dominam a política local – e por negros, vindos das comunidades citadas, que já se incorporaram à cidade.

Um dos objetivos de observar e registrar a Festa do Rosário, realizada pelos negros da Pitombeira, juntamente com pessoas negras e brancas da cidade, está no fato de tal festa se constituir na única forma de manifestação ligada às tradições de características negras na região e, sobretudo, no sentido de verificar como se dão as relações dos negros que organizam a festa com os brancos da cidade, bem como da resistência dos negros do Talhado em participar desta.

É interessante considerar que, diferentemente dos negros da “Pitombeira”, que sempre buscaram o entrosamento com os habitantes da cidade, através da festa do Rosário, o grupo do Talhado buscava o isolamento, daí a instalação e fixação num território de difícil acesso. Nesse sentido, a migração para a cidade pode ser interpretada como uma superação dessa necessidade de isolamento, embora, por outro lado, o isolamento tenha sido a condição que garantiu a formação de um grupo étnico entre os membros da comunidade.

Seguindo esse ponto de vista, percebemos que o contexto de identificação do grupo do Talhado é decorrente da situação de alteridade e/ou das tensões que se manifestam entre esse grupo em relação aos brancos e “morenos” na cidade de Santa Luzia, através de relações que permeiam o cotidiano dessas pessoas, principalmente, na feira, nos hospitais, na Igreja e nas festas.

O aspecto político, que buscamos explorar, não diz respeito apenas ao caráter formal das relações entre o Talhado e as instituições públicas ou os interesses político-partidários das lideranças da cidade, mas também a uma forma mais abrangente, constituída pelas práticas cotidianas dos membros daquela comunidade. Sabemos que existem intervenções do poder público em favor da comunidade, seja através da Emater, na tentativa de organizar uma cooperativa, seja da prefeitura ou do governo do Estado. Isso mostra que esses poderes não esqueceram essa comunidade, embora esse interesse apareça sempre em tempos de eleições, quando, não raro, os candidatos mandam seus carros para o transporte de eleitores em dias de votação, além de visitas à comunidade, muitas vezes, durante as festas.

O contato entre os políticos e o Talhado normalmente é realizado através de lideranças da comunidade, que intermedeiam essa relação, sendo uma das lideranças D. Rita Preta, a representante do galpão, onde se fabrica a cerâmica. Outra iniciativa do grupo (sendo esta no meio rural), liderada por Pedro, é a criação de uma cooperativa para lutar e reivindicar por melhorias para a comunidade, a exemplo da instalação de energia elétrica e projetos de construção de barragens. Essas formas de organização são interpretadas como formas de resistência ou de sobrevivência do grupo como etnia.

Vale dizer que nosso estudo não analisa apenas os aspectos materiais de vida do grupo, mas também seus aspectos simbólicos. Por exemplo, a representação da atividade da cerâmica na identificação do grupo e não somente como forma de subsistência.

O Talhado já despertou o interesse de diversos grupos, entidades e a curiosidade científica de professores e pesquisadores, tendo sido visitado por professores de várias universidades do país e até do exterior, como da Itália e do Japão. O primeiro registro sobre a comunidade aconteceu no filme *Aruanda*, em 1960, dirigido por Linduarte Noronha, tendo o propósito de contar a história do grupo com o máximo de detalhes; os atores foram os próprios moradores da comunidade. O estudo da professora doutora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, realizado nessa mesma comunidade, entre os anos de 1972 e 1975, intitulado Talhado – um estudo de Organização social e Política (Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional – Rio de Janeiro), é outra importante referência sobre a comunidade, além de reportagens em jornais, televisões e revistas.

A nossa hipótese principal é a de que a migração para a cidade e o esvaziamento considerável da comunidade rural não resultaram, como seriam esperados, na perda de identidade do grupo, devido à sua dispersão, mas, pelo contrário, a experiência cotidiana com outros grupos levou a uma percepção da alteridade facilitada pela vida urbana.

Portanto, nosso trabalho visa demonstrar as novas formas de organização empregadas pelo grupo em questão, que serviram para fortalecê-lo como grupo, atuando como reforço para sua identidade.

Sabemos que o universo de análise, que compreende a organização sociocultural da comunidade do Talhado, é vasto, fato que nos permite uma exploração bastante significativa, devendo contribuir para o enriquecimento da discussão dos conceitos de identidade étnica e questões afins.

Colocadas as questões que norteiam a nossa investigação e a constituição do nosso objeto de estudo, apresentamos os capítulos que compõem o nosso trabalho.

O primeiro capítulo apresenta os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, enfocando o encontro com o Talhado e as

estratégias metodológicas. Em seguida, destacamos os conceitos básicos, relativos à questão étnica e racial. Por último, são apresentados alguns dos estudos sociológicos e antropológicos sobre comunidades rurais de negros.

No segundo capítulo, há uma contextualização da comunidade pesquisada em relação ao seu espaço geográfico e à história da população do Talhado, ressaltando tanto a memória social sobre a origem da comunidade quanto os aspectos socioculturais, econômicos e políticos. Descrevemos, também, o grupo em dois ambientes, o rural e o urbano, bem como os mecanismos de sobrevivência, utilizados por eles, ao unirem a produção agrícola com a produção da cerâmica.

O terceiro capítulo é formado pelo cenário e pelas fronteiras que compõem as relações interétnicas entre o Talhado e as comunidades vizinhas – Santa Luzia e a Pitombeira. Para tanto, apresentamos um breve histórico de cada uma dessas localidades e o tipo de envolvimento e/ou relação que ambas têm com o Talhado.

No quarto capítulo, abordamos a problemática da reterritorialização e a reconstrução da identidade dos negros do Talhado, a partir do desenho da comunidade no espaço rural, mas, sobretudo, no espaço urbano, tendo em vista ser nesse último onde a população tem recebido maiores influências externas. Além disso, destacamos a identidade étnica enquanto um conceito em movimento, ou seja, uma identidade em curso, apresentando, como resultado da pesquisa, os dados relativos aos aspectos simbólicos da comunidade do Talhado.

Nesse sentido, concluímos, então, retomando os pontos gerais da pesquisa, para delimitarmos o traçado da identidade do grupo, vislumbrando a questão da migração para a cidade, o trabalho com a cerâmica e a luta pela sobrevivência como fatores imprescindíveis à formação dessa identidade.

A exemplo do que já fizeram outros pesquisadores, com a confecção deste livro, estamos tendo a oportunidade de realizar,

também, um contato mais direto com a comunidade do Talhado e com a cidade de Santa Luzia, o que é motivo de prazer, não apenas profissional, mas, sobretudo, pessoal, em buscar compreender um grupo que é alvo de curiosidade, ao mesmo tempo em que estamos constantemente em contato com os acontecimentos e pessoas que resgatam lembranças agradáveis da nossa infância. Prazer que esperamos dividir com o leitor sensível à causa dos discriminados por serem diferentes.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS TEÓRICO-METOLÓGICOS DA PESQUISA

O encontro com o Talhado e as estratégias metodológicas

Encontramos o pressuposto básico, que norteia este estudo, na perspectiva empírica, defendida por Blumer, quando este afirma que:

[...] uma ciência empírica pressupõe a existência de um mundo empírico disponível para observação, estudo e análise. Este estudo empírico deve representar sempre o ponto central de preocupação do pesquisador, o ponto de partida e o ponto de chegada da ciência empírica (BLUMER *apud* HAGUETTE, 1995, p.40).

Sabe-se que a atividade do pesquisador se fundamenta na “interpretação da interpretação”, que acontece através da seleção de métodos e técnicas, que encaminharão o trabalho de coleta de dados e facilitarão os resultados da investigação.

Nosso estudo, portanto, segue um modelo de metodologia qualitativa, na qual buscamos enfatizar os aspectos simbólicos das atividades ordinárias da comunidade pesquisada, analisando as práticas, as circunstâncias e o conhecimento local ou senso comum que os levam a estabelecer o que é a realidade para eles. Nesse sentido,

[...] esta prática da vida cotidiana é ‘interpretada’ pelos atores; ou seja, dentro da tradição de Mead, os atores sociais alocam ‘sentidos’ aos ‘objetos’ circundantes, através do processo de interação uns com os outros e consigo próprios, passando, então, a interpretar seu mundo

significativo (HAGUETTE, 1995, p.50).
Grifos do autor.

Nosso primeiro contato com pessoas do Talhado, no intuito de realizar esta pesquisa, foi na feira de Santa Luzia, em 1995, ainda quando estávamos procurando informações para elaboração do projeto de seleção do mestrado. Nessa ocasião, encontramos dois membros da comunidade, um homem e uma mulher, que comercializavam produtos de cerâmica, confeccionados pelos próprios vendedores. Por eles, fomos informados da existência de um galpão localizado na periferia da cidade, onde se produz a cerâmica atualmente, de Dona Rita – sua administradora desde a criação de tal lugar – a qual poderia nos passar mais informações a respeito da comunidade.

Foi através de Dona Rita Preta (como é mais conhecida na cidade) que começamos a conhecer o trabalho das louceiras e o processo de migração dos membros da comunidade para a cidade. Essa senhora que, há dez anos, reside na cidade, está acostumada com visitas “de pessoas de fora”, que buscam informações sobre o Talhado.

Depois de elaborado o projeto inicial, voltamos a Santa Luzia (1996) e, através de Dona Rita, que se tornou nossa principal informante, nessa fase da pesquisa, marcamos a primeira visita ao sítio, num domingo. Fretamos um carro (caminhonete) por R\$ 30,00 e fomos (eu, ela, o motorista, que é seu filho, e mais dois netos para esse local).

Saímos cedo, por volta das seis horas da manhã. Ao chegarmos lá, ainda caminhamos a pé, conhecendo melhor o lugar. Primeiro, fomos ao olho d’água do Talhado, onde existem um pequeno riacho, um cata-vento e uma cisterna. As casas são distantes umas das outras e muitas estão abandonadas. Por fim, sempre acompanhados das mesmas pessoas, dirigimo-nos à residência do Sr. Sebastião Braz, considerado uma liderança do lugar, como podemos ver no estudo de Cavalcanti (1973). Sua casa

fica próxima à escola e ao posto médico. Fomos recebidos por sua esposa, pois o senhor, em questão, não se encontrava em casa, tinha ido à cidade resolver alguns problemas particulares.

Nessa primeira visita, fotografamos todos os lugares possíveis. O Talhado é um lugar de paisagens bonitas. A visão que se tem do topo da serra é fascinante, principalmente entre abril e maio, quando havia chovido e o verde tomava conta dos pastos. Nossa volta aconteceu ao meio-dia, com o sol forte, como é característico da região. Entretanto, no período da pesquisa de campo, propriamente dita, o verde da paisagem havia se modificado para um cinza, que deixa o campo com um ar triste e aparentemente sem vida, tendo em vista a grande seca desse período, que ainda persiste na região.

Muitas outras visitas foram realizadas por nós durante o ano de 1996. Em Santa Luzia, os negros do Talhado se dividiram em dois grandes grupos, pois o grupo ligado ao galpão havia se fixado nas proximidades da Rua Arlindo Bento; o outro, no alto do Monte São Sebastião. Sabendo da existência deste último, tomamos a iniciativa de conhecê-lo. Fomos procurar, aleatoriamente, pessoas da comunidade, residentes no local, no sentido de evitar a influência de outras pessoas, acreditando na espontaneidade da visita e possíveis entrevistas. Lá, encontramos muitas pessoas, mas apenas realizamos conversas informais, sem gravarmos nenhuma entrevista.

O contato com Dona Rita, logo transformado em amizade, foi facilitado pelo fato de termos nascido naquela cidade e ainda termos parentes residentes por lá. A partir das conversas com Dona Rita e seus repetidos pedidos de ajuda para as pessoas que trabalhavam com ela, no galpão, resolvemos, sempre que possível, levar roupas, usadas ou não, que poderiam ser aproveitadas pelas pessoas mais carentes, recebendo em troca peças de cerâmica, produzidas no galpão; embora insistisse no pagamento, as louceiras/artesãs não aceitavam nosso reembolso.

Dando prosseguimento à nossa observação, outro momento importante foi o que registamos em vídeo, por ocasião da “Festa do Rosário”, no período de 11 a 13 de outubro. Depois de registrar a Festa do Rosário, voltamos a Santa Luzia, para iniciarmos a coleta de dados propriamente dita, isto é, entrevistas gravadas em fitas cassetes, a partir do mês de novembro de 1997. Entrevistamos pessoas do Talhado, que moram no sítio e na cidade, além de algumas que não são da citada comunidade, mas residem na zona urbana, sendo ligadas à Irmandade do Rosário ou à escola onde estudam filhos de pessoas desse lugar.

Sempre fomos bem recebidos pelas pessoas do Talhado; entretanto, os mais velhos nem sempre se dispõem a dar entrevista, pois alegam já terem sido muito enganados por pessoas de fora, que fazem promessas e não as cumprem. Desde a filmagem de *Aruanda* (1960) até os dias de hoje, sempre aparecem pesquisadores e curiosos, procurando informações sobre a comunidade. Tal fato, entre outros, de certa forma, dificultou o trabalho de coleta de dados, principalmente no que se refere ao aspecto da origem da comunidade, já que, sobre essa questão, os mais novos “não sabem nada”.

Em 23 de novembro de 1997, fomos convidados para uma festa de aniversário, do filho de Dona Rita, que se realizaria no sítio do Talhado, embora esta resida na cidade. Era um domingo e logo cedo saímos na caminhonete, além de outros carros, como jeeps e motos. Essa era uma oportunidade muito boa de encontro com os moradores do Talhado, pois poderia encontrar muitos deles ao mesmo tempo e numa ocasião especial. Não faltaram bebidas, carnes de galinha e de porco; dança ao som de sanfoneiros do próprio sítio e muita alegria. Participamos ativamente da festa e conversamos com muita gente, conhecemos muitas outras que alargaram nossos contatos. Passamos todo o dia no sítio, voltando à tardinha, por volta das 17h.

A feira de Santa Luzia constituiu outro espaço de observação e de coleta de dados para a pesquisa. Realizada aos sábados, nela, podem-se encontrar diversas pessoas, vindas do Talhado, em conversas e passeios na cidade. Esse foi um momento em que também realizamos algumas entrevistas e observações com os negros do Talhado entre uma compra e outra, no armazém ou na barbearia, ambos localizados numa rua estreita, que dá acesso ao mercado central, sendo este um local de concentração destes negros, onde as conversas acontecem com frequência, constituindo-se numa oportunidade importante para observação livre e entrevistas.

Entrevistamos um total de 38 pessoas, sendo 10 negras, residentes no sítio do Talhado; 15 residentes atualmente na cidade; 07 pessoas negras também moradoras da cidade, incluindo 03 negros membros da Irmandade do Rosário; além de outras 06 pessoas brancas, moradoras da cidade de Santa Luzia, como podem ser observados na tabela a seguir:

Figura 1 - Identificação dos informantes moradores do Talhado (A)

Identificação dos Informantes	Moradores do Talhado que moram no Quilombo Rural				Quantidade de Informantes
	Até 25	25-50	50-75	Acima de 75	
Idade					Total
Negros Homens	3	2	3	-	8
Negros Mulheres	-	1	1	-	2
Total:	3	3	4	-	10

Identificação dos Informantes	Moradores do Talhado que moram no Quilombo Urbano				Quantidade de Informantes
	Até 25	25-50	50-75	Acima de 75	
Idade					Total
Negros Homens	2	5	-	3	10
Negros Mulheres	-	2	2	1	5
Total:	2	7	3	4	15

Fonte: O autor.

Figura 2 - Identificação dos informantes moradores do Talhado (B)

Identificação dos Informantes	Moradores Negros da cidade e que não são do Talhado				Quantidade de Informantes
	Até 25	25-50	50-75	Acima de 75	Total
Negros Homens	2	1	-	3	6
Negros Mulheres	-	-	1	-	1
Total:	2	1	1	3	7

Identificação dos Informantes	Morados Brancos da Cidade				Quantidade de Informantes
	Até 25	25-50	50-75	Acima de 75	Total
Homens	1	2	1	-	4
Mulheres	1	1	-	-	2
Total:	2	3	1	-	6
Total Geral:					38

Fonte: O autor.

Os principais informantes, em nossa coleta de dados, foram Dona Rita Preta – administradora do galpão – Pedro, o presidente da cooperativa; padre João, da matriz de Santa Luzia; e o Sr. Paulino, presidente da Irmandade do Rosário.

A população pesquisada é formada basicamente de analfabetos e semianalfabetos. No geral, essas pessoas sabem apenas assinar o nome, tendo aprendido através do MOBREAL⁵, que realizou aulas na década de 70, na comunidade.

O nível de renda da população é baixo, variando de 1 a 2 salários mínimos, sendo geralmente da aposentadoria dos mais velhos. Entretanto, a maioria tem residência própria, o que diminui, consideravelmente, as despesas do orçamento doméstico.

5 Movimento Brasileiro de Alfabetização – Programa desenvolvido pelo governo federal, na década 70, que intencionava a alfabetização em massa da população carente do país.

Os informantes de cor branca, moradores da cidade, foram contatados com o objetivo de detectarmos suas concepções e representações em relação aos negros do Talhado. Nos seus depoimentos, tentamos resgatar os marcos utilizados para traçarmos as fronteiras interétnicas. É interessante registrar que essa intenção foi também direcionada aos informantes negros da cidade, os “morenos”, como são chamados, em contraposição aos “negros do Talhado”.

Esses dados são de fundamental importância, para trabalharmos, analiticamente, a concepção de alteridade, verificando, empírica e simbolicamente, estereótipos que são utilizados pelos brancos e “morenos”, para delimitar diferenças étnicas e/ou territoriais com relação ao Talhado.

Outros dados foram utilizados, tais como: mapas, vídeo, fotografias e dados estatísticos do IBGE.

Suporte teórico sobre a questão étnica e racial

No Brasil, o negro tem sido tema de diversos estudos nas Ciências Sociais. As principais vertentes temáticas de estudos, que abordam o Negro do Brasil, segundo Borges Pereira (1981 apud BANDEIRA, 1988), são quatro: a primeira, explorada por Nina Rodrigues, aborda o negro como “expressão de raça”, vertente tributária teórica do estuário evolucionista e seus desdobramentos racistas. A segunda destaca o negro como “expressão de cultura”, balizando-se pela teoria da aculturação e desdobramentos culturalistas. A cultura, nesse caso, é concebida como uma realidade histórica, econômica e social, sem por ela ser afetada. A terceira vertente trata da análise e interpretação da assimetria das relações raciais, tendo como foco de reflexão “o negro como expressão social”. Essa vertente desenvolveu uma postura crítica incisiva das relações raciais na sociedade brasileira, através de estudos patrocinados pela UNESCO, deslocando a problemática da Bahia

para São Paulo. Por último, a vertente que é colocada como fase atual tem se caracterizado pela utilização de orientações teóricas e metodológicas da antropologia social, privilegiando a “especificidade da produção cultural negra”, com ênfase na esfera religiosa em suas articulações com as questões de resistência e identidade.

Este trabalho se insere na última perspectiva adotada nos estudos sobre o negro, tendo em vista que buscamos compreender a questão da resistência e identidade da comunidade do Talhado, embora estas não sejam abordadas em nosso estudo, a partir da esfera religiosa, mas a partir de organizações ligadas à produção econômica da comunidade.

Optamos, entretanto, por utilizar o conceito de identidade, na perspectiva exposta por Maria Lúcia Montes. Essa autora compreende a identidade como

[...] um recorte num jogo de identificações, que vai permitir a um determinado grupo reconhecer-se e ser reconhecido pelas características que o identificam e que o distinguem dos demais. Sendo nesse jogo de espelhos que a sociedade permanentemente inventa e reinventa novas identidades e que a questão racial, que se transformou em questão étnica, hoje é essencialmente uma questão política, uma questão de afirmação de direitos daqueles sobre os quais, numa sociedade como esta, 400 anos de patrimonialismo e pelo menos 300 anos de escravidão deixaram marcas profundas (MONTES, 1996, p.50).

Para chegar ao conceito de identidade, acima citado, a autora inicia, analisando a “ideia de pessoa” e máscara, de modo a afirmar que:

“o que ocorre é que, quando perguntamos em outros tipos de sociedade o que se vê por trás da máscara, descobrimos que não é o indivíduo,

não é uma pessoa singular que a reveste, mas, ao contrário, é a própria máscara⁶ que é o essencial” (MONTES, 1996, p.50).

Portanto,

[...] não há como pensarmos essa singularidade, fora de um certo estilo de construção social da realidade por determinado grupo humano, que autoriza e legitima um conjunto de funções exatamente para essa pessoa individualizada, singularizada. E mesmo essa construção, característica das civilizações de tradição ocidental, é o resultado de um longo processo histórico (MONTES, 1996, p.50).

O trabalho de desconstrução da noção de identidade individual se revela através de um longo processo histórico, que começa em Roma, segundo Mauss (1979), quando é dado um salto fundamental para o reconhecimento da noção de pessoa jurídica, que consiste na ideia de que alguém é autorizado a utilizar uma máscara e uma máscara própria: é a nossa própria máscara que vamos apresentar à sociedade, e não a outra. Assim, a pessoa jurídica, para os romanos, é aquela pertencente a um clã ou a uma família, mas, acima disso tudo, aquela que pertence a Roma.

Outro momento se dá com o Cristianismo. Nesse sentido, há uma evolução, que vai produzir, no interior da noção de pessoa jurídica, a ideia de que ela abriga uma espécie de conteúdo substantivo, pois, alguém que é responsável pelos seus atos, sentimentos, juízos, emoções, é o responsável, portanto, pela continuidade da sua própria existência, como pessoa e consciência moral.

Por fim, esse processo de interiorização, que vai da máscara para a pessoa e da pessoa para a interioridade de uma consciência moral, será completado pela modernidade, com a ideia, própria

6 Grifos da autora.

da Psicologia, de uma configuração psíquica do indivíduo, que é sujeito de desejos, conflitos, responsável pelos seus próprios atos e, portanto, responsável pela manutenção de uma certa permanência de si mesmo ao longo do tempo, enquanto sua identidade (MONTES, 1996, p.51).

O que a autora chama de visão reificadora da identidade é a ideia que parte do pressuposto de que a identidade é algo que remete à permanência, àquilo que resiste e fica, que é sempre igual ao longo do tempo, perdendo-se de vista a enorme variedade e diversidade de maneiras de construir a identidade dos indivíduos, nos diferentes grupos e sociedades. É essa visão reificadora (evolucionista) que está na base da ideia psicologizante da identidade. É também ela que sustenta uma visão da identidade dos grupos humanos, que associa identidade e raça de um modo fixo, congelado, fazendo com que a raça seja o suporte da diferença e, ao mesmo tempo, da continuidade da evolução.

Em suma, ela argumenta que a “questão da identidade é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em relação com outros grupos distintos”. E, ainda, “a identidade não existe senão contextualizada, como um processo de construção, e pressupõe o reconhecimento da alteridade para a sua afirmação” (MONTES, 1996, p.56-57).

Percebemos, assim, que a identidade se afirma enquanto resultado de um processo, situada em um dado contexto e em função de um sistema de relações sociais, fundado num jogo determinado de interesses. É um conceito relacional e contrastivo, com uma dimensão política, sem a qual é impossível entendê-la. E, por mais que se diga que a identidade é uma construção, ela não é aleatória: está fundada em determinados elementos estruturais, que não podem ser negados.

Desse modo, nesse processo de migração, segundo a autora, ninguém leva a cultura inteira para a diáspora. Ninguém leva

todos os elementos que definem o seu cotidiano e sua experiência de vida, seu sentido de pertencimento, seus laços e seus sinais de identificação como membro de um grupo ou de uma determinada sociedade. É impossível alguém fazer a mala, colocá-la nas costas e levá-la embora; ninguém leva a cultura inteira. O que se leva são aqueles elementos que, na bagagem cultural, no estoque de vivências, práticas, costumes e valores partilhados em comum, podem ser ressignificados no novo contexto, sendo aí escolhidos e rearranjados em função desse sistema de contrastes, sem o qual não é possível entender a identidade (MONTES, 1996, p.60).

Certamente, a identidade negra dos escravos, vindos da África para o Brasil, foi aqui reconstruída. Nesse processo de reelaboração, houve perdas e acréscimos de muitos elementos cultivados pelos brancos e índios, que foram incorporados pelos negros à sua cultura, a exemplo do sincretismo religioso, quando os africanos, para manterem seus cultos, foram obrigados a unir as divindades do Candomblé aos santos católicos, como também na gastronomia, em que se podem encontrar elementos da cultura indígena e portuguesa.

No Talhado, certamente, o grupo também sofreu essa influência. Sabendo disso, o hábito de dormir em redes pode ser identificado como adquirido dos índios; enquanto a cerâmica pode ser considerada a maior influência vinda da África; a devoção aos santos católicos, que é bastante forte entre os membros da comunidade, é uma herança portuguesa, que pode significar uma tentativa de aproximação e boa convivência com os brancos.

Vale ressaltar que não concebemos o grupo como estático, rígido ou homogêneo, mas sujeito a novas experiências. Nossa ideia é a de compreender a identidade a partir das transformações ocorridas na comunidade, ou seja, perceber a maneira como ela é construída e manipulada atualmente pelos seus membros.

Como nossa pesquisa pretende seguir essa perspectiva, tentamos definir etnia que, segundo o Dicionário de Sociologia

(1995), compreende o elemento de composição, indicando a ideia de povo, gente, nação. Termo criado para evitar a palavra raça e que designa uma mistura de raças, caracterizadas pela mesma cultura. Enquanto o termo étnico, mais especificamente, é relativo ao povo ou raça, que designa habitante de um país ou de uma região.

De acordo com o dicionário antropológico, organizado por André Akoun, etnia “qualifica a maior tradicional de consciência de espécie, no ponto de encontro do biológico, do social e do cultural: comunidade linguística e religiosa, relativa unidade territorial, tradição mítico-histórica [...] tipo comum de organização do espaço” (AKOUN, 1983, p.173-174).

O casamento endogâmico, praticado exaustivamente na comunidade do Talhado, assegurou a identidade do grupo, bem como permitiu um aprofundamento da solidariedade, devido às relações consanguíneas. Entretanto, a mestiçagem do grupo, desde a sua origem, torna impossível identificar fortes semelhanças físicas entre pessoas do Talhado.

O texto do dicionário antropológico adverte para as dificuldades de uso do conceito, já que a homogeneidade, atribuída a certas especificidades culturais, e mesmo biológicas, é, na prática, cheia de imprecisões. Assim, mais importante que uma unidade biológica do grupo é a sua consciência ou sentimento de pertencer ao grupo (AKOUN, 1983).

A memória coletiva fornece elementos para duas formas distintas de expressar a etnia: a remanescência e a ressurgência (AUZIAS apud ANDRADE 1997). A primeira se volta para um passado comum que reverbera momentos épicos vividos pelo grupo (ex. os occitandos na França), mas sem um projeto de futuro. Já a segunda forma repensa o passado para utilizá-lo como base para um projeto de sociedade voltado para o futuro, em que a autonomia passa a ser reivindicada pelo grupo.

Dentro desse contexto, encontramos os trabalhos que abordam grupos como o Talhado, tendo em vista as suas características

de comunidade de negros e/ou agrupamento de iguais, caracterizando-se, também, como grupo étnico, entendido aqui, segundo Weber (1991, p.270), como aqueles grupos humanos que, em virtude de lembranças no *habitus*, externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para propagação das relações comunitárias, sendo indiferente com relação à existência ou não de uma comunidade de sangue efetiva.

Nesse sentido, Weber propõe a não-substancialidade das noções de etnia, de povo e de nação. Para ele, a comunidade étnica não constitui, em si mesma, uma comunidade, mas apenas um elemento que facilita as relações comunitárias. Tal autor concebe etnia a partir da forma como efetivamente os atores sociais elaboram suas relações e não de maneira apriorística.

Barth (1969), por sua vez, define grupo étnico como uma “forma de organização social”, cuja característica principal é a autoatribuição e atribuição por outros, como membros de um determinado grupo, com fins interacionais. Nessa perspectiva, Barth nos coloca a proposta de que a etnicidade não é um fato empiricamente testável, mas uma série de símbolos, atitudes e valores. Ainda, segundo Barth, os conceitos de diversidade cultural e contrastividade nascem a partir dos contatos sociais e estão baseados não no isolamento das sociedades, ocorrendo, portanto, a troca mútua de experiências, que fatalmente leva à diversidade e, conseqüentemente, às particularidades de cada grupo.

O ponto de vista desse autor é interessante à medida que podemos associar seu raciocínio às relações migratórias dos membros da comunidade do Talhado, em suas idas e vindas, demonstrando, em um constante contato com os “outros”, uma troca dinâmica de experiências, que podem causar inovações e mudanças em suas vidas.

Ao analisar a questão das fronteiras sociais, Barth (1969) não considera como procedente a visão simplista de que o isolamento geográfico e social foi decisivo na sustentação da diversidade cultural. Assim:

Uma investigação empírica do caráter das fronteiras [...] produz duas descobertas que são dificilmente inesperadas, mas que demonstram a inadequação desta visão. Primeiro, é fato que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas através delas. Em outras palavras, distinções étnicas categóricas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas geram processos de exclusão e incorporação através dos quais categorias isoladas se mantêm, apesar de variarem a participação e pertencimento no curso de histórias individuais. Segundo, percebe-se que muitas vezes relações sociais estáveis são mantidas através dessas fronteiras, e são frequentemente baseadas precisamente nos status étnicos dicotômicos. Em outras palavras, distinções étnicas não dependem da ausência de interação social e aceitação, mas ao contrário, são muitas vezes a base na qual os sistemas sociais compreendidos se constroem (BARTH, 1969, p.1).

Portanto, as diferenças culturais podem persistir, apesar do contato e interdependência interétnicos. Entretanto, é importante entender que a ideia de dispersão do grupo do Talhado, através da migração, não provocou assimilação do grupo a outras comunidades, mas reforçou a sua identidade⁷.

7 Sobre o assunto, ver: BACELAR, J. **Etnicidade** – Ser negro em Salvador. Salvador, 1989, p. 40.

Cunha (1996), ao abordar a questão da identidade, a partir de Weber, mostra-nos que a etnicidade pode ser mais bem entendida como uma forma de organização política, pois:

As comunidades étnicas podiam ser formas de organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma que eram forma de organização política. Descobriu-se que a etnicidade podia ser uma linguagem... Foi o momento de pôr em evidência o caráter manipulativo da etnicidade (CUNHA, 1996, p.99).

A partir desse ponto de vista, entendemos que, segundo Carneiro da Cunha, não se pode distinguir o grupo de sua cultura, embora esta entre, de modo essencial, na etnicidade. Além disso, a cultura não é algo dado, posto, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados. Assim, dentro do dinamismo, que a cultura deve ser concebida, a etnicidade se apresenta como uma linguagem, que permite a comunicação. Portanto, “A etnicidade, como qualquer forma de reivindicação cultural, é uma forma importante de protestos eminentemente políticos” (CUNHA, 1996, p.108).

A etnia não existe, por si só, como algo natural, mas faz parte do cenário político. Nesse sentido, Lima (1992 p.28) afirma que “o que existem são projetos étnicos que se marcam, que se adotam esse símbolo. O grupo étnico, pois, é uma comunidade; é uma coletividade, um potencial de ação”.

O grau de parentesco, a posse de terra, a produção da cerâmica e a situação de discriminação, dentro do jogo das tradições e memórias entre negros e brancos de Santa Luzia, aparecem como componentes visíveis de identificação do grupo do Talhado. Entretanto, tentaremos buscar as singularidades que aparecem nas práticas discursivas desses membros e que contribuem para o traçado do potencial político de ação, enfocado por Manuela

Carneiro da Cunha, visando detectar o nível de resistência frente às mudanças introduzidas em seu espaço. Daí, concordarmos com Laraia (1993, p.103), quando afirma que: “Cada mudança, por menor que seja, representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco de embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras”.

Portanto, a nossa intenção é a de problematizar de que maneira se dá a identidade dos “negros do Talhado”, tendo como referência de estudo a questão étnica. Ao invés de enfatizarmos as perdas em relação aos hábitos e costumes, vivenciados pelo grupo, procuramos sinalizar um processo de reconstrução de identidade. Nesse sentido, tentaremos destacar que a heterogeneidade e a diversidade funcionam como uma força social e política, na construção de sua identidade e de práticas construtivas, que levam os membros do grupo do Talhado a uma possível reorganização de suas vidas.

Estudos sociológicos e antropológicos sobre comunidades rurais de negros

Sabemos que o estudo sobre o negro, em condições de vida rural, coloca de imediato, como foco virtual de análise, o modo de vida do camponês e a diferenciação étnica. Entretanto, o privilegiamento das relações interétnicas remete à questão da identidade do cenário das relações entre campesinato e capitalismo.

Segundo Bandeira (1981), os estudos pioneiros de pequenas comunidades rurais de negros, no interior de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, elaborados por Harris, Hutchinson, Zimmerman e Wagley (1952), abriram passagem para o tema das relações étnicas no meio rural, a partir das relações raciais entre negros e brancos. A existência de comunidades negras, em situação de vida rural, não chega a ser uma raridade no Brasil, especialmente no Nordeste e Centro-Oeste.

Segundo Moura (1988), ao tratar do escravo negro e do sertão, nem sempre as informações sobre as comunidades rurais negras nos vêm através de trabalhos sistemáticos. Jornalistas também descobrem, de vez em quando, como elemento de notícia, restos de antigos quilombos que existiam no sertão.

Com relação às reportagens que tratam sobre o tema, entre algumas comunidades negras da Paraíba, citadas por esse autor, encontra-se o núcleo da Serra do Talhado que, como as demais comunidades negras, se forma, provavelmente, com a fuga de antigos escravos da monocultura da cana, no brejo, e da faina da lavoura de algodão, da zona sertaneja dos Cariris.

Na interpretação de um jornalista, em reportagem para *O Estado de São Paulo*,

[...] o Talhado não pode, assim, confirmar-se a caracteres especialíssimos. Porque ele não é mais do que uma grande e longínqua favela no seu sentido mais positivo na concepção mais original e física. Uma grande favela rural, onde a morfologia, os costumes, os acidentes e o folclore negros se entremostam com variantes, apenas, das favelas cariocas (MOURA, p.254).

Apesar dos laivos, visivelmente racistas do correspondente de *O Estado de São Paulo*, podemos ver, pela parte informativa do seu trabalho, que, de fato, os negros da Serra do Talhado são restos de um antigo quilombo.

É oportuno afirmar que a hipótese do jornalista é rejeitada pelo povo do Talhado, como também pelo nosso estudo, pois não nos propomos verificar se a comunidade se trata de um quilombo ou não, apenas apresentamos algumas semelhanças.

Para Chiavenato (1987, p.158), os quilombos tanto podiam ser cinco ou seis casebres no meio da floresta, onde se escondiam alguns negros, plantando roças ou vivendo de frutos do mato, a

exemplo de organizações poderosas, como Palmares, que chegou a ter 20 mil habitantes e uma eficiente força militar para se defender dos exércitos que tentaram destruí-lo.

Nesse contexto, os negros fugiam, reuniam-se e criavam uma comunidade no mato: surgiam roçados, casebres, organização política e social, baseada na propriedade coletiva e em uma força guerreira. Sempre perseguidos, mudavam frequentemente de local. Essa era a base dos quilombos: a fuga da escravidão e a tentativa de estabelecer uma comunidade negra no meio do mato, autônoma e livre.

Considerando as dificuldades e a opressão, por parte da sociedade dominante, o que observamos é que a tentativa de formar uma comunidade à parte significa uma busca de liberdade para os negros, no exercício de suas atividades, sem a interferência dos brancos. Dessa forma, Moura (1993, p.49-50), no que diz respeito à economia dos quilombos enquanto trabalho cooperativo e comunitário, indica que: “Além de um setor extrato-coletor, devemos destacar outro, o artesanal, em que eram produzidos cestos, pilões, tecidos grossos, potes de argila e vasilhas de modo geral para diversos usos [...]”.

Dentro das semelhanças encontradas entre a organização do Talhado e os quilombos, vemos que o setor artesanal se destaca na comunidade, dada à importância que a cerâmica assume para o grupo.

Segundo Lima (1992, p.12-13), com o término da escravidão, negros começaram a se reunir em grupos e a vivenciar a experiência de um sistema de posse da terra, sob o signo da condição social de liberto.

Na perspectiva de Lima, o autor Alfredo Almeida defende que a ocupação das terras, pelos negros, adquire uma denominação específica, atrelada ao sistema de posse comunal que adotaram, evidenciando a heterogeneidade das situações, tais como: terras de preto, terras de santo e terras de irmandade. Nesse sentido, as terras de preto

[...] compreendem aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização da justiça, pelas famílias de ex-escravos a partir da desagregação das grandes propriedades monoculturas. São também assim qualificadas as extensões correspondentes aos quilombos, que permanecem em isolamento relativo (LIMA,1992, p.12-13).

As terras de santo compreendem “a desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à igreja”; em contrapartida, as terras de irmandade “constituem uma variação das formas de apossamento em antigos domínios da igreja”. Nessa perspectiva, “com o advento da lei de terras, no ano 1850, ocorre a proibição do acesso a terra por via que não a da compra e se estabelece pena para os que se apossassem da terra dessa disposição legal” (LIMA,1992, p.12-13). Vale dizer que tal lei foi direcionada aos brasileiros brancos e estrangeiros para o acesso a terra, enquanto os negros passam a viver na iminência da perda de seus territórios.

Nesse contexto, os trabalhos, realizados a partir de 1970, têm como ênfase analítica a organização social em termos mais gerais, notadamente sobre os elementos que conformam a especificidade da reprodução sociocultural.

Dessa forma,

[...] na constituição de especialidades negras, a construção social revela a especificidade do grupo em relação à sociedade envolvente e propicia a experiência da alteridade. Assim é que o controle desses espaços por negros emerge como singularidade no contexto das relações sociais. Mediado por uma experiência marcadamente marginalizada desde a época da escravidão africana, o negro busca a superação das marcas do racismo através do agrupamento ‘entre iguais’ (LIMA, 1992, p.15). Grifo da autora.

Portanto, ao mesmo tempo, a territorialidade garante um espaço de “ressurreição étnica”, de superação da solidão criada pela invisibilidade. Permite a socialização negra pela livre transmissão dos bens culturais, sendo também um canal de transmissão e mecanismo de constituição de comunidades negras, que transformam drasticamente as relações sociais, interna e externamente, em termos de expressão concreta de um meio social negro. Internamente, a densidade de cor recupera o respeito, a consideração e a dignidade; externamente, recupera a visibilidade enquanto zona de homogeneidade racial, relativamente resistente à força hegemônica que produz a invisibilidade dos outros segmentos étnicos ao nível social. Sendo assim, a territorialidade funciona como fator de defesa e força, propiciando a coesão do grupo.

No Estado da Paraíba, além da comunidade do Talhado, temos conhecimento de que existem outras comunidades rurais de negros, tais como: a comunidade de “Pedra D’água”, no município de Ingá; a comunidade do “Jacaré” e a de “Caiana dos Crioulos”, ambas em Alagoa Grande; o “Navio”, na cidade de Coremas (que é um sítio dos reideiros em terras do DNOCS).

Nosso estudo conta com algumas referências que contribuem, consideravelmente, para a compreensão da comunidade ao longo de sua trajetória sociocultural, a exemplo de *Aruanda*⁸, primeiro documentário cinematográfico, realizado por Linduarte Noronha, em 1960, quando a comunidade ainda se encontrava em uma situação de isolamento. A proposta desse documentário consiste em mostrar o Talhado como “uma comunidade formada por pequenas propriedades, um estado social fora à parte do país, que existe bibliograficamente e inexistente no âmbito das instituições”; em uma comunidade marcada pelo analfabetismo, secas, fome e isolamento, fatores que a obrigavam a uma vida primitiva.

8 Esse título significa “morada dos orixás”.

Por outro lado, além de folhetos, revistas, fotografias e vídeo, temos o estudo etnográfico da professora doutora Josefa Salete B. Cavalcanti, realizado sobre o Talhado na década de 70, que traça um perfil da comunidade, permitindo-nos uma visão geral de suas condições de vida, suas formas de organização social e de parentesco, bem como suas estruturas de produção, havendo um detalhamento do processo de confecção da cerâmica e, por fim, o mapeamento histórico, social e geográfico do grupo.

Encontramos, também, uma dissertação sobre outra comunidade rural de negros na Paraíba – Pedra D’água – localizada em Ingá, realizada pela professora Elizabeth C. A. Lima, em 1992⁹. Esse trabalho destaca os fatores de territorialidade; tradição cultural e historicamente compartilhada; relações de parentesco enquanto elemento central na organização do grupo e a situação de alteridade, considerando o seu potencial político de ação, as suas estratégias de sobrevivência e o sentido das redefinições com relação às pressões internas, bem como da superação dos conflitos advindos do contato interétnico¹⁰.

Entretanto, a questão da identificação do grupo do Talhado não é tão simples, pois não remete apenas à questão racial, ela está na ancestralidade comum, nos casamentos endogâmicos e na experiência histórica de vida em isolamento. Recentemente, foram constatadas transformações no âmbito da territorialização e desterritorialização ou reterritorialização em espaço urbano, com a manutenção de vínculos com o território de origem. Esses

9 Única dissertação sobre comunidades negras neste Mestrado, fato lamentável, tendo em vista a existência de um grande número dessas comunidades em nosso Estado.

10 É interessante registrar que as pesquisadoras citadas são brancas, o que, de certa forma, demonstra a predominância de pessoas brancas nos meios universitários e o pouco compromisso com a causa dos negros em nossa sociedade.

processos geram modificações na identidade étnica, que também sofre um processo de desconstrução e reconstrução.

Para isso, em nossa análise, a seguir, partiremos do exame dos espaços de caracterização da comunidade rural e da complexidade atual de sua reterritorialização em dois espaços urbanos.

CAPÍTULO 2

O TALHADO: ESPAÇO E HISTÓRIA

A Comunidade Rural

A memória social sobre a origem da comunidade

Existem várias versões sobre a origem da comunidade do Talhado. Tentaremos discorrer sobre algumas dessas versões, na tentativa de entendermos melhor como se deu a constituição desse grupo sem, no entanto, apontarmos a verdadeira origem, tendo em vista a falta de documentos comprobatórios para tal finalidade.

Segundo Clésio S. Ferreira (1981), em reportagem intitulada “A cultura da Serra do Talhado”, os relatos dos moradores são a única fonte de identificação da origem da comunidade, cuja importância histórica foi descortinada no filme *Aruanda*, chegando a identificação de José Carneiro Bento como o ancestral comum da comunidade. Com base em depoimentos dos mais idosos do grupo, conclui-se que fora ele um escravo alforriado, que ali aportou em meados do século passado.

Apontando relatos mais remotos, a mesma reportagem informa que os moradores do Talhado dizem pertencer a duas partes: “Tem a parte do caboclo e tem a parte do negro do Piauí. Do Piauí, veio Joaquim Carneiro, Mane Bonifácio, um chamado Clementino”. No Estado de origem, vivia de “trabalhar em fazenda e matar muita gente”. Na Paraíba, “carregou Cândida Gomes, filha de Cota de Caiçara, cabocla brava, alva de olhos azuis, que foi pegada no rio São Gonçalo, a casco de cavalo e a dente de cachorro no olho de uma caibeira”.

Uma segunda versão sobre a origem da comunidade aponta para uma ascendência indígena dos moradores do Talhado,

reforçada pela atribuição de algumas características indígenas nos costumes, no linguajar “cantado” e na atitude “cismada”. Segundo essa mesma reportagem, esta versão é a preferida pelo então fundador e diretor do Museu Municipal Mobral de Santa Luzia, Jeová Batista. O que parece ser uma tentativa de fugir ao estigma de negro e de escravidão.

Entretanto, percebemos que, atualmente, essa hipótese ainda aparece em outras falas, sempre de pessoas de fora da comunidade, como a do presidente da Irmandade do Rosário, afirmando que “*O povo Talhado é um povo que não se une com ninguém, só com eles mesmos. Um povo que parece que é índio. Sei lá como é aquele povo!?*” (Paulino, 79 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

De acordo com Cavalcanti (1975), Zé Bento foi o primeiro a habitar o Talhado. Ele era agricultor e carpinteiro, mudando-se da Pitombeira, município de Várzea, para o Talhado, onde a madeira era mais abundante. Chegando à serra, a mulher de Zé Bento encontrou barro de boa qualidade e a possibilidade de desenvolver a fabricação da cerâmica, arte transmitida de geração em geração pelas mães a suas filhas.

Poucos são os moradores do Talhado que se dispõem a falar sobre a origem do seu povo, afirmando que já foram muito enganados por pessoas que os procuram com promessas, mas que acabam não cumprindo tais promessas. Além disso, alegam que os mais velhos detêm o conhecimento sobre tal origem, porém alguns já faleceram. Um dos entrevistados justifica esse fato da seguinte forma:

Os mais velhos não dão entrevistas de jeito nenhum, nem querem tirar foto, nada, porque enganaram muito e prometeram muita coisa e não fizeram nada. Aí, muitos até ficaram ignorantes, sai com ignorância, por causa de gente ruim, promete que vai trazer isso e aquilo e desaparece e nunca mais volta nem traz nada, quando chega uma pessoa assim, para falar,

para conversar sobre a história do Talhado, a gente diz que não sabe de nada [...] (Dvalci, 41 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

Outro acrescenta que:

“Essas histórias do Talhado quem contava era Severino de Antonia... esse povo já morreu, eu não sei contar essas histórias velhas, não, também já está escrito, já pegaram essa história todinha... já saiu em jornal, em revista [...]” (Sebastião Braz, 71 anos, entrevista realizada em 16/01/1998).

Os que se dispõem a comentar o assunto corroboram com a versão mais comum encontrada, ou seja, a que afirma ser Zé Bento carpinteiro, oriundo da Pitombeira, o primeiro habitante do Talhado. Vejamos:

O primeiro morador do Talhado foi o meu bisavô, por parte de pai, Zé Bento Carneiro, era pai da mãe do meu pai, Josefa Carneiro. Ele era comedor de madeira, trabalhava com madeira, o lugar dele era a Pitombeira, aí deu a Pitombeira pelo Saco, vendeu e foi embora, subiu a serra, foi morar e lá arrumou sítio e deixou pra nós. O pai do meu pai nasceu e morava na Pitombeira (Elvira, 94 anos, entrevista realizada em 05/12/1997).

Eu tenho uma orientação que esse nosso terreno do Talhado não era lá, não. Isso era lá na Pitombeira. Lá, habitava o finado Zé Bento, morava lá na Pitombeira. Nesse tempo, ele vivia da caça do mato de abelha e trabalhava nesse serviço de madeira. Aí, o finado Zé Bento foi pegou essa terra dele lá na Pitombeira e foi pro Talhado e lá assentou esse povo e ficou matando mocó, preá, trabalhando em madeira, essa outra parte trabalhava em

louça e nisso o povo tá todinho. Essa parte do povo da Pitombeira e Talhado é uma família só, tudo misturado, mas a nossa parte de terra, do finado Zé Bento, era aqui junto de Várzea pra cá, na Pitombeira (Paulino do Talhado, 78 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

É interessante perceber a importância especial, dada a terra para os moradores do Talhado, esta aparece como herança fundamental, que não deve ser esquecida pelos membros do grupo, uma vez que garantiu a sua sobrevivência.

A madeira, por sua vez, era a principal atividade do primeiro habitante do Talhado, o que leva a crer, por parte de muitas pessoas, que o nome da comunidade seja devido ao trabalho de talhar a madeira. Entretanto, o ofício do primeiro morador não fez com que essa atividade se tornasse tradicional entre os moradores da comunidade, pois, como dito anteriormente, a produção da cerâmica é a atividade principal da comunidade atualmente.

A comunidade no espaço geográfico (população)

A Serra do Talhado está a aproximadamente 700 metros de altitude e fica a 26 quilômetros ao sul da sede do município de Santa Luzia, tendo como acesso principal uma estrada de terra. Os sítios, que formam a comunidade do Talhado, são os seguintes: Olho D'água do Talhado, Riacho Grande (os mais populosos), Macambira, Queimada, Balanço, Oiticquinha, Serrinha e Pedra Redonda. A fotografia, a seguir, é da pedra do sítio Olho D'água do Talhado.

Figura 3 - Pedra do Sítio Olho D'água do Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Segundo Cavalcanti (1975), a denominação geral (Talhado) é utilizada por indivíduos estranhos ao grupo e por aqueles que

o compõem, quando falando com pessoas de fora; internamente, entretanto, permanece a divisão nominal dos sítios. Localmente, essa denominação se deve à existência de um penhasco – grande pedra talhada – no alto do olho d’água, como podemos evidenciar na fotografia anterior. Enquanto que, de acordo com o dicionário Aurélio, etimologicamente, a palavra talhado significa “cortado, adequado, ajustado, coagulado; s. m. (bras.) precipício, despenhadeiro; trecho de um rio, apertado entre barrancosas e talhadas a pique”.

Figura 4 - Paisagem vista do alto da Serra do Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Os dados sobre a população do Talhado, segundo a dissertação de Cavalcanti (1975), mostram que, em julho de 1973, a população do Talhado era de 458 habitantes, assim distribuídos: 76 homens, 83 mulheres, 143 crianças do sexo masculino e 156 do sexo feminino; em contrapartida, em 1981, o sítio contava com cerca de 800 pessoas.

Há, na comunidade, duas escolas: uma mais antiga e desativada, que funcionava num prédio construído em 1968, pelo Governo do Estado, e outra construída cerca de 10 anos (atualmente, a única em funcionamento), pela prefeitura, funcionando com aproximadamente 70 alunos. Existe, também, um posto médico, que praticamente não funciona e que se localiza ao lado da escola, ficando próximo à casa do Sr. Sebastião Braz, uma das lideranças da comunidade.

De acordo com o Censo Rural de 1996, realizado pelo IBGE, a população urbana de Santa Luzia era composta por 11.705 habitantes, enquanto a população rural contava com 1.568 habitantes. No Talhado, com base em um levantamento feito pela Secretaria de Saúde do município, em agosto de 1998, havia 151 pessoas, sendo 77 do sexo masculino e 74 do sexo feminino, distribuídas em 40 famílias, e a população do Talhado, residente na cidade, estava estimada em mais de mil pessoas.

Figura 5 - Olho D'água do Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Organização social e relações de parentesco

Para abordar a organização social do Talhado, buscamos subsídios no estudo de Cavalcanti, no qual, pudemos detectar que esta era uma comunidade em situação de semi-isolamento, com organização política própria, onde predominavam os princípios de parentesco e descendência, bem como uma relação de patronato.

A organização do Talhado estava relacionada as suas origens. A regra de residência predominante era uxorilocal, isto é, os homens, ao se casarem, deixam a casa dos pais e passam a morar com a família da mulher. Normalmente, esses casamentos eram realizados entre grupo de primos, ou seja, entre pessoas pertencentes ao mesmo grupo, facilitando a coesão deste e a permanência no seu território.

A partir desses dados, podemos perceber e/ou caracterizar no grupo um elemento da identidade étnica, tendo em vista que o que faz com que os habitantes do grupo se considerem pertencendo ao Talhado seja o grau de parentesco, a posse da terra e a confecção da cerâmica; sobretudo, a situação de alteridade em relação aos brancos e negros da cidade.

Os habitantes da comunidade se consideram pertencentes a uma única família, de modo que, quando se referem à outra comunidade, sempre tomam seu próprio grupo como “minha família”, “nossa família”. É interessante observar que as relações, na comunidade, além de girarem quase sempre em torno da família, contrapondo-se aos demais grupos, politicamente, essas relações estavam centradas na figura de um chefe, que era proprietário de uma “bodega” e que, além de desempenhar o papel apaziguador de conflitos entre os membros do grupo, era também quem emprestava dinheiro em ocasiões, como: doenças, enterros, festas de casamento, além de apadrinhar muitos filhos de pessoas da comunidade. Em outras palavras, uma pessoa considerada de conhecimento, “que entendia dos negócios”, um amigo, sendo

esses os critérios válidos e usados pela comunidade na escolha de suas lideranças.

Vale assinalar que esse chefe continua a ser uma pessoa importante para a comunidade, ele permanece como uma referência para quem se dirige à serra, buscando algum contato ou informação, além de ainda ser chamado “líder do povo do Talhado”, por muitos moradores da cidade e ser sociofundador da associação; algumas vezes, realizando reuniões em sua própria casa, alegando a localização privilegiada em relação à proximidade da escola e à distância das outras casas.

Ainda hoje, encontramos, na comunidade, a prática de casamentos entre primos. Vale dizer que as explicações são muitas a esse respeito:

Casamento aqui é um milagre, quando acontece um, sempre se casa com família. Acho que é por causa da discriminação, nem os rapazes de fora querem as moças, nem as moças daqui querem casar com os rapazes de fora, é muito difícil uma moça daqui casar com rapaz de fora (Gilvaneide, 34 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

Sempre se casa família com família, é difícil casar com um estranho, acho que é o sangue que se combina. Os de fora parece que não querem. É sempre assim, tudo família (Bá de Ventura, 43 anos, entrevista realizada em 18/01/1998).

Quando perguntamos se existem casos de pessoas da comunidade casadas com pessoas de fora, eles afirmam que:

Sempre existe, tem uma, minha irmã, a mais nova, casada com um cara aqui da rua. A maioria da gente do Talhado casa com primo, prima, é mais os que ainda estão lá no sítio” (Céu, 28 anos, entrevista realizada em 22/11/1997);

Meu marido morava no Talhado mais a mãe dele, eles são de João Pessoa; o pai dele ainda é família da gente, mas não quer ser. Ele quer ser mais do que os outros (Céu, 28 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Notamos que, além da discriminação apontada como fator que dificulta os casamentos com pessoas de fora – talvez por essas pessoas recearem ser confundidas com pessoas do Talhado – casar entre família parece ser mais cômodo e comum entre os que se encontram na zona rural, porém os que moram, atualmente, na cidade já encontram mais facilidade nesse aspecto.

Paralelamente a essa situação, encontramos, também, entre os próprios membros da comunidade, pessoas que se recusam, em determinadas ocasiões, – a exemplo quando estão diante de pessoas de fora – ser consideradas do Talhado. É o caso dos filhos do conhecido chefe da comunidade, talvez por terem uma condição financeira melhor que os demais membros da comunidade e por terem morado fora. Além disso, podem ter sofrido na pele o peso da discriminação. Assim, eles negam em falar sobre sua origem talhadina, embora mantenham vínculos com os colegas do grupo e seus familiares, tratando-se, assim, de um caso de manipulação de identidade.

Em estudo realizado sobre o quilombo de Pedra D`água, Lima (1992, p.38) afirma que “com vistas a respaldar a herança da terra como um bem coletivo e um direito adquirido através dos laços de parentesco, é corrente a afirmação de que a terra da comunidade é orientada e distribuída com base na herança coletiva”. Mais na frente, tal autora faz o seguinte esclarecimento: “contudo, a herança coletiva da terra não significa uma apropriação indiferenciada, nem tampouco, resulta em formas coletivas de trabalho”.

Vemos que, no Talhado, a posse da terra pelos membros da comunidade se dá pelo sistema de herança por partilha e se constitui um bem de necessidade simbólica para a sobrevivência do grupo. Segundo Cavalcanti (1975), a terra pertence ao ancestral;

porém, foi sendo pouco a pouco repartida, através do processo de segmentação. Tal repartição foi efetuada de acordo com as normas do grupo; a oficialização só ocorreu em 1928, com a realização do inventário, momento em que os moradores tiveram a escritura de suas terras.

Percebemos que, atualmente, existe, por parte de alguns, uma preocupação em manter a propriedade da terra no Talhado, embora outros tenham vendido a parentes. Nesse caso, a terra continua pertencendo a membros da mesma comunidade, assegurando, assim, que pessoas estranhas não entrarão no território.

O cotidiano e a organização da sobrevivência

A vida simples do povo do Talhado, na zona rural, é marcada pelas dificuldades de conseguir trabalho, água; precariedades da escola e dos transportes. Uma luta que atravessa a existência desse povo por uma vida melhor, com sonhos barrados pela realidade de uma constante espera, como eles mesmos expressam:

É difícil trabalho, difícil demais. O que falta no Talhado é a água, a energia chegou, é difícil pegar água, porque é longe. Lá no sítio, se eles tentassem botar um motor... porque motor na seca dá para botar dentro de casa diretamente, o cara se esforça muito carregando água (Nilton, 18 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

Um exemplo das dificuldades enfrentadas pelo povo do Talhado é que somente, em 06 de abril de 1997, foi inaugurada, pelo governador José Maranhão, a energia elétrica, através do Programa de Eletrificação Rural. Embora a energia não tivesse chegado a todas as casas, existia a promessa da continuidade do programa em janeiro de 1998, o que ainda não aconteceu.

Na comunidade de Pedra D'água, Lima (1992, p.54) relata as estratégias utilizadas pelos moradores, ao anoitecer sem energia elétrica:

A noite se aproxima, o marido retorna à casa de morada, o jantar é servido às seis horas com o resto do alimento da refeição do almoço ou acrescida com algum prato à base de milho. A lamparina é acesa e o silêncio se faz presente. Após o jantar, começam-se a ouvir os primeiros passos de pessoas caminhando. São as visitas que chegam às casas dos parentes mais próximos, sentam-se no terreiro da casa, acendem cachimbos e, à luz das estrelas, relatam o dia-a-dia, fazem “fofoca”, contam piadas e, alguns, escutam rádio.
(Grifo da autora).

No Talhado, a situação é diferente. Porém, apenas três residências possuem televisores e o único telefone público existente fica localizado no Pinga, um dos sítios que fica vizinho à comunidade. Assim, o entrevistado fala:

Quando adocece um, tem uns meninos aí que fretam um carro, aqui tinha uns oito carros ou mais, mas aí eles foram vendendo, vendendo, só resta aqui hoje mesmo, aqui em cima (na serra), dois carros (Dvalci, 41 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

A situação também se mostra difícil para os que sempre viveram melhor economicamente, como argumenta o Sr. Sebastião Braz, ex-proprietário de uma “bodega” e líder da comunidade, muito conhecido da região. A sua mercearia não existe mais, entretanto, na casa da filha, funciona um ponto de venda de cachaça, que não deixa de ser um local onde se reúnem os homens da comunidade para beberem, como faziam no tempo da mercearia lá existente. O Sr. Sebastião Braz nos mostra como vive atualmente:

Eu sou aposentado, eu e a mulher, e vivo de criar. Quando me aperto, vendo uma vaca, um bode, um porco, assim vou vivendo. O Talhado

toda vida teve essas dificuldades, mas agora está pior do que os outros tempos, o pior é a falta d'água (Sebastião Braz, 71 anos, entrevista realizada em 16/01/1998).

Atualmente, a maioria dos moradores do Talhado vive de aposentadoria dos mais velhos e de favores de parentes, políticos e amigos. Portanto, é no âmbito da unidade familiar que se dá o cotidiano dessa gente. Para os que estão na zona rural, o dia a dia é marcado pela busca por água, muitas vezes, ao “pé do rádio”, já que a televisão ainda é um bem de poucos moradores do lugar.

Como base da estrutura econômica local, vemos que, tradicionalmente, ao homem cabe a agricultura; às mulheres, a cerâmica. Em contrapartida, o milho, o feijão e o algodão eram produtos agrícolas, cultivados na comunidade. Atualmente, o milho quase não se cultiva mais, o feijão se destina ao consumo e o algodão é vendido fora. Além disso, a entrevistada afirma que:

O que a gente planta não dá para vender, não, porque nós plantamos pouco, porque nós não temos condições de tratar, nem também o que plantar. Nós compramos pouco, mas dá sempre para comer uns dias, tem muita terra, mas não tem com que trabalhar, botamos um roçadinho e ficamos esperando que Deus mande um inverno (Rita, 55 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

Notamos que a esperança num inverno é primordial; as sementes e os incentivos, por parte do governo, são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura. Caso contrário, a produção será destinada apenas para o consumo da família: “A agricultura acabou-se, empréstimo no banco não tem, ninguém pode fazer; se fizer, *não paga*, porque não tem com que. A agricultura caiu, é por isso que o povo está indo embora para a rua” (Sebastião Braz, 71 anos, entrevista realizada em 16/01/1998).

Quem fez empréstimo em banco enfrentou dificuldades para pagar as dívidas e vive basicamente da aposentadoria, que ajuda a sobreviver no sítio. Além disso, falta água suficiente para plantar. As queixas são inúmeras, mas, apesar dessa situação, alguns ainda insistem em ficar na zona rural, indo para a cidade só em último caso:

O Talhado é melhor do que a cidade, porque aqui o sítio é da gente. Ai, a gente não vive tão bem, porque é pobre. Tem a falta d'água, é muito difícil, mas a gente vai pegar, assim mesmo, e traz, porque nós somos 'carrego' mesmo... a gente merecia que Deus desse uma ajuda a nós, pelo menos enquanto muita gente aqui possuía carro, mas hoje só tem dois. Quando vai, já é com a família. Ainda que a gente tenha o dinheiro, não tem carro para carregar a feira. Ai, a gente sofre mesmo (RITA, 55 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

A referência à dificuldade com transporte do Talhado para a cidade, em caso de doença, e no transporte de mercadorias ou simplesmente no caso de se deslocar para o alto da serra, constitui uma preocupação básica entre os moradores do grupo, pois, com a saída de muitas famílias para a cidade, entre elas, algumas que eram proprietárias de automóveis, a dificuldade de locomoção aumentou:

Por que eu vou para Santa Luzia?! Eu estou assumindo o sítio que minha sogra deixou para mim, então, a gente vai assumindo o sítio, que possa que não possa, porque deixar cair é pior, porque se a gente for embora para a rua era mais fácil a água, era mais fácil um dia de serviço quando arrumasse. Então, aqui é desse jeito: se tiver, come e se não tiver, não come, porque não tenho um meio de nada, só tinha

a louça, hoje parou; é muito pouca gente que faz (RITA, 55 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

Enquanto uns resistem às dificuldades no campo, outros perderam a esperança de melhora, já que as ações dos políticos, junto à comunidade, são mínimas. Muitos foram prejudicados com os empréstimos junto ao banco, devido aos juros altos e à falta de condições em assumirem tais empréstimos, não permitindo que estes se transformassem em benefício para a comunidade:

Lá não tem jeito não, só se fosse o negócio da agricultura; eu mesmo fiz muito negócio no banco com juro barato, aí é muita coisa, só faz negócio no banco para criar, quem tem muita terra. A pessoa que possui 20, 30 hectares de terra pode criar?! Faz negócio no banco e não pode pagar, com quê?! (Manoel, 59 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

Atualmente, dois carros-pipas levam água para a comunidade; o poço e um cata-vento, existentes no Talhado, que deveriam ajudar na falta d'água, no momento, estão desativados, devido a defeitos no cata-vento. Tendo em vista o agravamento recente da seca na região, as pessoas alistadas, na frente de emergência, receberam cestas básicas, doadas pelo governo do Estado, e trabalham no melhoramento da estrada, recebendo R\$ 80.00 mensais.

Assim como acontece na comunidade de Pedra D'água, percebemos que, no Talhado, as casas de tijolos são encontradas em menor quantidade. Lima (1992, p.27) relata que “as primeiras casas edificadas na comunidade foram casas de taipa cobertas com palhas de coqueiro. Ainda há muitas casas deste tipo, mas, aos poucos, estão sendo substituídas pelas de tijolos, por serem mais resistentes e também pela dificuldade para encontrar madeira para construção”.

Figura 6 - Aspectos da construção das casas no Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figura 7 - Casas de tijolos também encontradas no Talhado, porém em menor quantidade



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A cerâmica

Uma das principais características do povo talhadino é a sua atividade com a cerâmica, praticada, tradicionalmente, pelas mulheres, que ajudavam no orçamento familiar, quando agricultura, que é realizada em sua grande maioria pelos homens, não dava para cobrir as despesas da família. Constituía-se, assim, numa forma de ajuda, por parte das mulheres aos maridos. Na foto a seguir, podemos ver a cerâmica ser confeccionada por uma louceira.

Figura 8 - Louceira no trabalho de confecção da cerâmica



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O processo de confecção se dava de segunda a sexta no Talhado, quando os moradores desciam para a comercialização das peças de cerâmica na feira do sábado, em Santa Luzia. O meio de transporte utilizado pelos moradores do Talhado, para transportar as louças, para a feira, era o jumento, passando depois a ser usado o jipe ou a caminhonete.

Atualmente, no Talhado, quase não se faz mais cerâmica para a venda; quem ainda a produz, faz para uso próprio. A cerâmica pode se constituir na prática de um saber partilhado entre as mulheres que tiveram e têm sua aprendizagem realizada pela observação dos trabalhos junto à louceira, como afirma Cavalcanti (1975, p.43): “Desde criança, as meninas observam o processo de confecção, ajudando as suas mães em trabalhos de natureza mais simples, como peneirar a areia”.

Na zona rural, quase nenhuma mulher fabrica a cerâmica; elas explicam que não têm mais condições de produzi-la, porque o ganho é pouco, como afirma essa entrevistada:

Sei fazer, mas não estou fazendo, porque não tem condição mais não, estou doente do espinhaço de fazer louça e de limpar mato, então, eu queimo mato, coivara, faço tudo. Agora, a gente fica pensando: fazer um negócio sem resultado! Porque quando era o fim do ano, não arruma nada, aí volta a sofrer, não compra roupa, não compra nada, aí fica meio difícil pra nós aqui (RITA, 55 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

A pequena quantidade de cerâmica, que ainda é produzida no Talhado, muitas vezes, é vendida lá mesmo, como diz um informante: “não tem condições de trazer para Santa Luzia, a vendagem é pouca” e aponta o aparecimento dos utensílios de alumínio como fator de queda no comércio do produto.

Sendo uma das poucas pessoas que ainda produz cerâmica no sítio do Talhado, Bá de Ventura tem atualmente a cerâmica como sua atividade exclusiva e nos conta as razões que o levaram a se transformar em ceramista:

(Risos) Trabalho que não existia e obrigação. Foi o seguinte: Minha mulher estava gestante, aí teve uma encomenda, foi na vez que ela

ganhou o menino, aí não tinha quem comprar... eu tentei fazer, levantei dois meio tortos pra lá e pra cá – pote, né? Outras coisas eu não fazia, não, aí fiz os dois, ela me ensinando, me dando o jeito somente, porque ela não podia, aí fui, levantei, acabei os dois, no outro dia, eu pisei o barro, molhei, continuei e levantei três, eram vinte e cinco para eu fazer, eu sei que fiz quinze, aí fui na casa de minha sogra, ela fazia também, antigamente, aí tinha dez, aí completei os vinte, aí eu fui levar, aí comecei. Na queimação, só saiu vinte, aí eu fui levar, aí eu comecei. Ela faz também, mas agora parou, porque está adoentada vai fazer uns exames, vai se operar, temos sete filhos. Isso que eu faço todo mundo diz: isso é serviço para homem!... isso é negócio pra mulher, e tal, não sei o quê... Dizem que aqui, no Rio Grande do Norte, tem uma fábrica que lá faz fôrma (tá vendo isso, a gente faz na mão), dizem que pra lá são só os homens quem faz, mas é na fôrma... É um trabalho comum, mas aí o povo acha que é um trabalho feio para um homem, eu só faço, porque não tem trabalho, se não... eu não fazia, não. Se estivesse um emprego para, já tinha saído fora, porque não tem vendagem, antigamente tinha, quando eu comecei... essas peças, que eu disse a você, eu vendi num jipão que trouxe aquele de quatro portas, eu vendi dezoito e trouxe a carroça cheia de mercadoria e o bolso cheio de dinheiro e hoje faço uma carrada para apurar 100 reais e não faço uma feira. Faço desde 1985, vai fazer treze anos que eu aprendi a fazer por necessidade, que eu não tinha outro rumo pra viver, aí eu digo, minha mulher não vai passar necessidade, de resguardo, aí comendo com o que eu vendi e foi uma feira que passei mais de mês comendo. O resguardo ela passou bem, tranquila, e hoje não está dando, ela está doente, vai se operar

de vesícula e eu tenho que me virar. Tenho dois filhos de maior, uma casada, que está no Ceará, os mais velhos estão no Ceará e os outros comigo, em casa (Bá de Ventura, 43 anos, entrevista realizada em 18/01/1998).

A explicação dada por esse informante demonstra o quanto é estranho, para as pessoas do Talhado, ver um homem trabalhando em tal atividade, porém ele só a exerce por falta de outro serviço e devido à necessidade premente.

Como acontece com as rendeiras, em outras comunidades do Nordeste, um homem só trabalha em atividades naturalizadas, em caso excepcional, tendo que enfrentar o preconceito da maioria das pessoas.

Formas de organização política e econômica - a cooperativa

A ação política do grupo do Talhado se resumia à relação clientelista com os políticos durante os períodos de eleição. Essa ação política sofre uma mudança importante com a criação da cooperativa.

A distinção e confusão existentes entre as atividades políticas e profissionais dos candidatos são percebidas e criticadas no depoimento abaixo, mostrando que, além dos problemas sociais e econômicos, enfrentados na cidade, o povo se vê na obrigação de trocar seu voto por favores, deparando-se com a falta de responsabilidade política dessas pessoas, que se dizem representantes dos mais carentes:

Aqui, tem dois médicos que são queridos, primeiramente, o deputado Antonio Ivo, segundo, Ademir Moraes, eles como médicos são uns bons médicos. Como políticos, não valem nada, entendeu? Porque eles dão colher de chá demais aos outros, porque eles, como políticos ou como médicos, eles chegassem e dissessem: Eu sou

médico, eu não faço questão por dinheiro, agora, eu como político também se você quiser votar em mim, vote, que eu também não vou dá dinheiro a ninguém, não, mas ele chega e é o seguinte: um que puxa o voto do outro, entendeu? Aí foi a desgraça do Talhado, aqui tudinho só foi nessa, se ele tivesse dito: não, eu não dou, o pessoal do Talhado tava todinho aqui, entendeu? Estavam tudo aqui, mas ele, como médico, político, eles como médico são bons, agora como políticos não valem nada, agora tanto faz um como o outro, eu não voto mais em ninguém. Porque lá em casa tem um bocado de voto, eu vou dizer: não, meu filho, vote, não! Vote, não, que eles não merecem, os caras votam, porque tudo que tem política no meio só vai de água a baixo, entendeu? (Manoel, 59 anos, entrevista realizada em 16/12/1997).

Percebemos, ainda, que são muitas as consequências causadas pelas atividades dos políticos que, na tentativa de se elegerem, se aproveitam da situação de pobreza, sofrimento e falta de informação, para enganar a população. Entretanto, a situação pode mudar, mesmo que seja através da revolta ou do desespero, como vemos na fala de seu Manoel, quando este aconselha o filho a não votar em ninguém.

O presidente da associação, que funciona na zona rural, pelo fato de ser agente de saúde e residir na cidade, também é cobrado pelo representante do galpão, que percebe nele uma liderança que pode fazer, também, algo pelo povo do Talhado em geral, sem distinção entre os que se encontram no campo ou na cidade. Para ele, o prefeito já ajudou muito, dava colchão, feira, mas o presidente da associação, no seu entender, deve ajudar mais, pois ele trabalha na área de saúde e vive em contato com os políticos.

A cooperativa, organizada pelo povo do Talhado, juntamente com os técnicos da Emater, constitui-se numa forma organizada de reivindicar melhorias para a população da comunidade.

Registrada como cooperativa e denominada de Associação do Núcleo de Integração Rural do Talhado – ANIRT, esta foi fundada em 30 de janeiro de 1994, tendo estatuto próprio e toda documentação legal para o funcionamento de suas atividades.

O presidente da entidade, reeleito naquele ano, era Pedro Severino de Andrade, 41 anos; com 1º grau completo, agente de saúde de Santa Luzia e membro do grupo, que agora reside na cidade. Segundo ele, muitas são as conquistas já realizadas através dessa cooperativa, um exemplo é a chegada da energia elétrica e projetos de irrigação, com a construção de uma barragem.

Pedro nos fala sobre os objetivos e a fundação da associação, além de sua escolha para ser o presidente:

A gente tem que lutar pelo Talhado, por coisa melhor, agora só que a dificuldade é muito grande, os homens não se interessam, rapaz, a gente só se interessa e os políticos não, o interesse da gente, sem condição financeira, não vai levar nada a frente, né? (Pedro, 45 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Com relação à fundação da associação e número de associados, ele destaca que:

A associação foi fundada em 30 de janeiro de 94. Aí, de lá pra cá, tem sempre trabalhado, mas sempre a dificuldade é imensa, isto é, a gente nunca encontra uma facilidade pra nada, uma ajuda de nada. Tem uns 30 associados. Aqui, são famílias com 140 pessoas, morando aqui ainda. A gente se reúne, o pessoal sempre eles entendem a associação, só que a gente tem dificuldade por parte do poder público, acho que eles não têm interesse de ajudar, né? (Pedro, 45 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Sobre sua escolha para presidente da associação e as atividades desenvolvidas por esta:

É porque já trabalhava de agente comunitário aqui, né? Aí, eu convoquei uma reunião, que é nessa associação. Ela foi fundada em 94. Aí, ela começou a funcionar mesmo em 96. Entrou um presidente e ele nunca se interessou por nada, nunca registrou, porque tinha que o estatuto, tinha um bocado de burocracia que a gente tem que fazer, aí, ficou parado durante 2 anos. Aí, em 96, a gente começou a funcionar, aí, quando arrumaram essa energia pra cá, e tem a promessa de adquirir mais energia. Tinha um projeto de uma barragem muito grande aqui no Talhado. Se acontecesse dela ser feita, depois dela enchendo, 5 anos de seca garantidos, ela não seca. Tudo isso a gente tá tentando arrumar, por meio da associação e agora moradores sempre participam, tem muitas pessoas nas reuniões e participam na mensalidade, paga todo mês 1 real. Sempre a gente aqui, quando tem uma festinha, dia das mães, dia das crianças, natal, todo mês a gente tá tendo missa, antes não tinha, agora, a gente organiza aqui, todo mês tá tendo missa, as festinhas e um forró, que o pessoal gosta de brincar e estamos tocando a vida pra vida, se Deus quiser, a gente chega lá né? (Pedro, 45 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Sebastião Braz, que sempre foi considerado uma liderança local, é também fundador da associação, realizando, às vezes, reuniões em sua casa. Sobre a sua participação na associação, ele afirma que: “Essa associação é lá em casa, a bem dessa associação que nós criamos, veio esse projeto Cooperar e nós temos a energia [...]” (Sebastião Braz, 71 anos, entrevista realizada em 16/01/1998).

Além desses citados, muitos outros membros da comunidade, que moram no sítio, depositam suas esperanças na organização dessa associação, principalmente pela promessa de realização da segunda etapa de expansão da energia elétrica, que beneficiou, primeiramente, apenas alguns moradores. A seguir, destacamos um quadro que exemplifica as reivindicações e avanços dessa associação.

Quadro 1 - Quadro explicativo de reivindicações e conquistas da associação

01	Construção de uma barragem	- Não atendida (projeto elaborado).
02	Eletrificação	- Atendida em parte.
03	Telefone público	- Não atendida.
04	Motor-bomba	- Não atendida (falta energia elétrica no local).
05	Sementes	- Atendida, mas foram perdidas com a estiagem.
06	Missas	- Atendida.
07	Carro-pipa	- Atendida.
08	Recuperação da escola do Estado	- Não atendida.
09	Máquina de escrever	- Não atendida.

Fonte: Associação dos moradores do Talhado.

Apesar de ainda serem poucas as conquistas da associação, ao nosso ver, esta tem o papel de fortalecer o grupo perante a cidade e as instituições públicas e, dessa forma, reafirmar a sua identidade.

O lazer: as festas, os jogos e as brincadeiras

Tido como “um lugar sofrido”, o Talhado também é lembrado como um lugar de festas, alegria e “tempo bom”. As festas, no meio rural, ainda são lembradas como as melhores e não é difícil os moradores preferirem realizá-las no sítio, mesmo os que se encontram na cidade:

Quando eu morava no Talhado e era nova, a gente dançava muito. Eu tenho um tio, que é

Ciço Bento, era 31 noites do mês de maio que a gente dançava, mas ninguém nunca viu esse desespero que tem hoje, um escândalo muito grande de hoje... A gente não chamava nome feio na vista da mãe. A gente tinha respeito... Tinha festa direto, a minha vó, ela rezava o mês de maio e a gente dançava 31 noites, nunca houve uma briga. Rezava a novena e depois saía da casa da minha vó e ia para a casa do meu tio, que era quem tocava (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

As brincadeiras se resumem, atualmente, aos encontros por ocasião de festas de casamento e aniversários, quando todos se reúnem, incluindo os da cidade e os da zona rural. Tais festas geralmente acontecem na serra, dando a impressão de que essa é uma estratégia de resistência e consolidação da solidariedade dos laços na comunidade, como evidencia a fotografia abaixo:

Figura 9 - Jogo de cartas entre pessoas da comunidade



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A dança, de um modo geral, constitui-se em um forte elemento de expressão da cultura negra. O pessoal do Talhado pode ser considerado um povo festeiro, embora a dança preferida por eles não seja de origem africana: o forró, pois é bastante comum encontrarmos festas ao som da sanfona, triângulo e zabumba, bem ao gosto nordestino, em qualquer ocasião que mereça uma comemoração, como mostra a foto a seguir:

Figura 10 - O tradicional forró na serra com os sanfoneiros do Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O jogo de futebol, no sítio, as tradicionais “peladas”, é outro aspecto de lazer do povo do Talhado bastante lembrado. Sempre, aos domingos, eles se reuniam para jogar. Entretanto, hoje, praticamente não existe mais a prática desse esporte, devido ao grande número de pessoas que estão deixando a comunidade, ficando, portanto, apenas lembranças desse esporte, assim como a caça e a pesca, atividades cada vez mais raras entre eles.

Apesar de participarem das festas promovidas pela prefeitura de Santa Luzia, os moradores do Talhado, que moram na cidade,

também se divertem, indo ao sítio do Talhado, pois muitos preferem realizar suas comemorações mais antigas na zona rural, em suas antigas residências, que se encontram fechadas, a exemplo da fotografia em destaque:

Figura 11 - Concentração de pessoas da comunidade por ocasião de uma festa



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Por ocasião de uma festa de aniversário, realizada no sítio, na qual estivemos presentes, percebemos que a animação do povo talhadino continua fazendo parte das festas, cujo ritmo é marcado pela sanfona. Um dos informantes nos faz uma apresentação dos convidados, com bastante emoção e prazer (quase todos da comunidade e, principalmente, muitos que estão morando na cidade), pois a festa é uma ocasião de reunir amigos e reforçar a solidariedade entre os membros da comunidade, assim como renovar as esperanças em um futuro melhor, até mesmo de ventilar uma possível volta dos companheiros que estão de fora:

Tem muita gente aqui que mora tudo na cidade, mas gosta daqui. Por que estão fazendo essa brincadeira aqui? Porque gostam do lugar, mas eu acho que vão voltar a morar aqui de novo. Quando se faz brincadeira dessa, junta o pessoal todo. São muitos os convidados. Eu estou com minha esposa aqui, conhecida como Raimunda (tem até aquele tipo de música que eu não vou explicar), né? Aí, tem Boim grande, meu amigo, tem “Padaria”, que é meu compadre, além de ser compadre, é meu filho. Tem o Francisco, tem o Valdemar, tem o Valci, que é puxador de fole, tem o Titico sanfoneiro, tem Babá, que é conhecido por Bá, tem o Inácio Josca. É um prazer mostrar esse pessoal e essa brincadeira; acho que vai até, não sei, não, vai à vontade deles, Aí, até onde eles quiserem (Manoel, 59 anos, entrevista realizada em 16/12/1997).

As festas e a associação são os elementos que permitem reunir os dois grupos. É importante destacar que os moradores que se mudaram para a cidade não deixaram de frequentar o sítio do Talhado na serra, principalmente nos períodos de festas e nas reuniões com os outros moradores na associação.

Uma característica do povo do Talhado – podemos até dizer que se constitui numa tradição – é tocar sanfona. Muitos dos homens do local aprenderam com os pais, que continuam a passar a arte para seus filhos. Entre eles, destaca-se Titico, sendo vencedor de festivais e conhecido no Estado como “sanfoneiro de primeira”, ele é referência quando se trata do assunto. Agora, morando na cidade, ele nos conta como aprendeu a tocar, como é sua vida e a relação com o Talhado:

A gente nasceu lá, meu pai era sanfoneiro também. Eu vendo ele tocar, achei bonito. Esse negócio é bonito, eu vou ver como é que é!

Comecei por ali, fazer um barulhozinho e tal até que fui aperfeiçoando a arte e hoje ainda estou exercendo esse cargo de sanfoneiro. Tem muitas pessoas lá no Talhado, inclusive as pessoas lá, são muito ativas, apesar que são de uma terra de ser difícil as coisas. As coisas lá são difíceis, mas o pessoal é inteligente. Eu acho que a coisa vem da veia, porque lá todo mundo é família e vem passando. Faz 12 anos que moro aqui, na cidade. Tenho 3 filhas. Aí, então, o instrumento é muito pesado para elas, então, eu não deixo pegarem na sanfona, elas têm vontade, mas eu não deixo; se fosse um filho homem, era mais fácil (Titico, 47 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

É interessante observar sua queixa em relação a não ter “filho -homem”, para continuar a sua arte de sanfoneiro, pois, no seu entender, suas filhas não podem aprender a tocar. Mesmo que a explicação para tal fato seja outra, nota-se que o motivo simplesmente seja o preconceito de gênero, pelo fato de nunca se verem, pelas redondezas, mulheres tocando sanfona nas festas e, até mesmo, empregando-a como meio de ajuda no orçamento familiar, como os homens fazem.

O sanfoneiro, ao se lembrar dos forrós na casa de seu pai Isaías e de Sebastião Braz, como “os mais falados” ou melhores do Talhado, afirma também que, no Talhado, existem outros sanfoneiros, mas que ele é o único que vive só de tocar, tendo um grupo de forró que toca em festas, quando convidado, sendo a época da festa de São João o foco das apresentações e, portanto, a época de se ganhar “um dinheirinho” a mais. Essa atividade poderia se tornar uma atividade profissional, para obter renda, como o grupo de forró, que ganha com as festas.

A Comunidade Urbana

As migrações do campo para a cidade

Nos últimos 20 anos, a população do Talhado tem buscado, através da migração para a cidade, uma melhor condição de vida, tendo em vista a seca que assola a região e as dificuldades comuns ao meio rural. Nesse sentido, observamos que, à medida que os contatos entre os negros do Talhado e os brancos da cidade aumentaram, os problemas étnicos e raciais tendem a aumentar. A migração permitiu tais contatos e estes tendem a ser problemáticos, principalmente pela relação com o “outro” e o reconhecimento das fronteiras entre uns e outros.

A migração constitui um fenômeno que nos interessa enquanto um dos fatores de mudança e reorganização da comunidade, sendo tratada por Cavalcanti em seu estudo como uma migração temporária que continua existindo. Na época de sua pesquisa, aconteciam as migrações para os outros Estados do País, principalmente Rio de Janeiro, quando os homens deixavam suas mulheres com os filhos tomando conta da terra e partiam em busca de trabalho, para em seguida voltarem. O mesmo fenômeno acontece em outras comunidades assim como na comunidade de Pedra D'água, estudada por Lima (1992). Todavia, o movimento migratório, observado nos dias atuais, em direção à cidade de Santa Luzia se dá não apenas com a saída dos homens, mas toda família que fixa residência na periferia da cidade.

Os membros do Talhado, que hoje residem na cidade, atribuem a sua “descida” às frequentes secas que assolam a região. Vale dizer que, atualmente, suas atividades estão suspensas no Talhado. Tão logo as coisas melhorem por lá, retomam o trabalho de lavoura, já que a terra continua lhes pertencendo.

Muitos membros do grupo, que permaneceram no Talhado, não desejam migrar para a cidade, tentando, a todo custo, se manter

na terra em que sempre viveram. Parece-nos que esse movimento migratório pode ser um fator importante na construção de novas experiências e vivências pelo grupo, dada a oportunidade de maiores contatos e acesso a novidades, vindas de fora, constituindo-se, assim, numa troca de experiências e intercâmbio entre saberes diferentes, o que deve levar à construção de novas táticas e estratégias para o grupo.

É constante o fluxo de pessoas do Talhado em direção a outros lugares, como já foi colocado antes. Para alguns, já é comum se mudarem de um lugar para outros lugares; para outros, é comum se mudarem em busca de uma vida melhor, embora as lembranças sejam muitas e o Talhado, por ser o lugar de origem, apareça como preferido, mesmo sabendo das impossibilidades de uma volta nesse momento, dadas as dificuldades que encontram para sobreviver naquele espaço. Entretanto, o relato a seguir revela que existe a migração temporária e não definitiva para o Sul:

Faz 8 anos que moro na cidade. Faz 25 anos que vivo de Santa Luzia para o Rio, mas eu nunca esqueço o Rio de Janeiro, nunca esqueço do Talhado, entendeu? Porque eu sou mais o Rio de Janeiro e o Talhado que Santa Luzia que é boa, mas não tem trabalho para gente viver (Tião, 43 anos, entrevista realizada em 23/11/1997).

Dona Rita nos mostra os aspectos positivos e negativos de se morar na cidade:

Porque aqui sempre trabalha, sempre pega um dinheirinho, as coisas são mais fáceis. Lá, a gente fazia louça e era preciso fretar carro para trazer pra cá, ou trazia nos jumentinhos cansados, e aqui é mais fácil as coisas do que lá. Se eu pudesse, eu voltava pra lá, não perdi

as esperanças de voltar pra minha casa, não, ajeitar minha casa todinha, que ela tá muito destiorada, mas eu tenho muita vontade de voltar, não esqueço da minha casa nunca, lá é muito sossego, não gosto muito daqui não, eu vivo, mas não gosto muito daqui, não, vivo aqui não gosto muito não, porque aqui é uma zoadá de carro, meus filhos pegam a andar pela rua, aí eu fico sem dormir, fico sem sossego, às vezes, sento na calçada pra esperar que eles cheguem, pra dormir e lá não, é um sossego (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

Há quem não veja vantagem na ida do povo do Talhado para a cidade, como afirma o presidente da associação, que mora na cidade:

Eu acho uma coisa meia à toa, uma besteira muito grande deles; na cidade, não oferece coisa boa pra ninguém; não oferece vantagem pra ninguém, é, eles saem daqui por falta d'água, porque, nessa época agora, aqui fica muito seco d'água. Aí, então, por causa do açude, aí eles vão pra lá, quando é no inverno, eles retornam de lá pra cá. Agora, tudo isso, a culpa não é dos moradores do Talhado, é culpa já dos poderes públicos, que nunca se interessaram de fazer açude que fizesse com que permanecessem aqui no local. Se aqui fosse um açude, que nessa época agora fizessem um plantio fora de algodão, do milho, do feijão da época. Quer dizer, podia tá todos aqui, por falta disso, falta de interesse também, é que faz eles irem embora do sítio para a cidade (Pedro, 41 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Vantagens para uns, desvantagens para outros, o certo é que a maioria das pessoas do Talhado pretende deixar a sua terra em direção à cidade, os motivos são basicamente a falta de condições

de sobreviver num lugar seco, de difícil acesso, sem meios de transportes e sem perspectivas de melhores condições de vida. Voltar para o Talhado, para quem já está acostumado à cidade, é uma possibilidade remota, que pode estar nos sonhos de muitos, mas não faz parte dos seus projetos imediatos, tendo em vista a realidade sempre se colocar contrária à realização desse desejo: “Só volto se melhorar, porque lá não tem condições, eu mesmo gosto muito de lá, é minha terra, onde nasci e me criei” (Céu, 28 anos, entrevista realizada em 22/11/1997). Outro entrevistado segue essa mesma perspectiva:

Rapaz, eu não tenho vontade de morar no Talhado, porque, no sítio, agora, acho que tá derrubado. Eu trabalho mais em São Paulo do que em Santa Luzia mesmo. Eu trabalhei lá em São Paulo e tô pensando em voltar de novo. Essa Paraíba é meia difícil. Estudei só um pouco, só até a 3ª. Quem tem amor pelo sítio, sempre o lugar é aqui, mas o cara quando se cria assim pelo meio do mundo... tem muita gente que não, aí daqui pra ir pra não, porque acha que aqui não tem meio de vida (Joel, 22 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

É preciso esclarecer que existem, nesse caso, dois tipos de mobilidade do povo do Talhado: a migração para o Sul, Rio e São Paulo, e a mobilidade para a cidade de Santa Luzia, que antes tinha um fluxo para comprar e vender produtos na feira da cidade e depois se tornou permanente, com residência fixa, no Bairro São José.

Cavalcanti (1975), analisando o êxodo do grupo nos primeiros anos da década de 70, já antevia a possibilidade de dissolução da comunidade, que permanecia em razão de as mulheres ficarem na serra:

A continuidade do grupo só tem tornado possível, pelo tipo de organização que o mesmo

possui. As mulheres asseguram a continuidade do grupo, impedem a migração dos homens. Entretanto, não podemos precisar até quando, a manutenção da organização atual poderá ser mantida, em face das mudanças que começaram a ser introduzidas, afetando a sua visão do mundo (CAVALCANTI, 1975, p.30).

É importante notar que a preocupação, apresentada pela autora, de uma possível abertura das relações dos habitantes do Talhado se concretizou, dadas as modificações já introduzidas entre estes no período final de sua pesquisa, resultando em transformações nos comportamentos dos componentes do grupo, principalmente a partir de sua migração para a cidade.

A possibilidade de contato com eletrodomésticos, como a televisão, e com toda a abrangência de informações que esta pode proporcionar, certamente tem mudado o modo de pensar e de ver o mundo pelos talhadinos. Todavia, ainda há os que resistem, mas o que se nota é que o povo do Talhado está cada vez mais vulnerável a engrossar a periferia de Santa Luzia, num processo de favelização quase inevitável.

Em Santa Luzia, como qualquer cidade, os costumes e os valores se diferenciam: os espaços para analfabetos e pessoas sem profissão definida são cada vez menores. Entretanto, os projetos desenvolvidos pela Prefeitura local e as características de vida na cidade têm atraído esse pessoal, fazendo com que a maioria se sinta bem e até tenha encontrado mais facilidade para viver, como nos afirma Dona Rita Preta, uma das líderes do grupo: “No Talhado, o sofrimento era maior, tinha que pegar lenha na cabeça, água na cabeça, era tudo mais difícil” (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada 06/12/1997).

Por outro lado, ela nos informa que o seu marido trabalha eventualmente no sítio do Talhado, apesar de residirem na cidade, e que a terra continua pertencendo à família.

É interessante registrar que a vinda da maioria da população do Talhado para a cidade aconteceu, entre outras coisas, devido ao assistencialismo e promessas de políticos da região, que distribuíam feiras para essas pessoas, de modo que toda semana estavam na cidade, em busca desse benefício. Nessas idas e vindas, resolveram ficar na cidade, acreditando que assim seria melhor. Muitos deles não concordavam com a saída dessas pessoas:

Quem acabou com o Talhado foram os próprios políticos da cidade, fazendo uma casinha de taipa na cidade, aí, eles não queriam mais trabalhar, eles vinham em casa, chegavam em casa, na rua, os políticos dava as compras, ele vinha trazer em casa e voltava de novo, pro político dá outra feira a eles, quem acabou com o Talhado foram os próprios políticos. Se os políticos não tivessem feito isso, tava todo mundo na comunidade do Talhado, trabalhando, todo mundo nas suas casas, desde 1972. De 72 pra cá, foi que começou a safadeza, que ninguém quis mais trabalhar; agora foram os próprios políticos que fizeram a própria safadeza aqui no Talhado e hoje não querem dá, não querem dá (Manoel, 59 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

Devido às precárias condições de moradia, falta de água, saúde, trabalho e educação, existe uma expectativa grande, por parte do povo do Talhado, em serem ajudados pelos representantes do poder público, mesmo que as frustrações sejam frequentes, constituindo-se num ciclo vicioso, que tem seu auge no período de eleições, quando a comunidade é visitada, em busca de votos:

A rua inchou, é que lá na rua não cabe ninguém, a rua é pequena, trabalho pra ninguém não tem, e a vida é precária mesmo, ninguém sabe como estão vivendo, onde os outros estão vivendo, no sítio, estão vivendo tudo bem.

Não tem nada de vantagem, mas tem estão comendo todo dia, aqui tem uma cabra, outro tem garrote, uma bicicleta e uma coisa assim, e vai tocando pra frente (Manoel, 59 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

É comum, entre as pessoas que ainda permanecem morando no Talhado, um ponto de vista confuso no que se refere às vantagens e desvantagens de deixar o Talhado e ir morar na cidade. No sítio do Talhado, vive-se basicamente da agricultura, da criação de animais e uma pequena mercearia. Para quem dispõe de melhores condições econômicas, não existe entusiasmo em deixar o sítio. No caso do informante acima, a sua sobrevivência é facilitada pela criação de alguns animais, o que, na cidade, apenas consegue sobreviver. Portanto, a situação é equivalente tanto para quem continua no Talhado quanto para quem está na cidade. Em nenhum desses locais, vive-se bem, pois ir para a cidade significa tentar uma melhor condição de vida.

Organização da comunidade no espaço urbano

A saída de muitos habitantes do Talhado para Santa Luzia não aconteceu de maneira uniforme. Os espaços, por eles ocupados, são diferenciados.

É na periferia da cidade de Santa Luzia que os talhadinos, vindos do meio rural, buscam fixar residência, demonstrando que o fato de eles terem migrado para a cidade pode não destruir os laços de cooperação e solidariedade entre eles.

No final da Rua Arlindo Bento, Bairro de São José, está localizado o Galpão e uma parte da população do Talhado, enquanto no outro lado da cidade, mais precisamente no Monte São Sebastião, encontram-se os outros membros da comunidade, que optaram por outras atividades que não estão ligadas à fabricação da cerâmica.

No Bairro de São José, encontra-se a parcela que conta com o apoio do Governo do Estado e da Prefeitura da cidade, no que diz respeito à produção da cerâmica, confeccionada, em sua grande maioria, pelas mulheres do grupo. Esses órgãos públicos construíram um galpão denominado “Galpão Artesanal de Santa Luzia”, no qual, as louceiras fabricam suas peças, antes confeccionadas na própria casa.

Com a existência desse galpão, as louceiras passaram a vender sua produção no próprio lugar de fabricação, sem precisarem se dirigir à feira; enquanto os compradores residem no próprio município ou em outras localidades circunvizinhas, adquirem parte da produção em grosso, para comercializarem em feiras ou em seus estabelecimentos comerciais.

O segundo grupo de famílias do Talhado, que também mora na cidade, mais precisamente no Monte São Sebastião, encontra-se, em sua maioria, em atividades diferenciadas das atividades tradicionais do grupo, ou seja, são funcionários da prefeitura, trabalhando como garis; outros são empregados domésticos em residências de moradores da cidade, além de um grande número de desempregados.

O Monte São Sebastião é um morro localizado na cidade de Santa Luzia. No alto desse morro, existem uma capela e um cruzeiro com uma cruz e uma bela vista da cidade. Para lá, todos os anos, no dia 20 de janeiro, uma procissão percorre boa parte da cidade, saindo da igreja matriz, em comemoração ao dia do santo que dá nome ao morro. Ao redor da capela, estão localizadas pequenas casas que têm aumentado consideravelmente com a chegada da população vinda do Talhado.

O Monte é uma parte da cidade considerada perigosa pelos moradores de Santa Luzia. O pessoal, que ali reside, é marginalizado e os que são do Talhado são duplamente marginalizados, por serem vistos como beberrões vagabundos, talvez devido ao grande número de desempregados. Lá, as pessoas são arredias,

falam pouco, menos ainda dos que também são do Talhado, mas moram do outro lado da cidade ou sítio.

A população do Talhado, residente atualmente na cidade, com algumas exceções, constrói suas casas de maneira bastante parecida com as casas construídas na zona rural. São pequenas casas de taipa (barro batido), telhas, quintal e sem conforto, geralmente ficam próximas umas das outras, formando um núcleo homogêneo.

Um dos motivos pela opção de morar na periferia da cidade é o fato do preço das moradias ser mais barato. De um modo geral, a população do Talhado, residente na cidade, ainda conserva a terra no sítio, embora muitos não plantem nada e as casas no meio rural estejam abandonadas.

No Monte, também encontramos mulheres que ainda fabricam a cerâmica em casa e vendem na feira de Santa Luzia, sem nenhum compromisso com o galpão, administrado por Dona Rita. Elas alegam que não compensa produzir no galpão, porque têm que pagar energia e água, enquanto que trabalhando em casa o lucro é todo seu.

As relações de parentesco do povo do Talhado, no meio urbano, tendem a ser ampliadas, na medida em que o contato com a população da cidade for aumentando e os casamentos forem se realizando na mesma proporção. Naturalmente, esse é um processo lento e a organização social, até então, tem mudado pouco com relação àquela existente no meio rural.

O cotidiano e a organização da sobrevivência

Para os residentes na zona urbana, a vida, na periferia da cidade, é o lugar de convivência comum, que não diverge muito da vida na zona rural. As conversas giram em torno do galpão, onde se fabrica a cerâmica. As mulheres e as crianças recebem os maridos e pais, que volta e meia se dirigem ao local, para as conversas rápidas que, geralmente, são sobre as estratégias de sobrevivência do grupo.

Embora as práticas do povo talhadino na cidade tenham sido, na verdade, cópia de velhos hábitos das populações carentes de nossas cidades, por se tratar de um local amplo, onde a convivência com as outras pessoas, de fora da comunidade, permite um reaprendizado das formas de luta pela sobrevivência, a vida simples dessa população é marcada pela sensação de proteção e fortalecimento, que se manifesta através da crença em maiores facilidades de sobreviver naquele meio: “Tem dia que tem e tem dia que não tem um remédio. Tem uma filha minha, que mora em São Paulo, ela manda, vem um político também, me dá e é assim, e assim vai levando e lá na serra não tem a quem pedir” (Estevão, 60 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

O assistencialismo de alguns políticos isolados e de instituições sociais ou mesmo a boa vontade de algumas pessoas da cidade, que buscam ajudar os mais necessitados, é o fator que marca a luta diária pela sobrevivência na cidade, que também se mostra difícil e cujas estratégias são diferentes, pois lá a aproximação e a convivência direta com “os outros” facilitam e agilizam essa troca de favores, tendo em vista que eles, de alguma forma, dão um retorno, seja na hora de votar no candidato que mais contribui com doações ou nos simples favores em casas de famílias vizinhas.

Entretanto, a multiplicidade de acontecimentos da vida na cidade, os comentários e/ou fofocas parecem abrir mais o “horizonte” das pessoas na zona urbana. A vida na periferia, mesmo que pacata, tende a enriquecer o cotidiano do povo talhadino, tendo em vista a convivência com outras pessoas, com histórias de vida diferentes das suas, dando a nítida sensação de que estão em maior sintonia com o mundo.

A cerâmica/o galpão

A fabricação da cerâmica constitui uma atividade tradicional na comunidade, que sofreu transformações, devido à sua transferência parcial para a cidade.

É num galpão construído, na periferia de Santa Luzia, que a produção é comercializada, tanto para a própria cidade quanto para as cidades vizinhas.

O projeto de construção desse galpão já existia, há muito tempo, e foi feito, segundo as louceiras, pelo deputado Antônio Ivo, concretizando-se em 18 de maio de 1994, com uma inauguração festiva, à base de forró e cachaça, além de contar com a presença de dois vereadores: Marcos Moraes e Armando Moraes.

Vale dizer que o Galpão é composto por dois salões, com 10 metros de comprimento e 6 metros de largura cada um. Um desses salões serve para o trabalho das ceramistas e o outro para armazenar a produção.

O Sindicato Rural de Santa Luzia tem se mostrado contrário ao funcionamento desse galpão na cidade, acreditando que sua construção teria sido melhor no meio rural, onde traria mais benefícios para aquelas pessoas, por ser o seu local de origem.

Nesse sentido, é oportuno destacar o relato de uma louceira sobre o trabalho no galpão:

Aqui, recebe quem trabalha mais... mas não compensa muito, não, porque a gente compra o barro, compra a lenha, paga para ir pegar o barro, paga para ir pegar a lenha e paga a água e luz. A água e a luz vêm muito caras. Quando a gente vem tirar o dinheiro de água, luz, barro e a lenha, a gente fica quase sem nada; a gente faz, porque não tem outro serviço pra gente trabalhar e a gente não se acostuma em trabalhar na casa de ninguém, que aqui a gente trabalha à vontade, não tem aborrecimento de ninguém, trabalha na hora que quer e, na casa dos outros, tá obrigada a trabalhar ou boa ou doente (Céu, 28 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

As ceramistas, ligadas ao galpão, não param a produção. Mesmo dizendo que as vendas não estão boas, elas continuam trabalhando e armazenando tudo, à espera de um comprador que, mais cedo ou mais tarde, aparece.

O pagamento das louceiras, no galpão, é por produção. Elas marcam as peças que produzem com sinais de identificação para saber quem as produziu. Não existe um controle organizado, por parte da administração do galpão; essa é uma relação que se dá muito mais pela amizade, ou seja, de maneira informal. Geralmente, quando vão receber o dinheiro de uma vendagem, já estão devendo, por terem feito empréstimos antecipadamente.

É interessante perceber que o trabalho, no galpão, apesar de ser um trabalho constante e cansativo, já que elas trabalham sentadas no chão, sem o menor conforto, torna-se mais atrativo do que trabalhar como domésticas, em casa dos outros. Assim, a liberdade é garantida, sendo possível administrar o horário, de acordo com as condições de cada uma.

A administradora do galpão afirma que só veio para a cidade, pela insistência dos filhos, que garantiam que ela continuaria a trabalhar com a cerâmica, até que a prefeitura construísse esse galpão, o qual ela passou “a tomar conta”:

A administração lá é minha, faz 3 ou 4 anos que trabalho lá. Quando eu vim, eu disse que só vinha se eu tivesse um barro para trabalhar, se não fosse para eu trabalhar, também não vinha, aí até que eu cheguei e os meninos construíram uma casinha, fui fazer louça nessa casinha, era muito apertada pra muita gente trabalhar, aí apareceu um povo e construiu um galpão para eu trabalhar (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada 06/12/1997).

Dona Rita Preta afirma também que não sabe quem é “esse povo” que construiu o galpão, se eram políticos ou não. Entretanto, percebemos um certo receio da informante em falar no assunto,

talvez em não se comprometer politicamente. Perguntada se eram políticos, ela acrescenta:

Deixa vê se eu lembro do nome... Dr. Aderaldo. É daqui mesmo. Sei que ele e um bocado de gente que construiu esse galpão e me deram para eu trabalhar, não deram para mim. Assim, eu estou lá, assumindo para eu trabalhar, aí eu pago água e luz (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada 06/12/1997).

Além da liderança, que possui no galpão, Dona Rita desempenha um papel importante junto à comunidade talhadina que vive na cidade, pois é ela quem intermedeia os contatos com pessoas de fora e procura ajudar a todos; organiza os horários de trabalho, as despesas e todos os contatos para a comercialização da cerâmica. Sobre este assunto, ela diz que:

Tem semana que são 10, 5, 6 as pessoas que trabalhavam no galpão. Antigamente, eu comprava a louça a elas, mas a gente vende tão barato, que eu não estou mais comprando, elas estão fazendo a louça e estão botando no meu contrato. Aí, eu vou e faço uma feirinha para elas. Tem delas que trabalha, e não podem fazer a feirinha delas, aí eu dou de comer a elas. A Céu, a Maria de Zé Mudo, a Zezé, você conhece elas! Eu dou de comer a essas três pessoas. Quando Céu pega num dinheirinho, ela faz uma feira, e quando não pega, tenho que dá de comer, é a minha neta. Eu gosto de ajudar, se eu pudesse ajudava mais, das vezes que eu não posso, eu peço. Aparece um povo ali no galpão, que só tem promessa, eles não trazem nada pra ninguém, é tanto que quando eles chegam pra tirar foto das meninas, as meninas não querem mais, elas correm, elas já estão fugindo deles, desse povo que vem a João Pessoa. Veio um povo na Festa do Rosário, que

eu fui para o Talhado com eles, eles ficaram de ligar pra mim e nunca ligaram (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

O número de trabalhadores no galpão é variável e a remuneração recebida pelas ceramistas também é variável, dependendo da quantidade de peças produzidas por cada uma, porém não é possível definir exatamente essa quantidade, pois o processo de trabalho parece ser bastante informal, lembrando o tipo de sistema de cooperação típico do período medieval.

A administração do galpão não tem um controle sobre a produção, nem mesmo uma contabilidade simples-escrita, tudo é feito informalmente, tendo como prioridades básicas o pagamento de energia, água e a compra do barro, deixando, em segundo plano, o pagamento das ceramistas, que é feito a partir de um acordo entre as partes. A relação de trabalho informal e paternalista, no galpão, é confusa. Entretanto, a administradora justifica, afirmando que providencia o socorro às trabalhadoras quando estas necessitam.

O processo de confecção da cerâmica, no galpão, ainda é o mesmo que ocorria na zona rural. Primeiro, cava-se o barro, coloca-se na caminhonete em direção ao galpão; pisa-se o barro com um pedaço de madeira (cassetete), peneira-se; em seguida, o barro é molhado e amassado. Quando isso é feito, deixa-se enxugar para depois modelar o barro.

Atualmente, o barro é comprado na Serra das Cacimbas, não vindo do Talhado, devido à distância para a cidade ser maior. As louceiras pagam 5 reais pela carrada de barro; 10 reais aos homens trabalhadores que o apanham e 15 reais pelo transporte, que é feito em uma caminhonete.

Continuando o processo de fabricação: faz-se um bolo da massa preparada; no meio do bolo, começa-se a modelar do centro para as bordas e deixa-se enxugar, utilizando, em seguida, um facão para raspar. Passa-se uma faca para alisar; depois, um pedaço (caco) de pires ou pedaço de cabaço, também para alisar. Usa-se um aparador (como uma faquinha) para acertar as bordas.

Um couro é usado para acertar a borda (beirão); leva-se, novamente, para secar; tira-se o pé com um facão, passando a faca de pau; em seguida, seca-se e alisa-se com uma pedra, carregando para o forno, o qual está localizado atrás do galpão, como antes se localizava no sítio, atrás da casa das louceiras.

Por último, cobre-se com caquinhos de louça quebrada; depois, esquenta-se com pouco fogo para, em seguida, colocar mais fogo para queimar. Feito isso, a cerâmica é “desenformada” e colocada para esfriar, ficando, assim, pronta para a venda.

A tarefa de confecção da cerâmica é uma atividade tradicionalmente exclusiva das mulheres, entretanto, no galpão, também encontramos um homem que vem fazendo cerâmica, fato que não é muito aceito, já que, como dizem muitos moradores da comunidade, “esta não é atividade para homem”. Entre os moradores, existe uma divisão de tarefas por sexo, que são valorizadas e estimuladas, correspondendo ao modelo de divisão sexual do trabalho, presente nas formas de organização social das sociedades simples.

Mostrando-se envergonhado, o rapaz, que está no galpão, diz que trabalha apenas ajudando no acabamento das louças e que está desempregado, mas, assim que conseguir outro trabalho, deixa o galpão, onde sua mulher também trabalha.

Enfatizando a influência recebida de estranhos ao grupo, no modo de trabalho das ceramistas, um aspecto importante de ser observado na fabricação da cerâmica é que hoje, ao lado de peças típicas e utilitárias, todas com a tradicional forma totalmente arredondada, encontram-se outras quadradas ou com as bordas triangulares e pontiagudas, em formas decorativas, como cinzeiros, potes e jarras com fundos achatados, feitas por encomenda de pessoas/clientes de fora da comunidade. Isso significa que a atividade sofre a influência do mercado, que dita novos modelos, que alteram o modelo tradicional, como pode ser evidenciado nas fotografias a seguir:

Figura 12 - Aspectos das peças de cerâmica decorativas



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figura 13 - Aspecto da cerâmica tradicional/utilitária



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figura 14 - Forno em que é secada a cerâmica



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Capítulo 3

OS NEGROS DO TALHADO FRENTE ÀS COMUNIDADES VIZINHAS

Cenário e fronteiras interétnicas (a feira, a festa e a igreja)

A cidade de Santa Luzia se constitui no principal cenário de delimitação de fronteiras entre o povo talhadino e o resto da população circunvizinha. Os contatos com o “outro”, por parte dos membros da comunidade do Talhado, dão-se fundamentalmente na feira, na escola e na igreja. Esses espaços foram escolhidos por apresentarem uma maior dinâmica social, um grande fluxo de pessoas e atividades variadas. Na fotografia abaixo, destacamos a cidade, em questão, no alto do Monte São Sebastião:

Figura 15 - Paisagem da cidade de Santa Luzia, vista do alto do Monte São Sebastião



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Retomando Barth (1969), ao tratar da questão da manutenção e permanência das fronteiras dos grupos étnicos, observamos que a identificação de outra pessoa como um companheiro, membro de um grupo étnico implica a partilha de critérios para avaliação e julgamento. Isso gera, como consequência, o entendimento de que os dois estão ‘jogando o mesmo jogo’, significando que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de seu relacionamento social, para cobrir, eventualmente, todos os diferentes setores e domínios de atividades. Por outro lado, a dicotomização dos outros como estranhos, como membros de outros grupos étnicos, implica no conhecimento dos limites nos entendimentos partilhados, diferenças e critérios para julgamento de valores e performance, além de restringir a interação em setores que assumam entendimento comum e interesse mútuo.

Nessa perspectiva, entendemos que a feira ocupa um lugar importante em nossa análise, por ter sido e continuar sendo a maior interação entre o povo do Talhado e os habitantes da cidade. Com isso, o mercado público de Santa Luzia se localiza bem no centro da cidade; nele, está anexado o palhoção do forró, onde se realizam as festas promovidas pela prefeitura, principalmente, as festas juninas. A feira se espalha por cinco ruas em torno do mercado, havendo um prédio antigo, onde acontece a venda de carnes e peixes.

O sábado é o dia da feira. Logo cedo, quem mora na serra, acorda e segue a pé, de bicicleta ou de caminhonete. Ao chegar na cidade, o local que serve como ponto de apoio para eles é uma rua estreita, onde existe uma barbearia e um armazém. Lá, fazem compras, cortam os cabelos e os homens fazem a barba. É grande o movimento de pessoas com bicicletas e alguns carros para fretes.

As compras no armazém do Sr. Francisco, homem branco, de 71 anos de idade, morador de Santa Luzia, são feitas sempre à vista. O dono do estabelecimento diz que atende as pessoas do Talhado, há 10 anos, e todos compram; principalmente, os aposentados. Ele demonstra não ter queixas deles e o principal

motivo é não vender fiado; daí, só vender aos aposentados, que são os que podem pagar.

O encontro na feira também é um momento de contactar os membros da comunidade, que estão morando na cidade. Muitas vezes, eles passam o dia na casa de parentes que moram na periferia que dá acesso à estrada para o Talhado; enquanto esperam que os carros de frete voltem ou simplesmente para descansar, para seguirem de bicicleta. Dessa forma, facilita-se o transporte das mercadorias, adquiridas na feira.

A escola é outro lugar importante de se travarem contatos entre o povo do Talhado e os moradores de Santa Luzia. As crianças do Talhado, que moram em Santa Luzia, não frequentam apenas uma escola. Porém, o grupo escolar da prefeitura, que fica na Rua Arlindo Bento, onde reside parte das pessoas do Talhado, concentra a maior parte dessas crianças.

De acordo com o depoimento da diretora dessa escola, os pais tentam, a todo custo, incentivar os filhos a estudarem, talvez, pela falta de oportunidade que não tiveram, já que a maioria desses pais são analfabetos. A escola, por ser fundamental na formação de qualquer indivíduo, torna-se, assim, lugar de destaque nas relações entre as crianças ou entre professoras/alunos, professoras/pais e pais/pais. A diretora do Grupo Escolar comenta a respeito da escola e das crianças vindas do Talhado:

A escola iniciou em 1982. Desde esse tempo que tem criança do Talhado. Lá, eles são considerados discriminados, porque, além de serem negros, são muito pobres, até pelas outras crianças. A gente nota logo! Quando estão arengando, chamam logo: são do Talhado. Mas, daí, a gente corta; agora, tá muito mudado, tá muito diferente, era mais no início. Eles são inteligentes, são interessados, são criativos, são pontuais e têm futuro (Eliete, 25 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Muitas dificuldades são enfrentadas pelas crianças do Talhado na escola. Além da questão da discriminação enfrentada por essas crianças, no convívio com as outras da cidade, outro aspecto é a dificuldade de aprendizagem que elas demonstram:

Os pais deles não tiveram estudo e assim não dão um acompanhamento a eles em casa. Aí, eles são mais atrasados do que os outros; só na escola, é pouco pra eles e, principalmente, que estão iniciando, sentem muita dificuldade, mas, com o tempo, vão se desenvolvendo. Tem um agora que tem 6 anos, ele agora vai pra alfabetização, mas não estão preparados para alfabetização, não! Mas, pela idade, tem que ir estudar, porque senão vai atrasar mais. Ele não tem condições de acompanhar, por falta de acompanhamento dos pais. Os pais, quando vêm deixar os filhos, falam que têm muita vontade que eles aprendam, que sejam alguma coisa na vida, já que eles mesmos não tiveram essa oportunidade (Eliete, 25 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Estudam, atualmente, nesse grupo escolar, cerca de 25 crianças, filhas de pais do Talhado. A frequência, normalmente, no início do ano, é maior que no final do ano letivo, quando muitas desistem. A merenda escolar é apontada, pelas professoras da escola, como um dos fatores de maior importância para a atração dessas crianças.

A religião, predominante no município de Santa Luzia, é a católica. São duas igrejas: a matriz, no centro da cidade, e outra igreja nova, construída, recentemente, no Bairro de São José.

Por serem católicos, a igreja matriz de Santa Luzia é também uma referência de lugar de trânsito do povo talhadino, pela vida social da cidade. Missas, novenas e uma ida rápida, durante o período da feira, são os momentos onde podemos encontrá-los por lá. Vale salientar que, atualmente, tendo em vista o empenho

do padre da cidade e de reivindicações dos moradores do Talhado, através da cooperativa, uma vez por mês é celebrada uma missa na comunidade que, por não contar com uma capela, realiza a missa no pátio da escola do município que, atualmente, encontra-se em funcionamento.

Normalmente, os casamentos e batizados de pessoas do Talhado se realizam na igreja de Santa Luzia, seguindo os noivos, padrinhos e convidados para as comemorações no sítio.

O padre da paróquia de Santa Luzia se mostra bastante sensível à causa dos negros do Talhado e da cidade em geral. Nesse sentido, afirma que:

A gente olha a situação do Talhado é ainda mais grave, porque é uma comunidade rural, aonde boa parte, eu diria que mais de 50% dos negros do Talhado estão aqui em Santa Luzia, mas estão aqui e se refugiam lá na rua Alindo Bento, lá no Bairro São José, têm um contato com a outra parte da cidade, o centro e outras partes, porém carregam ainda aquela dosagem de discriminação, isso na Arlindo Bento, você vai encontrar outra grande dosagem no Monte São Sebastião e é grave, porque vê o negro do Monte São Sebastião como uma coisa perigosa para a sociedade. Eu digo isso a você, porque a gente escuta que qualquer coisinha que acontece de roubo, são os negros, são coisas lá dos negros, como se os negros estivessem sendo vistos como um malfeitor, aquele que perturba o funcionamento da sociedade. Outra coisa que a gente sente e onde tem outro foco bem bom de negros é no bairro de N. S. de Fátima, também com essa mesma situação (Pe. João, 43 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

Como se observa, a vida do negro em Santa Luzia e, em especial, do negro do Talhado, que viveu muito tempo afastado

do convívio social com o resto da população local, não é fácil. De modo geral, os habitantes de Santa Luzia, como a maioria das cidades brasileiras, discriminam o negro, delimitando espaços de forma velada, ao mesmo tempo que difundem a ideologia da democracia racial.

A Pitombeira, a Irmandade e a Festa do Rosário de Santa Luzia

A Pitombeira é uma comunidade rural de negros, pertencente ao município de Várzea, que fica a 10 km da cidade de Santa Luzia. É grande a influência dos negros da Pitombeira em Santa Luzia, devido à cidade de Várzea ter sido distrito de Santa Luzia. Além disso, esta última dispõe de uma oferta maior de serviços, de modo que o pessoal da Pitombeira se acostumou a ter mais contato com a população de Santa Luzia, daí realizarem a Festa do Rosário, na matriz de Santa Luzia, chegando a se verificar uma transferência, quase total, dessa população rural para esta cidade.

Diferente do que ocorre com a Serra do Talhado, a Pitombeira é um território plano e o acesso não é difícil. Situada ao lado oposto da Serra do Talhado, os negros da Pitombeira sempre buscaram o entrosamento com o povo de Santa Luzia. Segundo informações de moradores do lugar, atualmente, apenas quatro famílias residem na Pitombeira.

Tudo leva a crer que a Festa do Rosário é uma forma de facilitar a aceitação e aprovação dos negros pelos moradores brancos da cidade. Atualmente, grande parte da população da Pitombeira vive em Santa Luzia, mais precisamente, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, e toma conta da sede da Irmandade que realiza anualmente a Festa do Rosário.

O Bairro Nossa Senhora de Fátima é também conhecido como “o outro lado do rio”, por estar localizado depois da ponte, onde passa o rio Quipauá, que passa a maior parte do ano seco, só tendo água quando da sangria do maior açude da cidade. Como acontece com o Bairro de São José e o Monte São Sebastião,

esse também é um bairro de casas simples e de algumas ruas pavimentadas.

A Festa do Rosário é conhecida como a “festa dos morenos”. No entanto, os negros do Talhado pouco participam, não demonstram interesse, mesmo quando convidados.

Sobre a origem da festa, um dos membros da Irmandade afirma que faz 118 anos que foi fundada por Mateus, um negro velho da Pitombeira. Ele nos conta a história, mostrando que a antiga sede da Irmandade foi doada e depois tomada por um ex-padre da paróquia de Santa Luzia:

Nunca houve uma casa de N^a S^a do Rosário, a que houve, roubaram. Foi o tempo que chegou aqui um padre Felizardo. Aí, esse padre zangou-se e casou-se com uma negra, uma tal de Cabrinha, era uma negra velha, cativa da Pitombeira, tinha uma casa da Igreja pra lá, junto de Zé Gambá, e doou para Nossa Senhora do Rosário, mas não tinha escritura. Pedro Santana morou nela muito tempo, aí comprou uma casa e o padre Jerônimo deu a Armando, que era o sacristão. Então, o padre Jerônimo ajeitou a casa para ele, com aquele negócio de usucapião e tomaram a casa de Nossa Senhora do Rosário. Hoje, a Nossa Senhora tem uma casa, porque eu e Paulino compramos. Trabalhamos quatro anos, juntando dinheiro, aí chegou o Padre atual, ele ajuda, é muito interessado, é quase um presidente, mas ele não entende nada, porque não conhece nada aqui do começo da história (José, 84 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

O relato de Seu José continua com uma informação interessante sobre o padre Viana, que retomou a festa, que tinha sido cancelada, anteriormente, por outro padre:

Esse padre velho, Felizardo, acabou com a festa do Rosário, dizia ele: “Pra onde é que vai esses negros com a festa do Rosário?!...” Quando foi mais ou menos em 39, chegou padre Viana e achou um livro dos negros do Rosário e perguntou: Aqui tem uma festa do Rosário? Tem. E quem acabou? Não pode acabar, não. Quem é o negro que pode interessar? Quem é o negro que pode se interessar? Zé Roque, você vai ser o presidente da festa, bote os irmãos de mesa e conte comigo. Desde esse tempo, que ficou a festa (José, 84 anos, entrevista realizada em 09//04/1998).

O atual presidente da Irmandade é o senhor Paulino, que está no cargo vitalício há 12 anos:

Eu estou na presidência da Irmandade há doze anos. O cabra só sai, se quiser sair. Não tem esse negócio de indicar, para botar outro no lugar; não existe isso, não. Nós fomos uma festa em Caicó, lá apareceu onze irmandades; o presidente dessa festa estava com 95 anos, ele é de Juazeiro do Norte, ele trouxe o neto dele e falou com o Bispo para botar o neto no lugar dele, o Bispo concedeu e botaram (Paulino, 79 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

De acordo com Cavalcanti (1975), na Festa do Rosário, além dos “elementos” de cor da sede de Santa Luzia e da Pitombeira, participam pessoas de cor negra das comunidades vizinhas, como Ramadinha e Quixaba. É organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (que congrega os negros da cidade), embora possua brancos que também participam desta, sendo fundada em 1872, logo após a passagem de Santa Luzia à categoria de Vila.

A festa pode ser vista sob dois aspectos: o religioso, realizado por negros que desempenham o ritual de maneira bem

tradicional, e o profano, organizado sob a direção do Tesoureiro da Irmandade.

Essa festa é importante, porque é nela onde acontece a manifestação dos negros da cidade, na qual os negros do Talhado têm se negado a participar, embora, a partir de 1997, começaram a ser convidados a participarem diretamente do ritual, fato que parece ter facilitado, pelo grande número de talhadinos, morando na cidade atualmente.

Figura 16 - Rei e Rainha da Festa do Rosário (1997)



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A festa começa na quinta-feira e vai até o domingo, com a coroação do novo reinado, que reinará por todo ano seguinte. Todas as noites têm novenas na igreja matriz, com a presença de uma banda de pífanos, lanceiros e o reinado, que compreende um rei, uma rainha (a exemplo da foto 16), juiz e juíza, juiz perpétuo e juíza perpétua e o povo da cidade. Tal festividade acontece na praça, em frente à igreja, onde se realiza o lado profano da festa.

Os negros pouco participam da parte profana, limitando-se ao aspecto sagrado do ritual, o qual tem início na quinta-feira e prossegue até o domingo seguinte: dia da festa. Na quinta-feira, há o hasteamento da bandeira da Irmandade, seguido de uma novena oficiada na Igreja. Os “irmãos” se organizam em pequenos grupos e vão em todas as casas da cidade pedir uma contribuição em dinheiro para a festa; é comum receberem, além de dinheiro, alguma bebida.

Na sexta-feira, há sempre uma retreta, com a participação da Banda de Música Municipal e da Banda dos Negros de Nossa Senhora do Rosário, conhecida por Banda Cabaçal, composta por dois pífanos, duas caixas, uma zabumba e um caracaxá. A banda é acompanhada por homens que portam lanças, desempenhando passos de dança em ritmo bem africano.

Os figurantes do ritual são escolhidos entre si, devendo representar papéis especiais no dia da festa, como: Juiz do Ano, Juiz e Juíza dos Perpétuos, Rainha dos Vaqueiros, Rei e Rainha do Ano; esse conjunto é denominado Reinado e se apresenta com indumentária, que os distingue dos demais participantes.

No sábado, há um acontecimento dos mais importantes, o “Tope do juiz”. O Juiz deverá vir, a cavalo, de um sítio; sendo ele o morador da cidade, deverá sair em direção ao sítio na sexta-feira; o seu regresso à cidade ocorre no sábado pela manhã. Esse percurso é acompanhado de um grupo de homens a cavalo.

Nesse ínterim, habitantes da cidade, sem distinção de cor, dirigem-se, a cavalo, com os demais membros do Reinado até uma mangueira – marco da entrada da cidade – a fim de encontrarem o Juiz, que recebe a faixa das mãos da Juíza. Após o encontro, o Juiz desce do cavalo e, junto ao rei, dirige-se à casa do primeiro, a pé. Todo esse percurso é acompanhado pela Banda Cabaçal. À noite, há ainda a novena na Matriz da cidade, com a presença, também, do Reinado.

No domingo, cedinho, componentes da banda percorrem as ruas de Santa Luzia a tocar. Os membros do Reinado se preparam para a missa, a ser realizada às 10:00 horas, na Igreja Matriz. Nos momentos que antecedem àquele ato, a Banda Cabaçal, sempre tocando, vai apanhar cada membro do Reinado em suas respectivas casas, com a finalidade de levá-los até à Igreja, na seguinte ordem: Juiz, Rei e Rainha.

Na igreja, sentam-se os participantes do Reinado nos primeiros bancos, enquanto, junto ao altar, encontram-se homens, membros da Irmandade – Irmãos de Opa – em número de doze, tendo nas mãos castiçais com velas, que são acesas na hora da cerimônia. No momento da consagração, as duas bandas tocam, acompanhando o repicar do sino.

Terminada a missa, saem os seus participantes, na mesma ordem em que entraram e se dirigem às suas casas. Cada membro do Reinado oferece, em sua casa, um almoço, para as pessoas de sua amizade; alguns brancos são ocasionalmente convidados.

Portanto, essa festa pode ser vista como um mecanismo de integração entre a zona rural e a urbana do município, assim como entre negros e brancos. Além disso, reforça as ligações entre a comunidade de negros de Santa Luzia e aquelas das cidades de Parelhas, Jardim do Seridó e Boa Vista do Rio Grande do Norte, cujos membros comparecem à festa e, ocasionalmente, fazem parte como tocadores da Banda Cabaçal.

Os negros do Talhado e os negros da Pitombeira

Os habitantes da Pitombeira, segundo pessoas do Talhado, em uma das versões sobre a origem da comunidade, dizem ser parentes distantes do povo do Talhado, devido ao primeiro fundador do Talhado ter sido um dos negros da Pitombeira, que fugiu para a serra, dando origem à comunidade do Talhado.

Entretanto, a relação entre essas duas comunidades parece não ser de cooperação, convivência comum ou integração. Isolados na serra, os negros do Talhado cultivam o isolamento (a cultura do afastamento), tendo pouco contato com os negros da Pitombeira, já que as relações na cidade eram mínimas, apenas por ocasião da feira do sábado, onde vendiam a cerâmica produzida no sítio e faziam as compras da feira semanal.

Se, de um lado, encontramos resistência dos negros do Talhado em não se relacionarem com os negros da Pitombeira, como também com os brancos da cidade, do outro, temos os negros da Pitombeira como os mais integrados com as pessoas de Santa Luzia, chegando a ser considerados morenos, cordiais. É difícil afirmar, ao certo, os motivos e a origem dessa diferenciação, porém uma das explicações para esse fato é que os negros da Pitombeira realizam a festa do Rosário e, através dessa festa, tenham conquistado a simpatia do povo branco na cidade, que sempre participou ativamente da festa.

Sobre os negros do Talhado, os negros da Pitombeira argumentam que:

Com os negros do Talhado, nós não temos nada a ver, porque eles nunca... os negros do Talhado é um povo diferente, eles são apartados da gente. O negócio deles é só maloca deles lá. O negócio deles é só ajuntar elementos, de casar eles com eles mesmo, família com família, qualquer coisinha, matam uns aos

outros, que nem ciganos. Eles são separados da gente, agora não é porque nós não queremos, não, porque nós já chamamos muitas vezes, mas eles não querem, não. São uns negros diferentes (José, 84 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

Enquanto os negros do Talhado fazem a seguinte afirmação: “Minha vó era bem clara... lá é um ninho só. Aquele povo da Pitombeira, dizem que é família da gente, o povo diz que é... Pra festa do Rosário eles nunca chamam a gente”.

Interrogada se existe rivalidade entre eles, Rita Preta diz que: “Não. Meu avô é quem dizia que a gente era da família deles. Olhe! Na Pitombeira tem gente mais morena do que no Talhado” (Rita Preta, 67 anos, entrevista realizada em 06/12/1997).

Nesse sentido, podemos nos remeter à questão da explicação da origem da comunidade do Talhado como a união de um negro da Pitombeira com uma “galega” dos olhos azuis, tendo em vista que é comum encontrarmos, no Talhado, negros de olhos claros e cabelos lisos. Portanto, talvez a questão da cor da pele não seja determinante, no tocante à discriminação sofrida por um grupo ou outro. O modo de vida e a endogamia, que reforçam o isolamento por parte dos negros do Talhado, podem ter sido a causa de maior importância para delimitar a fronteira étnica entre essas populações.

Os negros do Talhado e a cidade de Santa Luzia (brancos e morenos)

Sendo uma comunidade de negros, que vivia praticamente isolada do resto da população da cidade de Santa Luzia, o Talhado teve e tem uma história marcada pela discriminação e estranhamento, por parte das pessoas da cidade.

Porém, em Santa Luzia, existem duas festas tradicionais. A Festa de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Luzia, que é a santa padroeira da cidade. Existem, também, dois clubes (Clube 1º de Julho, dos morenos, e o Yayu, clube dos brancos) que já não funcionam mais com a mesma separação de antes, pois os brancos passaram a frequentar o “clube dos morenos”.

A festa da padroeira da cidade acontece nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, sendo que a parte religiosa é marcada por missas e novenas, culminando com a procissão no dia 13, que percorre as principais ruas da cidade. Na parte profana da festa, instalam-se, na praça, em frente à igreja, parques de diversão, pavilhões e barracas de bebidas e comidas, com leilões e serestas ao vivo.

A Festa do Rosário é organizada praticamente nos mesmos moldes dessa festa, segundo contam os moradores de Santa Luzia; a Festa do Rosário, em anos anteriores, chegava a ser mais concorrida que esta. Acredita-se que, devido ao incentivo, por parte dos organizadores da festa da padroeira, esta foi ganhando espaço e se tornando mais festejada. Entretanto, a Festa do Rosário, atualmente, com o apoio do padre atual, está novamente em ascensão.

Outro aspecto interessante, que diz respeito à vida social da cidade de Santa Luzia, são os clubes. O Yayu é o clube onde se realiza o São João da cidade, que tem também longa tradição em festejos juninos, tanto nas ruas quanto nos clubes. O Clube 1º de Julho, conhecido como o “clube dos negros”, foi fundado em 1944, de uma ideia do delegado sargento Agenor. Como dizem na cidade, em Santa Luzia, só existia um clube e negros não entravam. Então, os moradores da Pitombeira e sítios vizinhos, que trabalhavam nas minas da região, onde havia muito dinheiro, realizavam os forrós na casa de João Pires, na Pitombeira. Não tendo um lugar definido para realizar os forrós, o delegado Agenor teve a ideia da construção de um clube para os membros da Irmandade do Rosário, fundando, assim, o chamado Clube dos Negros, comprando da prefeitura um armazém velho de carvão, que pertencia

a uma usina local. O nome era realmente Clube dos Negros, mas, com o passar do tempo, passou a se chamar Clube 1º de Julho, devido à entrada de um membro branco na sua diretoria, Dr. Delmiro Gambarra, que achou melhor mudar o nome do clube.

Em torno da existência desses clubes, que estabeleciam a segregação entre negros e brancos na cidade, muitas são as histórias de discriminação e preconceito, contadas por moradores da cidade, embora eles justifiquem que essa é uma realidade que tem mudado atualmente. Uma dessas histórias foi assim relatada por um informante, membro da Irmandade:

Eu me lembro muito bem que a sociedade fazia a diferença entre as moças e mulheres e diziam: uma filha de fulano não vai entrar; é isso, é aquilo outro, e aconteceu uma coisa curiosa na porta do Yaju Clube, o clube dos brancos. Uma vez, chegou uma mulher e foi entrar, o presidente do clube disse que ela não entraria, porque ela era uma negra, velha rapariga, e o que ela respondeu foi o seguinte: eu sou negra, velha rapariga, mas conte as moças que tem aí, porque, se for contar, não fica nenhuma, talvez até suas filhas saiam. Essas coisas aconteceram, mas a sociedade agora mudou, ela mudou de um tempo para cá e precisa ainda de muita mudança (Fernando, 38 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Aos poucos, “o clube dos negros”, que de uma forma mais branda de discriminação, também, era conhecido como o “clube dos morenos”, foi sendo frequentado por brancos, mesmo que basicamente por homens brancos, pois esse, no entender da população branca, não era considerado um lugar apropriado para suas filhas e esposas. Vejamos como foi ocorrendo tais mudanças nas festas do clube:

Os negros iam dançar, ajuntavam as negras da região e dançavam lá. Tocou lá Çiço Bento do Talhado, negro velho Abidias, Zé Preto de Caicó e outros sanfoneiros. Nessa época, eram acompanhados pela sanfona, zabumba e o triângulo, e tocavam a noite toda e o tempo foi passando até os brancos acharem que lá estava melhor e começaram a frequentar o clube dos negros (Fernando, 38 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

De acordo com Cavalcanti (1975), os “morenos” de Santa Luzia têm, em relação aos negros do Talhado, uma série de estereótipos: consideram-nos “metidos a valente”, “beberrões”, “criminosos”, havendo um temor de serem identificados com estes.

Segundo Conceição Correia Chagas, os estereótipos contra o negro estão tão bem alicerçados, que podemos dizer que constituem o imaginário, o subjetivo, um tipo de inconsciente coletivo da sociedade brasileira, em todos os seus pontos extremos de extensão e diversidade.

O preconceito está tão arraigado nas pessoas que as atividades discriminatórias em relação ao negro acabam por favorecer uma ação instintiva, por exemplo: mudar de calçada se um grupo de pessoas negras se aproxima ou de sentir medo de cruzar com um negro à noite em uma rua não movimentada. Tais atitudes demonstram os pensamentos estereotipados em relação a esse grupo.

Os estereótipos atribuídos aos negros – inferior, incapaz, vadio, indolente e muitos outros – aliados à força da mídia, que lhes confirma essas imagens e ideias, mantêm tanto o grupo branco quanto o grupo negro com essa visão desvalorizativa sobre essa etnia (CHAGAS, 1996, p.72-71).

O termo “moreno”, para os negros de Santa Luzia, aparece em contraposição ao “negro” para aqueles do Talhado, refletindo uma tendência de embranquecimento dos negros da cidade. Nesse sentido, nota-se que a divisão entre “morenos” e “negros

do Talhado” corresponde à existente entre brancos e “morenos” de Santa Luzia.

Caracterizar as relações entre brancos e pretos, na cidade de Santa Luzia, indica a presença de negros do Talhado, demonstrando uma relação marcada por estereótipos e estigmas (GOFFMAN, 1998).

A maioria dos negros de Santa Luzia é identificada como oriunda da Pitombeira ou descendentes destes e uma pequena parte pertencente ao Talhado.

A partir desses pontos, outros questionamentos são oportunos, tendo em vista ser necessário atentarmos para o aspecto enfatizado por Cunha (1986) sobre a manipulação da identidade étnica, e buscarmos entender essa prática pelos membros da comunidade, frente aos poderes instituídos e à própria população da cidade.

A esse respeito, a título de exemplo, soubemos de um episódio envolvendo uma criança, filha de pessoas do Talhado, e os colegas na escola. Essa criança se nega a ser identificada como sendo do Talhado, pois, no seu entender, seus pais é que são de lá. Percebemos, então, a rejeição de uma identidade, atribuída de fora, apesar de se tratar de uma criança, pois é “natural” que ela não aceite a exclusão do grupo de que faz parte na escola. Entretanto, entendemos que fatos desse tipo ocorrem com frequência, envolvendo pessoas da comunidade e da cidade.

O mesmo pode ser verificado com a chegada à cidade dos “negros do Talhado” (como assim são conhecidos e tratados na cidade), com relação aos negros residentes nesta, pois não apenas os brancos discriminavam o grupo, mas também “os outros negros” assim o faziam:

[...] os negros do Talhado são considerados diferentes pelos negros da sede do Município de Santa Luzia; não possuem tradições de origem africana e não participam das festas

organizadas pelos negros da sede do Município. São considerados perigosos e criminosos [...] (CAVALCANTI, 1975, p.17).

O informante branco nos dá uma visão da situação de discriminação do negro em Santa Luzia:

A discriminação ainda existe um pouco, da minha parte, não, mas existe. Eles vieram mais pela sobrevivência, era mais a louça de barro, hoje em dia, não chove, a agricultura também não tem, então, eles estão vindo morar aqui em Santa Luzia. Eu não sei muita história sobre eles, não, porque eu não tenho amizade com eles. O que eu tenho mais amizade é Sebastião Braz, gente muito boa. O preconceito que existe ainda, o pessoal fala: Olhe os negros do Talhado... qualquer coisa é o Negro do Talhado, se você falar negro do Talhado já tá discriminando. Os Negros da festa do Rosário, aqueles dali, já são outra coisa, aqueles são queridos demais, eu acho que é só por causa da festa, né? Aqueles, nunca vi ninguém falar deles, não. O pessoal da festa do Rosário tem mais entrosamento, é um pessoal menos violento, tá entendendo? O pessoal do Talhado sempre foi mais agressivo, acho que é por isso o racismo; de minha parte, eu não, inclusive, tenho até amizade com eles, às vezes, até bebo com alguns deles; não é com todos, não (Batista, 43 anos, entrevista realizada em 05/12/1997).

Por outro lado, um rapaz negro, residente na cidade, afirma que:

Quem tem ligação com a festa do Rosário é meu pai, eu não tenho, não. Preconceito, eu não acho que é o seguinte: aqui, se alguém tiver

preconceito comigo, eu não ligo, não, porque tem gente besta que tem, mas em todo canto existe. Os negros do Talhado são umas pessoas boas, eu acho que pode existir entre eles, despeito com a gente que não temos. É o seguinte: é porque aqui há vários tipos de coisas que uma pessoa tem e dez não tem. Você sabe que aquele pessoal branco besta e outros não são. Muita gente, às vezes, fala: Júnior, você só anda com “cabra” branco; não existe isso, não, comigo é normal, tanto faz. A pessoa que estuda tem muita amizade, e a maioria são esses meninos aí (brancos), não tem preconceito comigo, não. Agora, tem aqueles que acham que os amigos têm que ser negros, mas é besteira (Júnior, 16 anos, entrevista realizada em 09/04/1998).

As acusações de perigosos e criminosos, feitas aos negros do Talhado, por “pessoas de fora”, podem ser decorrentes da explicação da origem da comunidade, dada pelos próprios moradores do lugar, ou mesmo como resquícios da dimensão racista, persistente no senso comum, que, como coloca Montes (1996) nos permite identificar o indivíduo pelo grupo e o grupo pelo indivíduo. É, por isso, que sabemos que todos os índios são preguiçosos e que todos os negros são alegres, afáveis e afetivos. Entretanto,

[...] “mesmo sabendo quem os negros são gentis e emotivos, devemos nos cuidar deles e dos índios, porque em algum momento os avatares da raça virão à tona, e então eles demonstrarão que são efetivamente selvagens, brutais, monstruosos, próximos da animalidade [...]”¹¹ (MONTES 1996, p.53).

11 Grifos da autora.

Por outro lado, observamos que o grupo, atualmente, passa por um processo de reterritorialização em espaço urbano, tendo enfrentado dificuldades e tensões, próprias da adaptação a um espaço diferenciado, implicando em novas formas de organização e/ou reorganização das relações sociais, pelo confronto direto e contínuo com o “outro”, o que dentro da diversidade de novas experiências pode fortalecer e enriquecer o grau de consciência da identidade do grupo. A não assimilação do grupo à população urbana, devido à continuação do estigma, reforça a consciência da identidade.

CAPÍTULO 4

A RETERRITORIZAÇÃO E A RECONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOS NEGROS DO TALHADO

A Trajetória do Grupo do Talhado

A trajetória do grupo, instalado no Talhado nos anos 90, compreende, em primeiro lugar, uma situação de isolamento na serra até a transferência de parte da comunidade para a cidade.

O território do Talhado foi o lugar escolhido por quem buscava uma vida diferente, sejam antigos escravos ou não, os primeiros habitantes do lugar almejavam uma convivência melhor entre iguais. E, para isso, buscaram um lugar de difícil acesso, onde podiam se manter afastados do convívio com as demais pessoas da cidade e da região.

Grosso modo, de início, o Talhado se constituía de um povo desconhecido, alvo da curiosidade de estranhos, por se mostrar arredo nos poucos contatos que desenvolviam com a população externa à sua comunidade. Por muitos anos, sua vida, no alto da serra, parecia ser autossuficiente; despertava pouco interesse dos políticos, e só, na década de 60, foi registrada em filme. Tratava-se de um povo festeiro, que só descia a serra para a comercialização da cerâmica produzida por eles e para realizarem suas compras na feira da cidade.

As dificuldades, acumuladas ao longo dos anos, com repetidas secas, somadas à situação de pobreza dessa população, e o paulatino contato com pessoas de fora, parecem ter sido o início da migração do povo do Talhado que, primeiramente, aconteceu de forma temporária entre alguns membros da comunidade, principalmente, os homens, que se deslocavam em direção aos grandes centros do país, até se consolidar como uma migração de famílias inteiras para a cidade de Santa Luzia.

Na cidade, eles encontraram apoio de políticos, que, com promessas de construção de casas e doações de feiras semanais, fizeram com que estes optassem por morar na periferia local.

Entretanto, existiam tensões. Uma delas ocorreu na época em que esta pesquisa foi realizada, sendo travada entre os moradores do Talhado e a prefeitura de Santa Luzia, pois o prefeito tentou influenciá-los a voltar para o sítio, alegando melhorias no campo, como a instalação da energia elétrica. Muitas são as resistências encontradas entre os que já se encontram acostumados no meio urbano.

Como é sabido, a população do Talhado, que busca a cidade para residir, tem se fixado, em sua grande maioria, no mesmo local, ou seja, em dois pontos específicos da periferia da cidade. Nesse sentido, nota-se que a reterritorialização implica na busca de residência na mesma área. Essa seria uma forma de proteger as famílias, pois, em grupo, sentem-se mais seguras. A moradia próxima proporciona a mesma solidariedade que o grupo certamente tinha na zona rural, por ficarem espalhados em sítios.

Continua sendo numeroso o contingente de pessoas do Talhado buscando a cidade, enquanto a organização do grupo adquire novas formas de luta pela sobrevivência. Novos elementos passam a fazer parte do cotidiano dessa população, que vai mudando suas referências e expectativas a partir do maior contato com populações vizinhas e com o aumento no nível de informação via escola ou meios de comunicação de massa.

A interdependência que se dá a partir da manutenção dos laços de solidariedade, por parte de uma parcela da população do Talhado, que se encontra vivendo na cidade, em relação a que ainda permanece no sítio, é o fator que determina a reconstrução da identificação do grupo.

Os novos elementos que foram introduzidos no seio desse povo não interferem apenas na vida dos que migraram para a cidade, mas os que estão no campo, pois, certamente, também

são de alguma forma atingidos por essas novidades, acontecendo, então, uma negociação de sentidos, uma reelaboração de símbolos e signos que os levam a transformações constantes em seus costumes e hábitos.

Entendemos, outrossim, que, mesmo que a comunidade do Talhado atualmente não se restrinja apenas ao meio rural, ela pode continuar mantendo sua identidade, sendo entendida aqui como “identificações em curso”, pois, segundo Santos (1993, p.31), “as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis”, são sempre resultados transitórios e fugazes de processos de identificação. Assim:

Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporariedades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades (SANTOS, 1993, p.31).

À luz das transformações ocorridas na comunidade do Talhado, vemos que tais mudanças correspondem a uma resposta ao novo que se impõe e se instala no meio de populações como esta. Observamos esse fato como uma via de mão dupla, visto que as contribuições e perdas são permutadas, sendo impossível definir, com precisão, as coordenadas desses agenciamentos que se dão mutuamente. Portanto, ao acontecer a mudança da população da comunidade do Talhado para a cidade, a população de Santa Luzia também passou/passa por transformações, pois a troca de experiências e a convivência em comum acarretam mudanças para ambas. Novas ideologias certamente se cristalizarão nesse processo.

Negritude como marcador social de identidade no Talhado

Conceição Correia Chagas afirma que a identidade do negro é atribuída externamente, com base nos estereótipos criados pelo grupo dominador e introjetados pelo grupo negro. Como consequência da introjeção da inferioridade que lhe é atribuída, aliada à manutenção de condições de subvida, constata-se a falta de negros em situações de destaque, nos vários segmentos da sociedade (clero, forças armadas, indústria, comércio).

Com isso, o grupo negro passa a não ter modelos que lhe favoreçam a constituição de uma autoestima positiva. Dessa forma, há uma dificuldade para a construção de uma identidade satisfatória, já que esta depende de uma autoestima favorável desenvolvida (CHAGAS, 1996, p.72-73).

Nesse sentido, os modelos, para os negros do Talhado, podem estar presentes, como referências próximas entre seus próprios representantes, a exemplo das lideranças da comunidade: o presidente da cooperativa, a administradora do galpão e, até mesmo, nos tocadores de sanfona, que se destacam fora do grupo, demonstrando, assim, um importante sentimento de pertencimento ao grupo, pois, a nosso ver, tendo em vista o pouco contato do povo do Talhado com a vida urbana, ainda é cedo para que estes elaborem modelos seguros e de abrangência nacional ou global.

Desse modo, não fossem os estigmas e estereótipos, a vida da população do Talhado, que mora na cidade, se mostraria bastante semelhante à forma de vida das populações periféricas do resto da cidade. Porém, a ascendência negra e a confecção de cerâmica, no galpão, têm sido os motivos que marcaram o tom da diferença. O galpão é o lugar para onde convergem pessoas do grupo, tanto as que moram na cidade quanto as que vêm da zona rural e encontram lá um lugar de apoio. Assim, mantém-se a solidariedade no grupo, conservando uma tendência, vinda da vida em isolamento

na serra. O galpão é, portanto, um novo espaço de aglutinação para a comunidade no espaço urbano.

Para os negros do Talhado, como forma de solidariedade interna, podemos identificar o galpão e a cooperativa, além dos jogos e brincadeiras, enquanto formas de solidariedade externa ou de contatos interétnicos, revelando-se na igreja, na Festa do Rosário e na feira, em Santa Luzia, bem como nas trocas com os políticos, reforçando, assim, o processo de migração e posterior reterritorialização.

Dentro do que compreendemos por reconstrução da identidade do povo talhadino, destacamos, portanto, no meio rural, a cooperativa como um espaço novo para a discussão dos problemas do lugar, e o galpão, no meio urbano, como um espaço que congrega parte daqueles moradores que optaram por residir na cidade. Sendo estes os principais motivos que reforçam a identidade do grupo, no final da década de 1990. Destacando-se, nesse sentido, o papel da cooperativa como reforço das relações do grupo com a terra. Esses espaços podem também servir de mediadores entre os membros da comunidade do Talhado e os moradores da cidade.

Por outro lado, o papel da Festa do Rosário seria permitir o surgimento de uma consciência negra, o que ainda não existia. Essa consciência teria consequência maior, porque ultrapassaria os vínculos locais e de consanguinidade da identidade da comunidade do Talhado.

É interessante observar, através de um dos membros da Irmandade, o quanto é difícil, por exemplo, reunir os negros para organizar a festa, demonstrando que a assunção da negritude, na totalidade dos negros de Santa Luzia, ainda aparece como algo difícil.

O embrião de uma atitude política, nessa perspectiva, só acontece em ações isoladas de pessoas, como: o padre da cidade ou militantes do movimento negro, além de pesquisadores, que visitam a cidade, a Irmandade do Rosário e o Talhado.

Sobre as dificuldades em reunir as pessoas para organizar a festa do Rosário, o membro da Irmandade nos mostra que:

Nas reuniões que aconteciam agora, antes da festa do Rosário, a porta ficava cheia de rapazes e moças negros, só olhando, parecendo uns bichos, pensando que aquilo ali ia morder e parece que eles estavam achando feio, ridículo aquilo ali, sabe? E deixa que aquilo ali pertencia a eles e eles não sabem disso, a cultura, a educação formato que eles não têm, não! (Fernando, 38 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

Tomando o exemplo do que acontece no estado da Bahia, onde existe uma grande concentração e organização de entidades negras, o informante continua, em sua fala abaixo, mostrando como seria possível, com a união dos negros de Santa Luzia, tornar essa cidade um ponto de referência para os negros na região:

Se juntasse o pessoal do Talhado, juntasse o pessoal da Pitombeira, uma parte da Ramadinha, porque tudo isso é zona rural e tem poucas, a zona rural está extinta. Mas de qualquer maneira a gente vai no bairro São Sebastião, que tem um número muito grande de negros, o bairro São José, uma parte das Malvinas, do Conjunto da CEHAP, o bairro Nossa Senhora de Fátima tem muito negro também. Se juntasse isso tudo aí, a cultura era diferente, porque a Bahia progrediu, por causa dos negros, que souberam o que era ser negro, se distinguiram da sociedade, por isso que tá uma cultura daquela e uma cidade rica, através do turismo (Fernando, 38 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

O projeto desse membro da Irmandade seria de criar uma consciência negra entre os negros de toda a região ou em torno de Santa Luzia, tendo como referência o modelo baiano:

Precisa de uma reunião muito grande, uma reunião concentrativa, que reunisse todos os negros, agora, uma reunião de voz, não uma reunião que a gente vai falar e alguém queira intervir, não é uma reunião que vai ser escolhido fulano e fulano. Vai falar sobre o negro, vai falar sobre a região, vai falar sobre isso, vai falar sobre sua descendência, vai falar sobre a sua cultura. Tem que ser dessa forma, dessa natureza, porque, se for através da Irmandade do Rosário, a cultura jamais prosperará. Se for através da cultura dos negros do Talhado, essa cultura, pelo amor de Deus, nunca mais prosperará, porque não tem líder, é cultura sem líder, é um povo à toa, eles estão à toa. Sabe como é uma manada que arromba uma cerca e sai tudo sem giro, é como esse povo, uma raça negra que existe aqui, principalmente, a do Talhado, estão um povo alheio (Fernando, 38 anos, entrevista realizada em 22/11/1997).

O nível de esclarecimento da população é baixo e deixa a desejar, no que se refere a uma política de conscientização étnica, que possa levar à construção de uma luta mais organizada pelos direitos e conquistas dos negros da região, tornando, quem sabe, o Vale do Sabugi uma referência ou mesmo um ponto turístico do Estado, como demonstra ser o desejo de alguns membros da Irmandade do Rosário, por exemplo, que defendem a união de todos, para que juntos possam lutar por uma vida melhor e mais justa, com menos preconceito.

Por outro lado, é possível que os negros do Talhado na cidade, com o tempo, venham a se aproximar dos outros negros, mas isso

só será possível se surgir alguma liderança que inicie esse projeto. Entretanto, haverá dificuldades de agregar o Talhado, uma vez que o projeto estaria sendo gestado por negros alheios à comunidade. Por ora, o projeto do Talhado está atrelado ao modo de vida tradicional, ou seja, o retorno à vida rural. Embora entendamos que seja pouco provável esse retorno, o projeto deles somente aponta para a volta à vida rural e, quem sabe, à situação de isolamento de outrora. Ainda que seja um sonho, talvez a melhor forma de viabilizar tal projeto seja aliar a vida urbana à rural.

Com isso, no projeto do Talhado, a reterritorialização do grupo, no espaço urbano, é pensado em caráter provisório, uma vez que, com as reivindicações da cooperativa, eles possam dotar o campo de condições para um retorno e, dessa forma, estariam também fazendo um acordo com segmentos da cidade, que os querem de volta ao campo. Assim, eles podem conseguir barganhar alguns melhoramentos para a zona rural.

O processo de reconstrução da identidade está apoiado na memória de um passado, em que a comunidade viveu isolada com todos os seus membros. E o projeto está baseado nessa memória. Não há sinais de que o projeto do Talhado aponte para uma reconstrução com elementos novos, como é o caso do projeto dos membros da Irmandade do Rosário, visto que eles não têm uma memória ancestral que os situe na África, a exemplo do movimento baiano.

A localidade é a marca mais forte do grupo do Talhado e seu projeto está preso a ela. Nada impede, porém, que, na próxima década, eles tenham adquirido uma consciência de raça. O que prevalece, no entanto, é uma consciência étnica.

CAPÍTULO 5

REVISITANDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO TALHADO-PARAÍBA: MUDANÇAS, PERMANÊNCIAS E NOVAS LUTAS EM TEMPOS DIFÍCEIS¹²

12 Este texto é uma adaptação do artigo apresentado e publicado nos Anais da 33ª RBA, 2022.

Revisitando o Talhado após o reconhecimento do Território Quilombola

A história do povo negro do Talhado vem sendo estudada e recuperada a partir de pesquisas realizadas nas últimas décadas, dentro da perspectiva das teorias que levam em consideração a necessidade de dar visibilidade às comunidades tradicionais, pela sua história e, acima de tudo, pela busca de se fazer cumprir os seus direitos, por parte do Estado, conferidos pela Constituição Federal de 1988.

O documentário *Aruanda*, de 1960, realizado no Talhado e dirigido pelo paraibano Linduarte Noronha, pode ser considerado um marco inicial de discussões sobre a realidade de comunidades negras isoladas, além de ter sido o primeiro filme brasileiro a retratar, de forma realista, o sertão nordestino.

Posteriormente, surgiram os estudos acadêmicos, tais como: artigos e dissertações de mestrado sobre o Talhado, fundamentados por uma vasta literatura nacional, pelos registros da história oral dos moradores e pelos registros de reconhecimento sobre essas comunidades. Pesquisas, com essa envergadura, nos parecem um caminho importante para o fortalecimento dos laços identitários, construção de memórias coletivas e, acima de tudo, como contribuição para a organização e desenvolvimento social de tais comunidades.

A região do Vale do Sabugi, onde está situada a Serra do Talhado, compreende parte do sertão paraibano, formado pelos municípios de Santa Luzia, São Mamede, Junco do Seridó, São José e Várzea, contando com uma população em torno de 36.805 habitantes. Região que se caracteriza por abrigar quatro

comunidades quilombolas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e, que guardam em si, ricas tradições construídas ao longo de sua história.

A configuração dos quilombos, na região do Vale do Sabugi, apresenta-se da seguinte forma: a comunidade do Talhado que, originalmente, se encontrava isolada na Serra de Santa Luzia, distante 26 km da área urbana da cidade, recebeu a sua certidão de autorreconhecimento no ano de 2004.

Com o crescente deslocamento dos moradores do Talhado, para a cidade, surgiram dois aglomerados urbanos, observados desde a pesquisa de Santos (1998). Segundo Araújo (2011), na época, os deslocamentos do Talhado rural foram direcionados para duas áreas na periferia de Santa Luzia, sendo reconhecida e certificada como quilombo apenas a Comunidade Urbana de Serra do Talhado, em 2005; em contrapartida, a outra parte, que ocupou o Monte São Sebastião, ainda não recebeu a sua certificação. Por último, o Quilombo da Pitombeira, na cidade vizinha de Várzea, recebeu a certificação em 2005¹³.

Na nossa dissertação de mestrado, detectamos e analisamos esse movimento de deslocamento de parte da comunidade que estava deixando o isolamento na serra, para fixar residência nas áreas urbanas. Pesquisamos, com mais atenção, o grupo de famílias que se formou em torno de um galpão, oferecido pela prefeitura, para a produção de louças, pelas louceiras do Talhado. Como resultado, no ano seguinte ao reconhecimento do Talhado rural, foi feito o reconhecimento do quilombo urbano.

A nossa proposta de Pós-Doutorado objetivou revisitar a comunidade quilombola do Talhado, em Santa Luzia, que envolve tanto o quilombo urbano quanto o rural, a partir de uma perspectiva antropológica, que se manifesta pelos laços familiares,

13 Ver mapa: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/mapas.html>.

estabelecidos pelo grupo e pela relação de alteridade, na convivência com os moradores que não fazem parte do grupo. Sabemos que a cultura é dinâmica e as identidades são invenções sociais que atendem aos projetos políticos de cada grupo, assim como sugere Schwarcz (1996).

Cada vez mais se faz necessário compreendermos a relação entre as pessoas no contexto de suas práticas, tendo em vista a proatividade relacionada aos arranjos para a construção de um determinado modo de vida em sociedade e as relações com o meio ambiente. Uma das práticas identificadas, na pesquisa anterior, era a produção de artefatos de barro, atividade que produz impacto, pois requer a queima do barro em fornos de lenha e, com isso, a extração do barro leva a perdas de vegetação ou desmatamento na zona semiárida, o que torna a atividade pouco sustentável.

Portanto, é preciso que o nosso olhar se amplie, no sentido de tentarmos perceber o jogo de negociações existentes no interior dessas comunidades tradicionais com os poderes locais e globais.

As novas configurações do território quilombola incitaram a realização de novos estudos na área acerca das mediações para o fomento e manutenção das políticas públicas, voltadas para a melhoria da qualidade das condições de vida dessas comunidades.

Em 2004, o Sebrae, em parceria com a Fundação Palmares, firmou um Termo de Cooperação Técnica para geração de renda e inclusão social na região, apresentado durante o Seminário de Intercâmbio Cultural Afro-Brasileiro, na cidade de Santa Luzia. De acordo com Dayse Oliveira, da Agência Sebrae de Notícias (ASN), “o documento prevê a criação de um Arranjo Produtivo Local, com base no turismo, focado nas potencialidades históricas e culturais da comunidade quilombola da Serra do Talhado”.

Notamos que essa foi uma iniciativa importante como política pública social, voltada para a necessidade de reduzir o índice de pobreza local e conservar a riqueza do patrimônio cultural e natural na comunidade quilombola do Talhado, entre outras

políticas públicas, que possamos, pois, detectar e avaliar a sua efetiva concretização e eficácia.

O contexto das políticas públicas de afirmação de identidades

O contexto político de afirmação de identidades, no Brasil, inicia-se com a promulgação da Constituição de 1988 e depois com a aprovação do Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH, mas somente a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva essas políticas foram efetivadas.

A partir dos anos de 1990, o mito da democracia racial começa a ser questionado e o quesito “cor” passa a fazer parte dos programas governamentais. Nesse sentido, “a promoção da raça através de ações afirmativas torna-se uma importante questão na pauta das políticas do governo baseada nas ideias do multiculturalismo que passa a orientar as práticas políticas, ideológicas e institucionais” (SANTOS, 2015, p.179). (Grifos do autor).

Foi somente em 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPIR, que muitas das reivindicações do movimento negro foram atendidas pelo governo e a promoção racial de ações afirmativas se dará de fato, através do programa de cotas nas universidades públicas, baseado na premissa da política de reparação pelo Estado. Como consequência dessa política, alguns programas e secretarias foram instituídos para atender às demandas dos quilombolas, tais como: Programa Brasil Quilombola – PBQ; Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano – SEDH; Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana – SEMDH, criada em 2011; Gerência Executiva da Equidade Racial – GEER e Conselho de Promoção da Igualdade Racial – CEPIR.

É nesse contexto de organização de políticas públicas, voltadas para atender às reivindicações das identidades nacionais, que emergiram, nesse “campo de batalha”, tal como define Bauman (2005). Nesse cenário, a luta pela certificação das comunidades quilombolas se consolida, levando estudiosos e entidades do movimento negro a travarem uma longa discussão sobre o conceito de quilombo, frente às demandas judiciais, enfrentadas por antropólogos, na tentativa de justificarem a titulação, reconhecimento e a reparação dessas comunidades frente ao Estado brasileiro.

Nesse sentido, Arruti (2008) chama atenção para os vários adjetivos utilizados para tipificar o conceito de quilombo, tais como: “remanescentes”, “contemporâneos”, “urbanos”, “rurais”, “agrícolas”, “extrativistas”, “nômades” e “históricos”, ou seja, uma categoria em disputa. Para este autor, “uma disputa travada entre antropólogos e historiadores, mas também entre estes; travada na imprensa, no parlamento e nas decisões judiciais” (ARRUTI, 2008, p.1).

No que se refere à necessidade de ressemantização do termo quilombo, o autor aponta, inicialmente, três linhas de pensamento, são elas: resistência cultural; política – no sentido de luta de classe – e, finalmente, resistência negra, como ação afirmativa desenvolvida pelo movimento negro.

Por outro lado, O’Dwyer (2002) nos mostra que, a partir da Constituição Brasileira de 1988, o quilombo adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos, que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro.

Para tanto, os estudos têm seguido o aporte teórico, desenvolvido por Barth (1969), no sentido de observar essas comunidades negras como grupos étnicos e suas fronteiras. Conforme a teoria defendida por Barth, as categorias analíticas dizem respeito às noções de identidade étnica, enquanto categoria relacional;

concepções de territorialidade, como categoria espacial, e fronteira interétnica, como *locus* do contato interétnico.

Barth (1969) define grupo étnico como uma “forma de organização social”, cuja característica principal é a autoatribuição e atribuição por outros, como membros de um determinado grupo, com fins interacionais. Nessa perspectiva, Barth nos coloca a proposta de que a etnicidade não é um fato empiricamente testável, mas uma série de símbolos, atitudes e valores.

Ainda, segundo Barth, os conceitos de diversidade cultural e contrastividade nascem a partir dos contatos sociais e estão baseados no não isolamento das sociedades, ocorrendo, portanto, a troca mútua de experiências, que fatalmente levam à diversidade e, conseqüentemente, à particularidade de cada grupo. O ponto de vista desse autor é interessante para analisar as ondas migratórias dos membros da comunidade do Talhado, em suas idas e vindas, demonstrando, em um constante contato com os “outros”, uma troca dinâmica de experiências, que podem causar inovações e mudanças em suas vidas.

Na nossa dissertação, foram observadas, nas práticas cotidianas dos membros do grupo do Talhado, as formas de manifestação de sua identidade, apontando para a reorganização do grupo em um novo espaço, ou seja, na área urbana, sem que se produzisse a perda da identidade, em razão das modificações introduzidas, através da desterritorialização de parte da comunidade.

Ao analisar a questão das fronteiras sociais, Barth não considera como procedente a visão simplista de que o isolamento geográfico e social foi determinante na sustentação da diversidade cultural. Portanto, as diferenças culturais podem persistir, apesar do contato e interdependência interétnicos. É importante notar que a ideia de dispersão do grupo do Talhado, através da migração, não provocou assimilação do grupo a outras comunidades, mas reforçou a sua identidade (SANTOS, 1998).

Nessa perspectiva, O'Dwyer (2002, p.4) afirma que

[...] a observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais – também chamadas terras de preto (com a vantagem de ser um termo nativo, e não uma palavra importada historicamente e reutilizada), permite considerar que a afiliação étnica é tanto uma questão de origem comum como de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados.

As estratégias para a manutenção dos modos de vida de um grupo e a luta pela liberdade dos seus corpos e de sua cultura permanecem vivas nos dias atuais, à medida que as condições reais de existência e a qualidade de vida dessas populações tradicionais e comunidades negras, como as do Talhado, ainda são precárias. Suas práticas sociais podem ser vislumbradas à luz do pensamento de Bourdieu (2008), que nos aponta caminhos de estudos sobre sociedade e cultura, enquanto produções coletivas, em que a ação estratégica se dá, sempre, através de uma experiência, que cria narrativas e orienta ações.

Dessa forma, pode-se perceber que o poder simbólico leva a discriminações e preconceitos, situação que também pode ser enquadrada no conceito de racismo estrutural, trabalhado por Silvio Almeida (2018), ao tratar da naturalização do racismo, da meritocracia, da discriminação e do papel do Estado, no que se refere a questões como as políticas públicas, voltadas para as populações negras e quilombolas do nosso país.

Atualizando o olhar

Assim como muitos habitantes da cidade de Santa Luzia, crescemos presenciando e ouvindo histórias sobre os “negros do Talhado”; guardando na memória falas de pessoas próximas. Algumas falas ainda hoje retratam discriminações e preconceitos,

como os que afirmam que, aos sábados, quando os negros desciam a serra para vender as suas louças na feira, era comum os moradores da cidade fecharem as portas de suas casas para evitar o contato direto com “essa gente indesejada”. Os pais davam ordens às crianças para ficarem dentro de casa, enquanto o povo do Talhado passava na rua, em direção à feira de Santa Luzia.

O contato mais próximo acontecia na feira, quando precisavam comprar algum utensílio de barro, mas, se houvesse algum diálogo, “além do necessário”, para a compra, alguém logo questionaria, interrogando sobre a razão daquela conversa. Era comum, também, em muitas ocasiões, evitarem comparações sobre o modo de se vestir ou de se comportar, já que não era aconselhável se identificar com aqueles moradores da cidade e os quilombolas arredios da Serra do Talhado.

Posteriormente, já morando em Campina Grande, e estudando Ciências Sociais, com opção em Antropologia, realizando um Trabalho de Conclusão de Curso sobre relações raciais. Considerando as memórias sobre o que ouvíamos em casa sobre o Talhado e as constantes visitas a parentes na cidade de Santa Luzia, optamos por conhecer melhor a comunidade do Talhado. Para isso, construímos um projeto, que foi aprovado, garantindo, assim, o ingresso no curso de Mestrado em Sociologia, da UFPB – Campus II, atual UFCG. Em 1996, começamos o curso e, no ano seguinte, iniciamos a pesquisa junto à comunidade. As diversas leituras realizadas, durante o mestrado, nos possibilitaram novos olhares sobre os moradores do Talhado e sobre o contexto que os envolvia em Santa Luzia e na região do Vale do Sabugi.

Defendemos nossa dissertação em 1998. Na ocasião, exibimos o filme *Aruanda*, do diretor Linduarte Noronha, realizado em 1960, que tratava do isolamento da comunidade. Além disso, abordamos a dissertação da professora Josefa Salette sobre a organização social do Talhado, numa perspectiva das comunidades camponesas. Partimos do conceito de identidade étnica e de fronteiras interétnicas entre a população da cidade e a comunidade da

Pitombeira. Nossa dissertação serviu como referência para o reconhecimento da comunidade urbana do Talhado como Quilombo em 2003, fato que foi motivo de grande satisfação para nós.

Sabemos que as comunidades quilombolas, no Brasil, não são homogêneas. Como afirmam Brandão e Jorge (2000, p.67): “estas não constituem “fósseis arqueológicos” passíveis de serem submetidos a procedimentos precisos de medição para atestar a veracidade e cronologia de sua origem”.

Com o intuito de conhecermos melhor a organização e as lutas atuais, através de diferentes estudos sobre o povo do quilombo do Talhado, tivemos acesso a algumas dissertações produzidas nos finais dos anos 2000. A primeira delas é a de Joselito Eulâmpio Nóbrega, de 2007, que investigou a construção da identidade como sendo uma construção de fora, enfatizando o caráter externo de atribuição da identidade quilombola, como uma imposição ao povo do Talhado, para atender a política do reconhecimento (NÓBREGA, 2007).

A segunda dissertação diz respeito à pesquisa de Luiz Rivadávia Prestes Almeida, realizada em 2010, que buscou compreender o processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado, tendo como referência a noção de grupo étnico, abordada por Fredrik Barth (ALMEIDA, 2010). Dessa forma, o autor destaca a necessidade de engajamento da população do Talhado na construção de sua história, ao “andar com as próprias pernas”, no sentido de afirmação da identidade quilombola, como instrumento na luta por seus direitos, mesmo reconhecendo que esse é um processo lento e gradual.

Jordânia de Araújo Souza defendeu, em 2011, uma dissertação sobre a Pitombeira, que visa apresentar as disputas e divergências entre origens e direitos de uma identidade quilombola. Nesse caso, a ênfase, na comunidade da Pitombeira, torna-se interessante, tendo em vista que essa comunidade aparece como parte das fronteiras interétnicas, no contexto das relações da

comunidade do Talhado e a população de Santa Luzia, mostrando uma gama de preconceitos e rejeições entre os membros dos três grupos (SOUZA, 2011). Esta configuração de fronteiras já havia sido identificada em nossa dissertação, em 1998.

Maria Janaína Silva dos Santos, em sua dissertação, de 2015, realizou uma análise sobre a proteção social e território quilombola na Paraíba: história de luta e resistência no Quilombo do Talhado. A autora atualiza os dados sobre a comunidade do Talhado, dando ênfase à falta e/ou precariedade das políticas públicas, destinadas ao Talhado (SANTOS, 2015). Vale destacar que Janaína é oriunda do Talhado, neta de Rita Preta, uma das principais lideranças do quilombo. Desse modo, ela começa a dar sentido à tese de Luiz Rivadávia Prestes Almeida, tendo em vista o seu pertencimento ao quilombo e o seu engajamento e militância, enquanto uma voz de dentro da comunidade, frente às demandas e reivindicações do seu povo. A fotografia a seguir mostra o momento em que pudemos entrevistá-la:

Figura 17 - Entrevista com Maria Janaina Silva dos Santos -
Mestra em Serviço Social e quilombola do Talhado



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Tais pesquisas têm em comum o fato de estudarem o Talhado após o reconhecimento deste, por parte da Fundação Cultural Palmares, como comunidade quilombola, em 2003. Nesse caso, já havia sido estabelecida a divisão do quilombo entre Quilombo rural da Serra do Talhado e Quilombo urbano do Bairro São José. Já o grupo de moradores que se instalou no Bairro Monte São Sebastião não foi ainda reconhecido como Quilombo urbano.

Depois de vinte e cinco anos da pesquisa e defesa de nossa dissertação de mestrado, já residindo em Palmas - Tocantins e atuando como professor da Universidade Federal do Tocantins-UFT, voltamos a dialogar com o Talhado; desta vez, com o projeto de revisar a nossa dissertação e produzir um novo capítulo de atualização sobre essa história, após o reconhecimento da comunidade como quilombo.

O retorno à comunidade do Talhado e o relato das visitas

Em 11 de março de 2022, numa sexta-feira, estivemos no galpão das louceiras, do Talhado Urbano de Santa Luzia. Vale lembrar que “Talhado Urbano” é uma denominação que resultou do autorreconhecimento da comunidade como quilombola, algo que não aparecia no texto original da nossa dissertação, por motivos óbvios, já que, naquela época, ainda não havia essa definição para a comunidade.

Ao chegarmos ao galpão, encontramos as mulheres trabalhando, no mesmo ritmo de antes. Conversamos com algumas delas, de forma rápida, mas logo nos indicaram que procurássemos Gileide Ferreira da Silva, a nova presidente da associação, com a qual mantivemos uma conversa mais aprofundada; desta vez, em sua casa.

No dia 30 de abril desse ano, estivemos novamente no Talhado rural, depois de vinte e cinco anos. Desde o momento em que saímos da cidade de Santa Luzia, em direção à serra. Na companhia do motorista Joacir, pudemos constatar as mudanças na comunidade e o que ainda permanece como antigamente, segundo o que ele foi nos relatando. Ao chegarmos lá, revisitamos a paisagem do território e registramos, através de entrevistas, as histórias e novidades que aconteceram na comunidade. As fotografias, expostas na sequência deste texto, retratam as transformações no ambiente da comunidade, sejam nas residências, na construção de uma igreja, de uma praça, dos aerogeradores de

energia eólica, espalhados no entorno do território rural, além de placas de localização e alusão à identidade quilombola, bem como os antigos postos de saúde e a escola Aruanda.

Figura 18 - Entrada para o quilombo rural, pela BR 230



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O acesso à comunidade, assim como há vinte e cinco anos, continua difícil, embora tenha havido melhorias. Recentemente, o acesso pode ser feito por fora, em parte, pela BR-230, o que facilita um pouco o trajeto. A estrada, por dentro, possui duas partes com calçamento, construídas pela prefeitura municipal, como parte de um projeto que não foi concluído.

O Talhado Rural: Espaço de memória, paisagem, reconstrução da identidade e novas lideranças

Chegando à serra, o que nos saltou aos olhos foi a beleza natural do ambiente verde, em razão das últimas chuvas, caídas na região, como indica, mais adiante, a Figura 19. Diferente da época de seca, que assolava o lugar por longos períodos, a situação

atual é outra, com água e esperança de dias melhores entre os seus habitantes. Encontramos um ambiente mais otimista, com novas perspectivas de futuro, por parte dos moradores, que se mostram mais seguros de sua história, identidade e dos seus direitos enquanto quilombolas.

Figura 19 - Vista panorâmica da serra



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O reconhecimento da comunidade aconteceu em 2004. Aos poucos, vai deixando os seus frutos, mas não é um processo fácil. Podemos perceber isso na fala dos moradores que, de início, se mostraram descrentes e até revoltados pelos problemas que a novidade impôs.

Lidar com a “nova” condição de quilombola foi um processo árduo, até chegarem a “tomar pé” de sua história e entenderem a nova situação como positiva, desde que se organizassem para poderem lutar por seus direitos. Sabemos que a luta pelos direitos dos povos negros, no Brasil, começou com as reivindicações do movimento negro, mas, somente, com a Constituição de 1988, esses direitos foram garantidos. Entretanto, para ter acesso aos

recursos, vindos das políticas públicas, é necessário que a comunidade se organize em uma associação.

Nessa perspectiva, Vellagas (1996, p.9) afirma que:

Para acceder a las políticas sociales, las comunidades de quilombolas son obligadas a crear una asociación, figura jurídica en nombre de la cual será emitido el título de propiedad del territorio de la comunidad. Aunque la formación de asociaciones haya sido una estrategia de los movimientos para garantizar la propiedad colectiva, a menudo produjo cambios en las relaciones y los contratos sociales preexistentes. Este requisito pone de manifiesto la capacidad del Estado de imponer un modelo de organización comunitaria. En Colombia, la legislación previó la creación de un consejo comunitario que sigue el modelo de las asociaciones comerciales, rompiendo con los modelos asociativos tradicionales y los contratos sociales preexistentes. Este requisito pone de manifiesto la capacidad del Estado de imponer un modelo de organización comunitaria. En Colombia, la legislación previó la creación de un consejo comunitario que sigue el modelo de las asociaciones comerciales, rompiendo con los modelos asociativos tradicionales que se basan en las formas de organización afrocolombianas ancestrales.

No Talhado, a tomada de consciência e organização política têm sido um aprendizado para os moradores que, desde 2020, contam com uma associação ativa, denominada Associação Comunitária Rural Quilombolas Serra do Talhado, que os representa em todas as decisões da comunidade. Essa associação foi criada em 2004, mas estava desativada, pois foi usada por antigas lideranças locais e pessoas de fora da comunidade em benefício próprio.

Dessa forma, vale a pena descrevermos o depoimento de uma moradora sobre uma situação traumática, que deixou marcas na comunidade, mas, ao mesmo tempo, despertou para a necessidade de se tornarem donos de sua história. Como disse Dona Joana: “A partir deste fato, eles acordaram!”. Nesse momento, destacamos o depoimento de Gilvaneide, que é professora e moradora do Talhado:

A gente só vive o presente se lembrar do passado. A história é assim: No passado dessa associação, nesse desvio, eu não tenho medo de dizer, eu fui acusada de um desvio de uma verba de 89 mil reais. Eu não peguei no dinheiro. A documentação estava lá, segundo eles, assinada por mim. O dinheiro foi... eu não sei pra onde, sumiu! Eu não fui presa, porque, quando eu vim descobrir a verdade, eu corri para o Banco do Brasil, peguei o gerente e pedi todas as cópias de cheques, de extrato de contas e de tudo que foi passado. Foi um estalo que Deus abriu na minha mente. Eu fui olhar e o gerente... (que não é mais vivo, sofreu um acidente de carro e faleceu). Contei a ele a história que eu estava passando. Eu adquiri diabetes, pressão alta por conta dessas pressões, eu era pressionada que ia ser presa. Negativaram meu CPF e eu corri, no banco, peguei todos os canhotos, peguei extratos de contas. Assim que Céu faleceu, parece que o espírito dela veio e disse: vai lá, senão, tu vais presa e eu ia ser presa pela Polícia Federal. Me acusavam direto. Os políticos me acusam, tinham um povo que fazia parte dessa “gang”, que me acusava, passava na minha cara, eu chorava, porque não tinha o que fazer. Eu dizia que não estava devendo... Quando eu consegui a documentação, eu cheguei a essa pessoa e disse: Quer dizer que sou eu que estou devendo os 89 mil? É. Eu abri a pasta e disse:

Olhe aqui, não sou eu que estou devendo, esse nome aqui é de quem? Esse cheque aqui, que foi passado pra quem? Esse daqui foi passado pra quem? Esse documento é meu. É, não, esse documento é meu. Não é seu, não! É com esse documento que eu não vou presa. A partir desse dia, ninguém falou mais que eu roubei esse dinheiro. E eu tenho toda a documentação dada pelo gerente do banco. Quer dizer, eu me livrei de uma condenação, de ir presa, porque eu ia presa. Tudo por conta desse quilombo. A gente se revoltou por conta disso. Eu fiquei revoltada. Era muito recurso, por conta desse quilombo, e quem ia pagar era a gente, que não tinha nada a ver. Abriram uma conta em nome daqui. Entrava muito recurso nessa firma e nunca passou por aqui e a gente na maior dificuldade do mundo. A gente ainda hoje tem dificuldade, mas é uma dificuldade mais leve (Gilvaneide, 55 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

O desvio de dinheiro aconteceu e serviu, em último caso, para despertar para a necessidade de entender o significado de ser quilombola naquele momento, pois havia políticas públicas, voltadas para a comunidade. Porém, o dinheiro, como afirmavam, “só chegava até o pé da serra”.

Porém, Marinalva, presidente da associação, afirma que, atualmente, está muito bom:

A comunidade hoje é unida. Hoje, a gente, quando vai fazer um negócio, a gente forma um mutirão, quando é 7 da manhã, todo mundo tá aqui, pra começar a obra. Muito bom! Em março, a gente teve a festa do padroeiro. A associação se juntou de novo. Passou um mês se juntando, para reformar, até móveis a gente reformou, mesa, cadeira, a gente pintou. Nos

juntamos para pintar isso tudo. Tudo obra da gente, porque se fosse só esperar pelos poderes, como Gilvaneide falou, os poderes não vão ajudar a gente, não. Quem vai ajudar nós é nós, a comunidade, o grupo. Aí, graças a Deus, hoje, a comunidade é muito unida. Mensalmente, a gente faz reunião. Todos chegam na hora. Eu sou presidente, mas nem marco a reunião, quem marca são os sócios. Eles dizem: hoje terminou e a próxima, é quando? (Marinalva, 43 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

Superado o trauma do desvio de dinheiro na associação, novos ares se abriram para a comunidade, que está mais fortalecida e consciente do seu lugar nessa história, assim como sugeriu Luiz Rivadávia Prestes Almeida, em sua dissertação de mestrado sobre o Talhado, ao afirmar que: “Se quiserem que ocorram mudanças na comunidade, terão que, entre outras coisas, saber utilizar estrategicamente sua identidade de comunidade quilombola” (ALMEIDA, 2010, p.133).

Sabendo desse tipo de situação, como a que foi narrada acima, é que podemos entender o processo de crescimento e apropriação de uma identidade como um processo lento e gradual, um jogo de negociações e enfrentamentos. Os moradores, que encontramos agora, no Talhado, tanto no rural quanto no urbano, são mais ativos e atentos aos seus direitos e poder de conquista.

Embora digam que as políticas públicas, destinadas à comunidade, sejam insuficientes ou mesmo inexistentes, na verdade, observamos que elas têm sido efetivadas. De um modo ou de outro, fica claro que muitas foram as conquistas depois do reconhecimento. O discurso dos moradores, nesse caso, aparece como dúbio. O que é compreensível, tendo em vista a necessidade constante de manterem a luta por novas conquistas, como indica o depoimento a seguir:

Veja só, o Talhado foi certificado em 2004. E, aí, eu trabalho com proteção e desproteção social dos territórios, em especial, do Talhado. Minha dissertação foi concluída em 2015 e, de 2004 para 2015, pouquíssimas coisas mudaram, coisas que não têm tanta visibilidade, por exemplo, se você me disser: ah, Janaína, então, o reconhecimento do Talhado ficou no princípio da inércia, não. Houve algumas políticas públicas, como a questão da educação quilombola, como atendimento na área da saúde, mas nada que mudasse significativamente aquela realidade. Foram pessoas que tiveram visibilidade social, mas não tiveram uma mudança social, nem econômica. Não, não. Eu não consigo ver grandes mudanças, não, sabe? São coisas muito pontuais. Mas, assim, que deu impacto, pra comunidade, não há mudança, você pega uma pessoa ou outra que tenha essa recomposição, que compreenda essa recomposição, que se compreenda como sujeito na história, mas que não é algo que mude a realidade da comunidade como um todo (Janaína, 33 anos, entrevista realizada em 05/04/2022).

Entendemos que a visibilidade social trouxe ganhos para a comunidade, de modo que uma “mudança na realidade da comunidade como um todo” acontece gradualmente, uma vez que os moradores estão mais atentos às formas de luta e ao processo de organização. Janaína (2015) sinaliza para questões como a precariedade da proteção social na comunidade. Vale lembrar que ela pertence à comunidade e é a única pessoa da comunidade a desenvolver uma pesquisa sobre o Talhado. O contato, com pesquisadores de fora, despertou nela o interesse em conhecer mais sobre a história do seu povo. Engajada e militando em prol da sua comunidade, Janaína é a autêntica representante acadêmica do Talhado e compreende muito bem os caminhos de luta a serem seguidos.

Figura 20 - Morador abrindo a porteira que dá acesso à comunidade, onde se veem a placa e o poste de energia elétrica



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figura 21 - Interior da casa de Dona Joana, onde se podem ver as fotos dos seus antepassados



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Dona Joana Carneiro ou Jovelina, como prefere ser chamada, é a matriarca de uma família, composta por 12 filhos. Ela é viúva de Sebastião Braz, antiga liderança da comunidade, herdada de Zé Bento, fundador do Talhado. A casa (foto 21) guarda e centraliza grande parte da memória e identidade da comunidade em forma de fotografias e histórias dos moradores.

A senhora em questão nos conta sobre a origem da comunidade, quando o bisavô do seu esposo decidiu sair da Pitombeira, para fixar residência no Talhado. Ele trabalhava com carpintaria e a esposa fazia artesanato – panela de barro. A comunidade sobrevivia da agricultura. Ao habitarem o Talhado, houve um tempo de muita chuva e produção de algodão, que garantia uma renda para os moradores. “Nesse tempo do algodão, era muito bom, mas depois não tinha como sobreviver e foram se retirando, ficando apenas os aposentados” (Joana, 88 anos, entrevista realizada em 30/04/2022). Mas, recentemente, depois do reconhecimento, houve uma retomada da possibilidade de sobrevivência com dignidade no Talhado.

Figura 22 - Residência do Sr. Sebastião Braz e de Dona Joana



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Sobre a situação atual do Talhado, Janaína possui um ponto de vista mais elaborado e peculiar. Apesar de residir atualmente em João Pessoa, onde estuda e trabalha, ela mantém o contato semanal com a comunidade. Segue seu relato:

O Talhado se reconstrói dentro de sua própria história. O quilombo rural, na sua formação, tinha mais de 600 pessoas. Atualmente, ele é composto por 18 famílias, só que as pessoas que residem, por exemplo, na zona urbana, elas têm essa identidade, essa memória afetiva. Elas sempre dizem: “eu sou do Talhado”. Então, o território permanece vivo na memória dessas pessoas, mesmo não residindo naquele território. Eu, por exemplo, não resido nem no território urbano nem rural, mas a memória afetiva, a identidade como aquele território permanece e eu acho que o Talhado se sobressai para além do território físico. **Ele não é um chão.** Ele é algo que perpassa isso. Então, onde quer que um filho do Talhado esteja, ele sempre será do Talhado, independente do território que ele resida. Na minha concepção, sim, a memória do Talhado permanece e permanecerá viva, independente se há pessoas morando no território físico ou não (Janaína, 33 anos, entrevista realizada em 05/04/2022, grifo nosso).

A roda de conversa, na casa de Dona Joana, desenvolve-se, carregada de simbolismo e espontaneidade, ao sabor de lembranças sobre as comparações entre o antes e o depois do reconhecimento, tendo a organização da associação como o ponto principal das falas, por garantir, atualmente, uma tomada de consciência para as decisões importantes do coletivo dos moradores da comunidade. Esse aspecto é enfatizado como algo muito importante e digno de orgulho, por parte da presidente Marinalva, tendo em vista a empolgação diante das realizações, o empoderamento e autoestima agora mais elevada:

Figura 23 - Roda de conversa com a Dona Joana, Marinalva, Joacir e Gilvaneide



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A gente não tinha canto de apoio, pra se reunir. Teve umas oficinas, a gente participou. Não tinha nem como se reunir. Tudo caindo... então, veio uma moça lá do Rio, pra fazer uma reunião. Pra gente chegar onde está hoje, conseguir essa praça, tudo reformadinho, a gente tem que começar de baixo. A gente começou pelo lixo. Fez uma oficina de reciclagem. Tivemos conhecimento de como ter uma comunidade organizada, sem lixo, com plástico por todo que é lugar. A gente se organizou. A moça viu o nosso esforço, limpando a comunidade todinha, ela disse assim, em abril de 2021: Por que vocês não se organizam e formam uma associação?! Aí eu disse assim: não, não dá certo, não. A gente não tem um presidente, não. Aí a gente começou com 10. Vamos arrumar

um presidente! Eu disse: não dá certo, não. Aí um dizia: entre; outro dizia: se você entrar, eu entro também. Aí, eu disse: vou entrar. Aí, passou maio, junho, julho, quando foi em agosto, 5 meses depois, eu disse: eu vou entrar, vamos formar a associação. Aí, disseram: vamos! Vamos formar a associação! A gente reformou o estatuto, fez a ata (Marinalva, 43 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

A descrença e a resistência de Marinalva, para reativar a associação, deram-se devido ao trauma com o desvio de verbas, ocorrido na gestão anterior da associação, de modo que destacamos, a seguir, mais um relato dela sobre essa situação:

Aí, eu fui na Receita Federal olhar os débitos daqui como estavam. Quando cheguei lá, tinha dois CNPJs, que não eram daqui, com nomes de outros presidentes. E o meu não aparecia em nenhum lugar, era desvio de recursos. Os recursos vinham para aqui, mas iam para outro lugar. Mas, eu sabia que ela (Gilvaneide) me dizia, outras pessoas mesmo me diziam. O próprio sindicato me dizia: tu és no papel, mas quando tu chegares na receita, tu vais ver que tem outras pessoas lá (Marinalva, 43 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

Reativada a associação, projetos sociais, de iniciativa pública e privada, com novos ares de modernização, têm chegado à comunidade, trazendo benefícios, mas também impactos ambientais. A comunidade agora conta com sinal de internet e tv a cabo, facilitando o acesso a outras possibilidades; antes impossível, devido ao isolamento, demonstrado, desde o filme *Aruanda* (1960).

Atualmente, a empresa de energia¹⁴, que possui o Parque Eólico, instalado há seis anos nos arredores do Talhado rural, tem dedicado uma atenção especial ao Talhado, tanto na área urbana quanto rural, no sentido de trazer alguns benefícios à comunidade, em troca do uso do seu território, para a exploração da energia eólica.

Desse modo, a empresa busca minimizar os conflitos socioambientais, através da doação de cestas básicas para as mulheres do galpão, além de contribuir para a construção de uma cozinha equipada, em um novo espaço, separado da confecção da cerâmica, evitando a poeira.

Figura 24 - Praça e igreja de São José



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Os impactos ambientais, sociais e culturais dessa relação podem aparecer a longo prazo; por enquanto, a comunidade tenta usufruir, com certa desconfiança, dos benefícios dessa parceria.

14 Neoenergia-Santa Luzia, empresa ligada ao grupo espanhol Iberdrola, que atua no Brasil.

A construção da igreja de São José é a realização de outro sonho da comunidade, que se organizou e, com a ajuda da empresa de energia, construiu, também, uma pequena praça, como podemos evidenciar, a seguir, na Figura 24. Motivo de comemorações ao som da tradicional sanfona, tocada pelos próprios moradores.

Figura 25 - Placa sobre a internet rural



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Figura 26 - Aeroogeradores da energia eólica



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

A implantação de um conjunto de aerogeradores, para a produção de energia eólica, tem motivado os moradores a partir de promessas financeiras e benefícios, que começam a chegar à comunidade, a exemplo de cestas natalinas e reformas no galpão, existente na parte urbana do quilombo, além da confecção, no ano de 2021, de uma cartilha explicativa sobre a comunidade, intitulada “História e modos de vida - Comunidade remanescente de quilombo (CRQ) Serra do Talhado (Rural)”.

É inegável que haverá impactos ambientais na comunidade e, em razão disso, a promessa de benefícios é mais enfatizada pela empresa de energia, algo que, aos poucos, ganha a simpatia dos moradores do Talhado, antes desconfiados com tal empreendimento.

Alguns dos impactos causados, pelo projeto de captação de energia eólica, vão desde a falta de água até o barulho causado pelos aerogeradores. Vejamos o que nos afirmam nossas informantes:

A gente aqui, na comunidade, está sem água de beber, o inverno acabou, todo mundo está sem água, por conta dos impactos das implosões, que fizeram para botar esses cata-ventos, mas a gente questionou e eles deram umas caixas d'água, a uns e outros não, mandaram, assim, umas 8 caixas que eram pra ter vindo bem 20. Aí, teve esses impactos tudinho. Pedi um poço, pelo Programa Cooperar, botei projeto e tudo mais, já foi elegível, estou esperando o técnico vir fazer a avaliação pra ver se a gente consegue instalar o poço. O projeto, que está em andamento na comunidade, é esse: de um abastecimento simples – um chafariz (Marinalva, 43 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

Só que a água não é própria para beber. Ela dá pra fazer todas as atividades, mas ela é salobra. Tem um projeto de um dessalinizador. Tem até um pau ali, pra colocar o dessalinizador.

Esse dessalinizador não chegou aqui... A comunidade necessita de água para beber, a gente tem água, não podemos reclamar, mas não temos água pra beber, que é o que o ser humano necessita mais. As cisternas estão todas quebradas (Gilvaneide, 55 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

O discurso das moradoras oscila entre queixas e reivindicações, mas, à medida que vão relatando os ganhos e perdas na comunidade, nos últimos anos, fica implícito que o reconhecimento do quilombo valeu a pena e que é um processo sem volta, pois depende da conscientização e organização da comunidade:

Antigamente, a gente dizia que a comunidade não ia crescer mais, não, mas, hoje, depois da nossa organização... o pessoal daqui dizia assim: vou embora, porque aqui não tem trabalho, não tem nada para trabalhar, mas a gente tem o barro, a lenha, água, apoio, então, a gente tem tudo pra seguir. Eu não falo tanto em reconhecimento. Eu falo mais em organização, porque uma comunidade, mesmo que seja reconhecida, se não tiver organização, uma associação em dia, um presidente atuante e, principalmente, os sócios andando junto com ele, aí o presidente sozinho não anda, tanto faz ser reconhecimento como não (Marinalva, 43 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

Ao lado da igreja, encontra-se uma antiga escola e um posto de saúde. A escola, denominada Aruanda, como referência ao filme, está desativada; em seu prédio, acontecem as festas da comunidade, como destacamos, a seguir, nas Figuras 27 e 28.

Figuras 27 e 28 - Festa de São José, padroeiro da comunidade, na antiga escola Aruanda



Fonte: Acervo da Associação Comunitária Rural Quilombolas Serra do Talhado.

Sobre a inatividade da escola, a professora Gilvaneide afirma que:

A comunidade em si não tem recursos públicos. Esses recursos, que a comunidade começou a andar, foi através da associação, que passou muito tempo parada, muitos anos parada. Depois *que* foi colocada a associação em dia, veio essa união da própria comunidade, em melhorar a infraestrutura, mas a gente ainda está a passos de tartaruga, mas estamos vendo aí os resultados. A escola fechou em 2013. Ninguém se mobilizou. Era uma escola quilombola até então. Escola Aruanda. A gente não sabia os nossos direitos para buscar, eles falavam, vai fechar e fechou. A gente deixou fechar, porque a gente, até então, não sabia os nossos direitos (Gilvaneide, 55 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

Figura 29 - Reunião dos moradores na associação



Fonte: Acervo da Associação Comunitária Rural Quilombolas Serra do Talhado.

As reuniões da associação acontecem na antiga escola, uma vez por mês, de acordo com a presidente. Nestas, há uma discussão sobre os problemas da comunidade; em seguida, tomam-se decisões importantes, que interferem na vida de todos. O impacto positivo dessas reuniões, em termos de motivação entre os moradores, é muito grande. Busca-se, assim, reverter o quadro de vulnerabilidade social e ambiental, de modo a ficarem atentos às estratégias que lhes tragam melhores condições de vida.

Figura 30 - Placa no interior da comunidade a ser usada por turistas



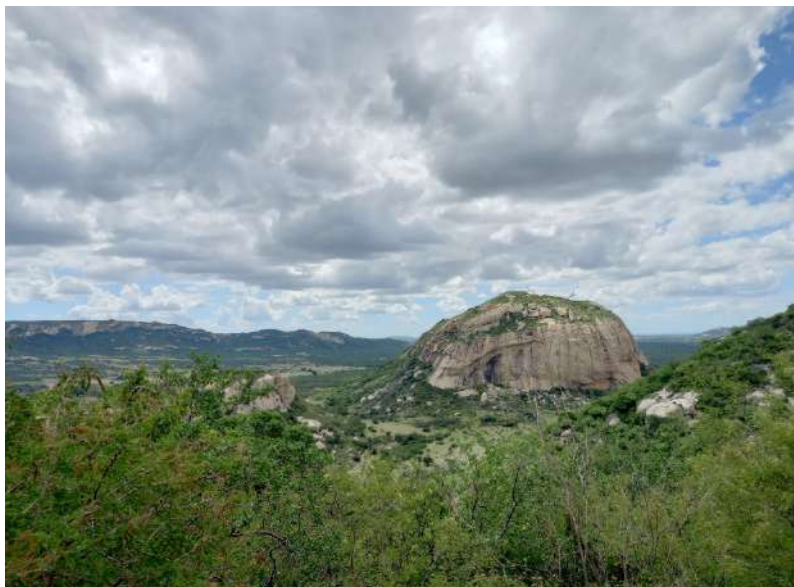
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A afirmação da identidade quilombola agora aparece não apenas nas falas dos moradores ou em documentos, mas também em placas espalhadas pelo território do quilombo – a exemplo da Figura 30 – como uma forma de autoafirmação de uma identidade por muito tempo negada e reprimida. Ser do Talhado não é mais motivo de vergonha, por parte dos moradores, como diz Joacir: “Assim que começaram a falar sobre o Talhado, a maioria do pessoal não queria, não. Hoje, já aceitam. Todo mundo

agora quer ser do Quilombo do Talhado, porque melhorou muito, depois que passou a ser quilombo” (Joacir, 45 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

O projeto de afirmação das identidades tradicionais e inclusão social nas comunidades se amplia, chegando às outras instituições sociais, como a educação. É o caso das cotas, nas universidades, e a criação da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, numa clara tentativa de reverter o quadro de racismo estrutural, existente em nosso país.

Figura 31 - Vista panorâmica da serra



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A paisagem, que fica para trás, nos faz pensar sobre a riqueza natural, existente na serra, localizada no sertão, em plena região da Caatinga, tão castigada por secas históricas, mas que, neste momento, em nada lembra as imagens de retirantes procurando

outro lugar para viverem. Na verdade, a Caatinga é um bioma que muda de paisagem, em função da estação seca ou de chuva, mas ambas têm sua beleza. O que fica como marca desse momento é a esperança de uma sociedade mais promissora e equilibrada, com uma cultura respeitada e valorizada em suas diferenças.

O Talhado Urbano: o galpão como espaço simbólico para a identidade quilombola

Na área urbana de Santa Luzia, estão duas partes da comunidade do Talhado. Uma no Bairro São José e outra no Monte São Sebastião. No Bairro São José, encontra-se um galpão, onde um grupo de mulheres da comunidade confeccionam as panelas e os utensílios de barro.

No entorno do galpão, vivem os moradores que migraram da serra do Talhado e que contam com a certificação do território desde 2005. No outro lado da cidade, o Monte São Sebastião também recebeu moradores do Talhado, mas ainda não foi certificado como quilombo.

O quilombo urbano, do Bairro São José, está organizado a partir do galpão e conta com uma associação denominada Associação Comunitária das Louceiras Negras da Serra do Talhado. Atualmente, a presidente é Gileide Ferreira da Silva, filha de Dona Rita Preta, que foi uma das lideranças da comunidade, e irmã de Maria do Céu, que a antecedeu na presidência da associação. Gileide nos falou sobre as mudanças na comunidade e as conquistas que tiveram nos últimos anos, depois do reconhecimento do quilombo.

O galpão é um ponto de referência para a extensão urbana do quilombo. As pessoas que chegam à cidade, procurando conhecer o povo do Talhado e a cerâmica produzida pelas mulheres da comunidade, para lá se dirigem, na maioria das vezes, por indicação de moradores de Santa Luzia. Em outros casos, acontece de um taxista ser membro da comunidade e ele próprio levar o

visitante ao galpão, não apenas para conhecer o artesanato, mas para conversar e conhecer a história do quilombo.

Figura 32 - Galpão no quilombo urbano, extensão do quilombo rural



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figura 33 - Louceira trabalhando no interior do galpão



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

A participação das louceiras em eventos artísticos, culturais e acadêmicos, patrocinados pelo Estado, tornou-se uma constante, assim como podemos ver no cartaz da foto acima e em outros cartazes, expostos no galpão (Figura 33). Em um desses projetos, a comunidade foi contemplada pela Lei Aldir Blanc, através do sanfoneiro inscrito, que ganhou cinco mil reais para fazer uma peça artística para doação ao Estado, confirmando a tradição de sanfoneiros e forrozeiros, existentes no Talhado. Vale salientar que a Lei Aldir Blanc foi recentemente vetada na íntegra pelo atual governo de Jair Bolsonaro, que não concorda com o projeto.

Figuras 34 e 35 - Peças decorativas de barro



Fonte: Acervo da Associação Comunitária das Louceiras Negras da Serra do Talhado.

Em outro momento, como exemplo de visibilidade social da comunidade urbana do Talhado, entre os dias cinco e sete de maio de 2022, a comunidade participou de um stand na Expo Turismo da Paraíba, feira de artesanato, promovida pelo Sebrae, no Espaço Cultural de João Pessoa, capital do Estado. Nessa exposição, observamos que, além das peças tradicionais, como as panelas e

utensílios domésticos, agora, no galpão, produzem-se, também, peças decorativas, ampliando as possibilidades de venda e renda para as mulheres louceiras. Além da exposição das louças, houve também a participação dos sanfoneiros da comunidade, que se apresentaram no palco principal, acompanhados por um casal de dançarinos da cidade de Santa Luzia.

Tradicionalmente, a confecção das panelas e utensílios de barro é um trabalho das mulheres. A Figura 33 nos remete a questão de gênero entre os trabalhadores do galpão, pois a participação dos homens no galpão continua nos mesmos moldes de quando realizamos nossa pesquisa de mestrado. Os homens são responsáveis pela coleta do barro e o transporte das louças para entrega, além de fazerem pequenos serviços no galpão.

Figura 36 - Presença masculina no interior do galpão



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

De acordo com Fortes (2013, p.93),

[...] os homens mais velhos aqueles que primeiros se deslocaram da área rural para a cidade, continuaram a se ocupar da agricultura, na maior parte do seu tempo; ora, no Talhado, quando o tempo era propício e a família ainda possuía terras, ora em terra alheia como diaristas ou meeiros. Alguns deles trabalhavam na limpeza de estradas e nas emergências, organizadas pelo governo, nos períodos mais críticos de seca. Dentre estes, os que possuem mais de sessenta anos estão aposentados como agricultores e usufruem de uma segurança econômica jamais experimentada. Os homens mais jovens vivem uma situação econômica mais insegura. Poucos são aqueles que encontram uma atividade que lhes permita ganhos regulares. No geral, os homens da Comunidade Urbana do Talhado se ocupam como ajudantes de pedreiro, como trabalhadores nas cerâmicas da região ou trabalhadores na extração de minérios, como mota-taxistas ou músicos.

Trabalho, saúde e educação são os setores sociais que mais impactam na qualidade de vida de uma sociedade. Sabemos que a escola é um importante espaço para a formação do cidadão, da identidade e do fortalecimento dos laços de solidariedade em qualquer sociedade. Para a população do Talhado, nesse aspecto, houve perdas.

Na escola quilombola da comunidade urbana, encontramos alusões à cultura afrodescendente nos murais e fotografias, bem como nas cores que identificam a comunidade quilombola nas paredes e nos cartazes dentro da escola – como se percebem nas Figuras 37, 38, 39 e 40 – assim como imagens de mulheres negras, com turbantes à moda afro. Porém, na descrição da missão da educação, exposta nos cartazes, não existe nada relacionado à

condição de quilombolas, limitando-se aos valores de uma educação de excelência, cidadania, transparência, ética, solidariedade, respeito, cooperação, eficácia e eficiência.

Uma queixa dos moradores do Talhado é a ausência de professor ou professora da comunidade, além do uso político que se tem feito da escola, atrapalhando o processo de construção e fortalecimento da identidade quilombola entre os alunos.

Figura 37 - Escola Quilombola no Bairro São José



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Com o reconhecimento das comunidades quilombolas,

[...] o estado e o município passam a ter responsabilidade por lei sobre as comunidades certificadas, visando melhorar o quadro de desnutrição, a questão econômica e escolar com o programa de merenda escolar e a falta de médico na comunidade (SANTOS, 2015, p.98).

Figura 38 - Interior da escola



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Figuras 39 e 40 - Interior da escola



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Como demonstração de organização e luta, temos o exemplo de Maria do Céu, que foi uma liderança importante entre as louceiras do galpão e da comunidade urbana, tornando-se uma referência de luta para todos da comunidade, principalmente depois do seu trágico assassinato por feminicídio, que enlutou toda a comunidade, no ano de 2013.

Para além de sua morte trágica e da tristeza que esta causou entre as famílias da comunidade, Maria do Céu foi uma liderança que deixou marcas positivas. Gileide nos conta que não pensava em ser representante da comunidade, mas “Céu foi o seu maior exemplo e incentivadora”. O dia seis de outubro foi o dia do falecimento de Maria do Céu, em 2013, e ficou estabelecido como o Dia Municipal da Mulher Negra em Santa Luzia-PB, uma bela homenagem feita a sua representatividade junto à comunidade urbana do Talhado.

Figura 41 - Cartaz em homenagem a líder da comunidade, Maria do Céu



Fonte: Acervo da Associação Comunitária das Louceiras Negras da Serra do Talhado.

A luta pela titulação da terra foi retratada por Nóbrega (2007), Almeida (2010) e Santos (2015), através de debates acalorados na Câmara de Vereadores de Santa Luzia, com a presença de Maria do Céu, quando ainda era a presidente da associação. A titulação é a principal reivindicação dos moradores do Talhado urbano atualmente. Existe uma expectativa muito grande com relação a isso, já que eles habitam casas no terreno do DNOCS. Observamos, entretanto, que o atendimento às reivindicações das comunidades tradicionais tem encontrado dificuldades ainda maiores, tendo em vista que, por questões ideológicas, a política do governo passado não era favorável às demandas dos quilombolas.

Sobre a titulação da terra, Gilvaneide justifica a diferença no tocante a essa questão entre o Talhado rural e a parte urbana do quilombo:

Aqui (no Talhado rural), todo mundo é dono das suas propriedades. Quando foi reconhecido, todo mundo já tinha a sua propriedade. Que tinha comprado ou que tinha herdado e todo mundo já tinha seu documento. Então, não teve como titular aqui. Já lá em Santa Luzia, é totalmente diferente, por que lá é uma comunidade remanescente daqui, mas que eles ocuparam um espaço que não é deles. É um espaço do DNOCS, que é federal, mas logo, logo, estarão recebendo a titulação. Aqui a gente vai ficar só no reconhecimento (Gilvaneide, 55 anos, entrevista realizada em 30/04/2022).

O Talhado foi a primeira comunidade quilombola a ser reconhecida na Paraíba, mas a titulação da terra não aconteceu. Segundo Fortes (2013, p.56), o surgimento das demandas quilombolas, no estado da Paraíba, deve ser entendido, portanto, dentro de um movimento muito mais amplo de emergência de novas identidades em tempos de multiculturalismo, de mudanças

e tensões no modo como a nação brasileira e o Nordeste se representam, de disputas pela legitimidade no acesso a terra e de novos instrumentos de luta, tornados acessíveis a uma parcela da população até pouco tempo excluída do cenário de reivindicações por direitos.

Apesar das muitas dificuldades, ainda existentes no Talhado, os novos relatos de mudanças, que registramos recentemente, retratam que a comunidade avançou na conquista de seus direitos. O momento da morte de Maria do Céu é considerado, pela população do quilombo, como um momento em que a comunidade parou, mas se percebe que, em seguida, venceram o luto e ressignificaram o ocorrido, transformando-o em símbolo de força para continuarem com a luta.

Além de buscarmos constatar as mudanças, permanências e as novas lutas no quilombo, buscamos retratar a paisagem do território quilombola, em 2022, também a partir de fotografias. A compreensão das políticas públicas, implementadas na comunidade, e a reconstrução da história e identidade quilombola do Talhado foram as motivações para escrever sobre tal comunidade vinte e cinco anos depois.

Como impacto positivo, a primeira política, que beneficiou o Talhado, foi a do reconhecimento, que trouxe visibilidade social para a comunidade e, a partir daí, desenrolaram-se várias ações por parte do Estado, município e iniciativa privada, que vêm colaborando com a qualidade de vida da comunidade. Porém, podemos afirmar que a principal alteração foi a mudança de mentalidade dos seus moradores, ou seja, a apropriação da consciência da identidade quilombola, seja por parte dos que permaneceram no território rural ou por aqueles que estão habitando a parte urbana do Talhado.

É perceptível que o discurso da identidade quilombola e sobre os seus direitos, advindos daí, mudaram a situação da comunidade depois do reconhecimento. Existe um empoderamento

que não existia, há vinte e cinco anos, mesmo que tímido, exerce um papel importante na organização política da comunidade.

Como exemplo de melhorias nos equipamentos públicos da comunidade, encontramos a Escola quilombola, no quilombo urbano; a construção de poços, no território rural; a implantação de cisternas, barragem e o Projeto de Energia Eólica, que confeccionou e publicou a Cartilha Terra Quilombola, além de outros trabalhos acadêmicos, realizados sobre a comunidade, que contribuem para o conhecimento da história da comunidade e ajudam a melhorar a autoestima do seu povo. Outro projeto, que está em atividade na comunidade, embora não seja específico para quilombolas, é o Projeto de Dignidade Menstrual, efetivado pelo governo do Estado, visando atender as meninas em situação de vulnerabilidade social.

A visibilidade social trouxe, também, a participação em exposições para a venda da cerâmica em feiras estadual, nacional e internacional, com a participação das lideranças da comunidade em eventos e diversos congressos de comunidades tradicionais.

Por fim, apesar das dificuldades ainda enfrentadas pelos habitantes da comunidade, foi surpreendente como o quilombo rural, renasceu e foi revitalizado, de modo que a tendência de urbanização da comunidade que encontramos na primeira pesquisa que realizamos para a dissertação de mestrado e que aparece em estudos de outros autores, não gerou o esvaziamento do Talhado rural, como era previsto.

As novas lutas dizem respeito à conquista da certificação do Talhado urbano do Monte São Sebastião; à contratação de professores quilombolas para ensinarem na escola; à reabertura da escola rural e ao título de propriedade dos terrenos, onde estão localizadas as casas dos moradores do Talhado urbano, do Bairro São José, localizadas em torno do galpão e que pertencem às terras do DNOCS.

É importante destacar que a necessidade de organização política e a manutenção da resistência são de fundamental importância para o fortalecimento das lutas e novas conquistas da comunidade do quilombo do Talhado no estado da Paraíba, ainda mais em um momento histórico, em que o governo federal em 2022, se mostrou insensível às demandas das populações quilombolas.

Posfácio

José Vandilo dos Santos apresenta, neste livro, sua dissertação de mestrado em sociologia, realizada em 1998, sobre os quilombolas do Talhado, no Vale do Sabugi, Paraíba. Acrescenta à sua pesquisa um último capítulo, sendo concebido após uma revisitação ao Talhado em 2022, fruto de um pós-doutorado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Paraíba.

Ao revisitar a comunidade do Talhado, duas décadas após a realização de sua pesquisa de mestrado, o autor se propõe a reencontrar lideranças, colher depoimentos e registros fotográficos do quilombo, hoje dividido entre quilombo rural e urbano. Sendo uma entre as quatro comunidades quilombolas, na região, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, nos anos 2000, o quilombo do Talhado se tornou muito conhecido a partir da década de 1960, tendo sido retratado no filme de Linduarte Noronha, *Aruanda*, que correu o Brasil e o mundo, contando a história de Zé Bento e sua família.

O filme se tornou um marco do Cinema Novo brasileiro, ao fazer um relato realista da saga de uma família de negros, que saiu em busca de terra para viver, chegando finalmente à Serra do Talhado, onde teriam fundado um quilombo¹⁵. Porém, a força das

15 Embora tenha sido filmado no território e com integrantes da comunidade do Talhado, a narrativa do filme reconstitui, de forma ficcional, a saga de Zé Bento deixando sua terra até o momento da constituição do sistema de produção criado por sua família na Serra do Talhado, onde começaram a plantar algodão. Neste sistema, cabe à mulher a produção da cerâmica e utensílios domésticos

imagens do filme está no fato de que este registra a problemática do escravo negro, após a libertação dos engenhos e fazendas do Nordeste, de modo que a família de Zé Bento representa uma das tantas que foram abandonadas à própria sorte.

Outra imagem icônica do filme de Linduarte sobre a comunidade do Talhado é a produção da cerâmica de barro, feita pelas mulheres da comunidade que, como descreve o autor, em suas memórias: “desciam a serra para vender as suas louças na feira”, imagem esta que se perpetuará até os dias atuais com as louceiras do Talhado urbano de Santa Luzia, que hoje produzem sua cerâmica em um galpão, localizado na cidade de Santa Luzia, e não mais no Talhado rural, e se organizaram em associações e lideranças.

Dessa forma, José Vandilo dos Santos nos apresenta, em seu retorno à comunidade do Talhado, um olhar atualizado sobre as novas políticas públicas, implementadas na comunidade, após o seu reconhecimento como território quilombola em 2005, enfatizando como o Programa Nacional dos Direitos Humanos – PNDH teria atuado sobre um dos quilombos “remanescentes”, “contemporâneos” e “urbanos” mais famosos da Paraíba, em função de ter sido protagonista do filme de Linduarte Noronha.

Assim, em seu último capítulo, utilizando registros fotográficos da comunidade, em 2022, e entrevistas livres, com antigas e novas lideranças, bem como com pesquisadores da comunidade, o autor apresenta uma reflexão permeada por memórias de sua infância. E descreve, sob o impacto do reencontro com a comunidade, algumas transformações no processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado, atualizando dados sobre a comunidade do Talhado contemporânea, dando

de barro, os quais serão vendidos na feira da cidade mais próxima, Santa Luzia. Filme disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=9uATt--ua0Y>.

ênfase à falta e/ou precariedade das políticas públicas, destinadas ao Talhado.

Nesse sentido, o livro, que aqui se apresenta, tem a virtude de fortalecer os registros etnográficos sobre comunidades remanescentes quilombolas no Nordeste, que, muitas vezes, são parte de um imaginário meio mítico ou exótico, mas aqui serão apresentados ao leitor com a força do testemunho antropológico de um pesquisador que teve a oportunidade de reencontrar seu campo de pesquisa mais de vinte anos depois e discutir, com lideranças locais, seu processo de construção de identidade étnica como quilombolas.

Lara Santos de Amorim
Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Universidade Federal da Paraíba.

Referências

AKOUN, André. **Dicionário de Antropologia**. Rio de Janeiro: Visu, Verbo, 1983, p.173-174.

ALMEIDA, Luiz Rivadávia Prestes. **Talhado, um grupo étnico**. O processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande-PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2010.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. **Cultura e Tradição Nordestina**: Ensaios de História Cultural e Intelectual. João Pessoa-PB: Ideia, 1997.

ARAÚJO, Eulália Bezerra. **Tornando-se quilombola no Monte São Sebastião (Santa Luzia/PB)**: Etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do Parentesco. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Campina Grande: Campina Grande-PB, 2011.

ARRUTI, José Maurício. “Quilombos”. *In*: PINHO, Osmundo (Org.). **Raça**: Perspectivas Antropológicas. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. 2008. Disponível em: <https://files.ufgd.edu>.

br/arquivos/arquivos/78/NEAB/ARRUTI-%20Jose.%20Quilombos.pdf. Acesso em: 10 maio. 2022.

BACELAR, Jéferson. **Etnicidade** – Ser negro em Salvador. Salvador, 1989.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. **Território Negro em Espaço Branco**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BARTH, F. “Introducion”. Tradução de Ana Lúcia Lobato. *In: Ethnic Groups and Boundaries*. Universitets Forlaget/George Allen e Unwin, Bergen-Oslo/ London, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRANDÃO, André Augusto; JORGE, Amanda Lacerda. **Estado e comunidades quilombolas no pós-1988**. Universidade Federal Fluminense: Niterói-RJ, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 09 maio. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, Pretos e Negros** – Trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 08 maio. 2022.

CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica** – Teoria e Pesquisa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

CAVALCANTI, Josefa Salete B. **Talhado**: um Estudo de Organização Social e Política. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1975.

CHAGAS, Conceição Correia. **Negro** – Uma Identidade em Construção. Possibilidades. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHIAVENATO, Júlio J. **O Negro no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

FERREIRA, Clésio S. A Cultura da Serra do Talhado. **Revista Cultura**, jul./set. Brasília: MEC, 1981.

FORTES, Maria Ester Pereira; BANAL, Alberto. **Quilombos da Paraíba**: a realidade de hoje e os desafios para o futuro. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 4.ed. São Paulo: Vozes, 1995.

IANNI, Octávio. A Racialização do Mundo. *In*: Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. v. 8, n.1, p.1-23. São Paulo: USP, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura** – Um Conceito Antropológico. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LEITE, Ilka Boaventura. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. **Estudos Feministas**, Florianópolis-SC., v. 16, n. 3, p.965-977, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>. Acesso em: 08 maio. 2022.

LIMA, Elizabeth C. de Andrade. Etnicidade e relações Interétnicas – Algumas Notas acerca da Teoria. **Caderno de Ciências Sociais**, n.3, Campina Grande-PB: UFPB, 1992.

LIMA, Elizabeth C. de Andrade. **Os Negros de Pedra D'água: um estudo de Identidade Étnica – História, Parentesco e Territorialidade numa Comunidade Rural**. (Mestrado em Sociologia Rural). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande-PB: Universidade Federal de Campina Grande, 1992.

MAESTRI, Mario. **A Servidão Negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Novas Perspectivas-História).

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. *In*: OLVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). São Paulo: Ática, 1979. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MELO, Josemir C. Trabalhadores negros urbanos escravizados em busca da liberdade: De “fujões” a guerrilheiros. *In: Cadernos Nordeste em Debate*. n. IV. Campina Grande-PB.: UFPB, 1996.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. *In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Ramos S. (Orgs.). Raça e Diversidade*. São Paulo: USP, 1996.

MOURA, Clóvis. **Quilombos** – Resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993. (Série Princípios).

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. (Série Novas Perspectivas).

MUNANGA, Kabengele. **Negritude** – Usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. **Comunidade Talhado – Um grupo étnico de reminiscência quilombola: uma identidade construída de fora?** Dissertação (Mestrado em Ciências da Sociedade). Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande-PB: Universidade Estadual da Paraíba, 2007.

NORONHA, Linduarte. Aruanda. **Documentário Brasileiro**. Comunidade Talhado-Santa Luzia-PB. Produção: Instituto Joaquim Nabuco e Pesquisas Sociais-PE. 1960.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Dayse. Sebrae na Paraíba e Fundação Palmares assinam Termo de Cooperação Técnica para geração de renda e

inclusão social na região. **Agência Sebrae de Notícias (ASN)**. Disponível em: <http://www.pb.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/PB/>. Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PEREIRA, Luciana. **História e modos de vida** – Comunidade remanescente de quilombo (CRQ) Serra do Talhado (Rural). Programa de Comunicação Social Quilombola/Neoenergia. Santa Luzia, 2021.

SANTOS, Maria Janaína Silva dos. **Proteção social e território quilombola na Paraíba**: história de luta e resistência no Quilombo do Talhado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba/CCHLA, 2015.

SANTOS, Washington. **Dicionário de Sociologia**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Livraria Del Rei, 1995.

SCHWARCZ, Lília M.; QUEIROZ, Ramos S. **Raça e diversidade**. São Paulo: Ed. USP, 1996.

SOUZA, Boaventura de Santos. “Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira”. *In*: Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**. v. 5, n.1-2. São Paulo: USP, p.31-52. 1994.

SOUZA. Jordânia de Araújo. **Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB)** – Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências

Sociais. Campina Grande-PB: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VILLEGAS, Francisco J. O. **Derecho territorial de las comunidades negras**. Bogotá: Editorial Nueva America, 1996.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v.1. Brasília-DF: Ed. UnB, 1991.

Sobre o livro

Tipologia

Oswald 14 pt

Adobe Caslon Pro 12 pt

Revisão Linguista e Normalização Técnica

Elizete Amaral de Medeiros

Design da Capa / Projeto Gráfico / Editoração

Jefferson Ricardo Lima Araújo

Este livro resultou de uma estadia de Pós-Doutorado na Universidade Federal da Paraíba, que permitiu nosso retorno à comunidade quilombola do Talhado, localizada em Santa Luzia-Paraíba, onde realizamos pesquisa de mestrado, em 1998, e, após vinte e cinco anos, retornamos a ela com o objetivo de analisar o acesso às políticas públicas depois que a comunidade obteve o reconhecimento como comunidade quilombola. Tais políticas, além de trazerem benefícios materiais, geraram uma consciência identitária quilombola até então inexistente entre os moradores da comunidade. No livro, exploramos as visões sobre o quilombo que vão desde o filme *Aruanda* de Linduarte Noronha de 1960, passando pela dissertação da professora Josefa Salete Barbosa Cavalcante nos anos 1975, nossa dissertação, nos anos de 1990, até os trabalhos realizados após o reconhecimento do Talhado como quilombo nos anos de 2004-2005. O pioneirismo dos trabalhos sobre o Talhado lançou uma luz importante e decisiva para o reconhecimento, certificação e, por fim, sobre a visibilidade que o quilombo tem hoje na mídia e, sobretudo, nos eventos voltados para a cultura quilombola. Consideramos que estudos como este em muito podem contribuir para a sobrevivência de comunidades quilombolas, tanto na manutenção dos valores culturais dessas populações, além de servirem como fonte para outros estudos sobre contatos interétnicos.

ISBN 978-7879-85-702-7



9 787879 857027

 eduepb